

Obrigado por ler a 1ª edição da monografia

## A região de São Brás de Alportel na Antiguidade

O povoamento romano e a sua evolução posterior num território rural do Algarve Central.

Como a obra já está disponível em livro e CD, temos de restringir a impressão e a edição do texto aqui apresentado.

Lembramos que esta edição é produzida sem subsídios nem apoios externos, pelo que pedimos aos nossos leitores que comprem a obra e apoiem o Campo Arqueológico de Tavira, de modo a podermos prosseguir o nosso programa de edições.

Associação Campo Arqueológico de Tavira

Rua Alexandre Herculano 18, 8800-394 Tavira

Algarve, Portugal

mail@arqueotavira.com



Versão 25 Janeiro 2003



# **A região de São Brás de Alportel na Antiguidade**

**O povoamento romano e a sua evolução posterior num  
território rural do Algarve Central**

**Ensaio de Geografia Histórica**

*Luís Fraga da Silva*

**Campo Arqueológico de Tavira**

**Tavira, Portugal**

**2002**

**TÍTULO**

A região de São Brás de Alportel na Antiguidade. Ensaio de geografia histórica.

1ª Edição – 2002

**AUTOR**

Luís Fraga da Silva

**CAPA**

Pierre Lewin

**EDIÇÃO E PEDIDOS DE ENCOMENDA**

Associação Campo Arqueológico de Tavira

Rua Alexandre Herculano 18, 8800-394 Tavira, Portugal

[arqueologia.tavira@mail.telepac.pt](mailto:arqueologia.tavira@mail.telepac.pt)

**TEMA DA CAPA**

Ara funerária com relevo de pátera, *urceus* e crescente, dita de *Marina Ossonobense*.

Data: Século II d.C.

Origem: Igreja de São Romão, São Brás de Alportel, Faro.

Localização actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, nº MNA 994.47.1

# Prefácio

A memória dos lugares e a memória das pedras sobrevivem mais longamente à passagem do tempo do que a memória dos Homens. É isso que observamos neste trabalho interessantíssimo de Luís Fraga da Silva, geógrafo/historiador, que, através de uma persistente investigação histórica conjugada com a toponímia e a geografia humana, misturadas com a sua percepção política e economicista, nos ajuda a recuperar essa memória perdida, esses caminhos há muito pisados e percorridos, passando por terras ainda vivas, outras completamente mortas, outras cujo sentido se perdeu.

As passagens naturais por terra, possíveis, do Algarve para o norte, foram sempre escassas e perfeitamente delimitadas, daí o secular isolamento do Algarve especialmente em tempos modernos. Pelo mar era tudo mais fácil. Portanto elas vão, naturalmente, caindo em desuso e as populações que se desenvolveram à custa desse movimento constante vão, elas também, morrendo aos poucos ou desaparecendo da memória dos homens. A sua funcionalidade ocasional perdeu-se, mesmo aquela mais profunda associada à sacralidade do lugar, a que os Cristãos, na sua ânsia de forçar as populações a esquecer o seu passado religioso, alteraram o cariz. Ficaram os nomes por que eram conhecidas, as ruínas abandonadas, os caminhos desolados.

Ajudado pela toponímia, pela lógica determinante das acções e comportamento humanos, Luís Fraga da Silva vai, a pouco e pouco, desvendando esses hábitos perdidos, qual Sherlock Holmes com a sua lupa distinguindo vestígios indicadores de actos passados. A sua preocupação não se limita apenas àqueles vestígios de populações mais recentes, procura distinguir o que restou do passado pré-Romano, dos lugares de culto aqui existentes, da impressão que montes como o Monte do Figo, o Cerro de S. Miguel necessariamente causaram nas populações do Algarve ou que para aqui se deslocavam, a que poderemos juntar a Serra de Monchique, mas esta localizada já fora do âmbito deste trabalho. Não esquece de salientar os aspectos económico-administrativos, que ao longo de séculos foram alterando a importância

dos sítios e dos lugares e o crescimento ou a decadência das cidades que tiveram alguma importância local. Os períodos Romano, Visigótico e Islâmico são cuidadosamente escrutinados, não esquecendo de referir o impacto da Antiguidade Tardia e a confusão estabelecida. Podemos imaginar as perturbações causadas nas populações do Algarve pelos cultos orientais que chegaram à Península através do Norte de África, em que predominaram os Bizantinos ortodoxos e o Cristianismo inflexível, que se impôs brutalmente em todo o lado, exigindo unicamente a aceitação dos ritos aprovados pelos diversos concílios da Igreja. À ocupação visigótica, marcadamente incerta pelas próprias características do reino visigótico, sucedeu-se a islâmica, que, apesar de Árabes e Berberes se terem estabelecido aqui durante 550 anos, quase tanto tempo quanto os Romanos, tem sido teimosamente esquecida. As transformações implantadas por estes movimentos de povos e suas características e necessidades reflectem-se também no crescimento das terras e das gentes, nos caminhos e nos acessos preferidos, não totalmente esquecidos e ainda válidos em momentos de fuga ou de perseguição mais recentes ou mesmo actuais.

Tudo isto encontramos no trabalho de Luís Fraga da Silva, obra indispensável para todos os historiadores e políticos interessados nas razões dos comportamentos humanos, na evolução da comunicação entre os povos, nos transportes de pessoas e géneros, na evolução das terras ou da sua decadência e muito especialmente para os investigadores do Algarve profundo.

Teresa Júdice Gamito  
Catedrática de História e Arqueologia  
Universidade do Algarve

## Nota prévia

**E**ste texto aborda sinteticamente alguns temas relativos ao povoamento rural do Algarve Central no período romano e à sua evolução posterior.

Pretende contribuir para a interpretação do espaço rural são-brasense na Antiguidade, designadamente dos principais sítios arqueológicos conhecidos e de alguns topónimos sobreviventes.

Nesse sentido, considera selectivamente os principais temas da história política, sócio-económica e religiosa que tiveram relevância no mundo rural da região durante a Antiguidade e ainda, os que participaram na transformação dos elementos herdados do mundo romano ao longo do período islâmico e que sobreviveram até à época contemporânea. Procura depois integrar os sítios arqueológicos com a geografia e os nomes dos lugares, tentando associar a sua evolução às fases gerais previamente descritas. Foca-se na integração geográfica da região a Norte com a Serra e o interior da Lusitânia, evitando propositadamente os temas relacionados com o mundo marítimo, costeiro e urbano, tradicionais nas abordagens do Algarve romano.

As hipóteses propostas são apresentadas sob uma forma muito condensada e - pela própria natureza do método utilizado - representam muitas vezes linhas de investigação ainda carentes de confirmação histórica e arqueológica complementares, constituindo objecto de polémica mais ou menos científica.

A parte respeitante às hipóteses interpretativas dos sítios arqueológicos locais tem um carácter particularmente provisório, dependente dos avanços incrementais da pesquisa arqueológica local e da evolução futura do poder persuasivo das diferentes teorias explicativas em confronto. Neste sentido o autor confia que o texto fique rapidamente ultrapassado pelo evoluir do estado dos conhecimentos.

O conjunto representa porém uma síntese fiel das ideias do autor sobre o assunto, no momento em que foram escritas, elaboradas numa tentativa de equilíbrio entre o excesso de simplificação e os limites razoáveis impostos ao texto.

### **Aviso ao leitor**

O material agora publicado decorre da opinião do autor de que o público interessado pode e deve ser colocado perante o estado actual de questões que (pre)ocupam os investigadores, sem uma barreira semântica e terminológica de detalhes especializados e, sobretudo, sem as simplificações grosseiras e visões idealisticamente infantis do passado e do património, demasiado comuns nas obras de divulgação.

Ambiciona representar um nível intermédio, de síntese interpretativa, entre as monografias especializadas e as obras de divulgação didáctica, destinado a pessoas diferenciadas e curiosas da história local, mas não obrigatoriamente especializadas nos temas tratados. Nesse sentido procura-se definir sucintamente os termos e conceitos eventualmente mais obscuros. Em contrapartida, assume-se da parte do leitor um conhecimento básico do nosso passado regional e uma cultura histórico-geográfica e linguística, cuja abordagem, mesmo sumária, tornaria o texto incomportavelmente longo e desviá-lo-ia dos seus objectivos.

O texto trata assuntos com escalas de abordagem muito distintas, desde sínteses muito gerais, quase telegráficas, até descrições detalhadas do povoamento local, passando por temas relativamente especializados de âmbito regional, como são os casos da rede viária romana e da evolução da toponímia pré-islâmica e respectiva relação com o povoamento. As referências bibliográficas não podem ser assim homogéneas. Nas sínteses são praticamente omitidas, estando as obras agrupadas exaustivamente nos temas respectivos da bibliografia.

Há que avisar também que a ausência de fontes escritas e a pobreza do registo arqueológico não permitem ainda reconstituir convenientemente a história territorial da região nem avaliar os factores históricos e sócio-económicos particulares que influíram directamente na sua transformação, pelo que se está assim limitado a vários tipos de inferências:

- À particularização de fenómenos e tendências gerais com incidência regional.

- À indução geo-determinista, por reconstituição das estruturas sócio-económicas a partir dos sistemas agro-fundiários, dependentes estes por sua vez dos recursos naturais conhecidos.
- À interpolação geopolítica, reconstituindo tendências sócio-económicas a partir dos interesses geopolíticos das elites dominantes.
- À analogia com sítios particulares doutras regiões, mais conhecidos.
- À dedução toponímica mais comumente aceite, embora geralmente sem abonações específicas para a região.
- À exploração, levada a limites conjecturais considerados aceitáveis, dos elementos territoriais de índole religiosa, corográfica e etnográfica, cuja importância fundamental na reconstituição dos povoamentos antigos nunca será demais realçar.

A relação entre a conjuntura sócio-económica e o território local estabelece-se por hipóteses de ajustamento de três tipos de elementos: arqueológicos, toponímicos e geográficos, realçando-se nestes últimos o potencial agrícola, a posição na matriz viária e o potencial defensivo. A elaboração destes modelos, sem bibliografia regional de suporte, é uma responsabilidade assumida pelo autor.

Apesar destas limitações, insiste-se na sua utilidade como modelo interpretativo do registo arqueológico local e esboço duma parte importante da história social e económica da nossa região, adequado ao estado actual dos conhecimentos.

O texto foi elaborado durante a realização doutros trabalhos de maior curso que abordam assuntos convergentes: a cidade romana de *Balsa*, a origem do urbanismo na área de Tavira e a carta da ocupação romana do Algarve e do Sul do Lusitânia, em que se destaca a reconstituição da rede viária. Daí surgirem referências a temas destes trabalhos, muito sintetizados em notas de rodapé. Essas notas usam-se igualmente para definir termos menos usuais e para libertar o texto de detalhes e considerações justificativas mais especializadas.

## **Agradecimentos**

Este trabalho tornou-se possível e foi realizado num curto prazo de tempo graças a uma conjunção de apoios, inspirações e interesses, de que há que destacar:

Alice Fernandes, linguista, professora da Universidade do Algarve, pelo seu trabalho inspirador em toponímia, cuja exploração e consequências para o conhe-



cimento do território algarvio na antiguidade ainda mal começou, pelas suas sugestões relativas ao texto e pelo ingrato trabalho de ler e corrigir as provas.

Maria e Manuel Maia, arqueólogos do Campo Arqueológico de Tavira, pela sua infinita paciência e pelas inúmeras horas de polémica com que me têm privilegiado, contribuindo de modo decisivo para o meu lento e penoso conhecimento do território do Sul. Também pelas críticas, sugestões e correcções ao texto.

João Pedro Bernardes e Luís Oliveira, arqueólogos, professores da Universidade do Algarve, por terem escrito “A *calçadinha* de São Brás de Alportel”, obra única no Algarve e rara no país pelo rigor da sua abordagem territorial, que tem sido uma fonte de inspiração permanente e representa um modelo de seriedade, erudição e um avanço substancial no conhecimento da rede viária do Sul e do território arqueológico de São Brás.

Pedro Barros e Angelina Pereira, arqueólogos, respectivamente, do Instituto Português de Arqueologia e da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, por me terem disponibilizado prontamente todos os elementos sobre o levantamento arqueológico do concelho ainda não publicados, levando-me à execução de esboços duma futura carta arqueológica digital.

Emanuel Andrade Sancho, director do Museu Etnográfico e do Trajo Algarvio de São Brás de Alportel, por me ter fornecido desinteressadamente um manancial de informação arqueológica relativa a São Brás que eu ignorava totalmente.

*Last but not least*, Teresa Oliveira, directora da Biblioteca de São Brás de Alportel, por me ter inculcado o interesse em escrever algo sobre o tema, sem o qual o presente trabalho nunca teria sido realizado.

# Índice

<b>Introdução geográfica .....</b>	<b>11</b>
O povoamento .....	12
A rede viária .....	13
A administração territorial.....	16
<b>A ocupação no período romano .....</b>	<b>19</b>
As incógnitas do período pré-Imperial .....	19
O Alto-Império .....	21
O Barrocal .....	22
A Serra.....	25
Uma via do Itinerário de Antonino.....	29
A actividade mineira .....	33
O Baixo-Império.....	37
Os sítios religiosos pré-cristãos .....	40
NOTAS.....	43
Arannis .....	43
Sarapia.....	46
Statio Sacra.....	47
<b>A Antiguidade Tardia .....</b>	<b>51</b>
O Cristianismo.....	51
Do século IV à conquista bizantina .....	52
As invasões bárbaras e o fim do Império do Ocidente .....	55
A ocupação bizantina .....	56
O domínio visigótico .....	58
<b>Transformações durante o domínio islâmico.....</b>	<b>61</b>
<b>As zonas de ocupação rural no entorno de São Brás .....</b>	<b>69</b>
Sítios com toponímia moderna.....	69
Vale do Joio.....	69
Corte .....	71

Sítios com toponímia islâmica .....	72
Alportel e Almargem.....	72
Bengado.....	75
Mesquita .....	76
Sítios com toponímia de <i>possessores</i> .....	77
Apra.....	77
Jordana .....	78
Sítios com toponímia páleo-cristã .....	79
São Brás.....	79
São Romão e vale de Vilarinhos .....	82
São Clemente.....	86
Santa Catarina.....	86
São Miguel .....	87
<b>Bibliografia .....</b>	<b>97</b>
<b>Índice toponímico .....</b>	<b>109</b>
<b>Mapas .....</b>	<b>113</b>
Mapas 1 e 2 .....	113
Mapas 3 a 6 .....	115
Legenda interpretativa.....	119
1 – Sul de Portugal, 1660 .....	127
2 – Algarve, 1660 .....	128
3 – Legenda sintética.....	129
4 – A rede viária romana do Sul da Lusitânia .....	131
5 – São Brás e a região de <i>Ossonoba</i> a <i>Balsa</i> .....	133
6 – Povoamento romano e islâmico do barrocal são-brasense .....	135

# Introdução geográfica

O actual concelho de São Brás de Alportel ocupa uma zona que, na Antiguidade, constituía uma periferia rural de *Ossonoba*<sup>1</sup>. Os limites actuais do concelho são arbitrários e insuficientes para caracterizar a sua região rural, que se deve estender, de Nascente para Poente, desde o vale da Asseca até Loulé e a Sul até à campina de Faro. O **mapa 5** representa a área em questão.

O seu povoamento esteve sempre profundamente ligado aos condicionamentos geográficos da região, de que se destacam:

- A proximidade relativa da referida cidade, a cerca de 5 ou 6 horas de marcha.
- A posição no sopé da Serra, na interface entre duas regiões naturais – o Barrocal e a Serra - ponto de troca e de acesso directo a um conjunto de recursos complementares.
- O cruzamento de vias naturais, em que os eixos principais são o Norte-Sul, de Faro à Serra, e o Leste-Oeste seguindo o limite entre a Serra e o Barrocal.
- A riqueza agrícola manifestada em amplos recursos aquíferos e em bons vales.
- O clima mais fresco e saudável, comparativamente à região litoral dos sapais e esteiros onde se situava *Ossonoba*.

Esta vantagem posicional não deve porém ser exagerada. Existe um extenso arco centrado em *Ossonoba* de potencial geográfico semelhante a São Brás, com locais de características específicas mais favoráveis. É o caso de Loulé, cuja área agrícola de qualidade tem uma extensão muito superior e cuja posição viária é muito mais adequada. É parcialmente também o caso de

---

<sup>1</sup> Cidade então localizada no que é hoje o centro histórico de Faro.

Estoi, cuja maior proximidade de *Ossonoba* e situação intermédia entre a urbe e a Serra lhe permitiram competir com vantagem relativamente a São Brás como estação intermediária da rede de transportes<sup>2</sup>.

A interposição da Serra de Monte Figo favoreceu o desenvolvimento de pólos intermédios na sua vertente Sul. Para além dos já citados Loulé e Estoi, há que referir ainda Santa Bárbara de Nexe, Pechão e Moncarapacho que, no conjunto, constituem os lugares centrais do barrocal de âmbito local a sul da citada serra. É aí que se devem procurar as *villae* (pl. de *villa*) romanas que, além da de Milreu, organizariam a fachada Sul do Barrocal e a parte Norte da actual campina de Faro, aproveitando a abundância de nascentes nas orlas do maciço calcário.

De facto, São Brás possui o inconveniente de uma má comunicação com o Norte. A fachada Sul do Caldeirão surge como uma barreira aos transportes inter-regionais, permitindo apenas infiltrações de âmbito local, pelo que só em finais do século XIX a estrada do Barranco do Velho ficou concluída<sup>3</sup>.

No estreito vale tectónico que percorre transversalmente a região, a diminuta superfície cultivável limita os factores de desenvolvimento representados pela riqueza aquífera, a boa qualidade dos solos e pela existência de importantes recursos extractivos para a construção e a olaria. O carácter torrencial da Ribeira de Alportel e a escassez do terraço arável limitam igualmente o povoamento ao longo do seu leito.

## O povoamento

As boas condições agrícolas do território são-brasense permitiram a manutenção permanente de uma rede de pequenos povoados rurais, que se dis-

---

<sup>2</sup> Razão pela qual se converteu num importante centro de almocreves até à vulgarização dos transportes motorizados.

<sup>3</sup> O autor concorda totalmente com a análise de BERNARDES e OLIVEIRA, 2000 pp. 26-28, sobre a modernidade da estrada de Barranco do Velho. O caminho serrano anterior, “estrada que vai do Machial para Faro”, segundo uma fonte de 1607 (LOURO 1929, p.59), sem dúvida por Pero de Elvas e Cortiçadas é usado posteriormente à reconquista e passará provavelmente a constituir um dos acessos de Faro a Portugal, por Almodôvar e Ourique, num trajecto distinto das antigas vias romanas (ver o **Mapa 4**).

põem predominantemente em rosário linear ao longo dos vales mais férteis e que são também as principais vias de acesso e circulação.

Identifica-se assim uma sequência de núcleos de povoamento rural romano (ver o **mapa 6**):

A Leste: Mesquita, Bengado, Santa Catarina, Fonte do Bispo, Paul da Asseca, São Domingos da Asseca

A Oeste, a partir de São Brás: Fonte do Mouro e do Touro, Vilarinhos, São Romão, Poço Largo, Apra e Betunes.

Na estrada de *Ossonoba*, os principais sítios de povoamento são Vale do Joio, perto dos Machados, e São Brás propriamente dito.

A Norte o núcleo mais importante é o do vale de Almargem, englobando Alportel, Alcária e Altinho, que se prolonga para Noroeste, para a Corte, no vale da Ribeira das Mercês.

## **A rede viária**

A organização viária de *Ossonoba* no sentido Norte reflectia o obstáculo da Serra, levando à criação de duas vias que contornavam o Caldeirão: uma pelo Leste, por Moncarapacho-Santa Catarina-Mealha e outra pelo Oeste, por Loulé-Ameixial-Santa Cruz, convergindo ambas em São Pedro de Solis.

No período romano a via oriental terá sido a mais importante, ligando *Balsa* e *Ossonoba* a *Pax Julia*. Já no período islâmico, com o desaparecimento de *Balsa* e a deslocação para Ocidente do centro geográfico urbano do Algarve, é a via ocidental, por Loulé, que se tornou progressivamente mais importante. Estas vias são abordadas com maior detalhe mais adiante, na página 29.

São Brás situa-se entre estas duas estradas principais, unindo-se a elas por uma rede secundária que sulcava os principais vales existentes:

1. De *Ossonoba*, uma via no sentido Norte<sup>4</sup> atravessava a campina sedimentar e a serra do Monte Figo até à orla da Serra na região de Alcária-

---

<sup>4</sup> BERNARDES e OLIVEIRA, 2000 pp. 20 a 26.

Alportel, passando por Estoi, Vale do Joio-Machados e São Brás. Os vestígios topográficos permitem identificar dois percursos alternativos a Norte de Estoi, um pelo vale do rio Seco, talvez o mais importante<sup>5</sup>, e outro, a direito pela portela do monte entre os cerros da Bemposta e do Malhão até Vale do Joio.

Esta via prolongava-se para Oeste a partir de Alcaria, seguindo o vale da Ribeira das Mercês (Várzea da Corte) e desviando-se em Almarjão para Amendoeira através de um troço de calçada romana preservada<sup>6</sup>, entroncando com a via Ocidental já referida, perto de Querença.

2. O importante vale tectónico designado por flexura de Algibre atravessa todo o Algarve Oriental e Central na direcção Este-Oeste, estabelecendo a separação entre a Serra e o barrocal<sup>7</sup>. Trata-se de um vale estreito e geologicamente bem diferenciado caracterizado por solos argilosos e sedimentares bastante ricos, por abundantes recursos hídricos manifestados em numerosas nascentes e por importantes filões de barro cerâmico. Os terrenos a Sul são calcários e a Norte são xistosos. A partir de São Brás e para Oeste, a flexura sofre deslocações transversais constituindo vários vales paralelos.

Ao longo deste vale corria uma importante via transversal, paralela e complementar à via *per ora maritima* (isto é, pelo litoral), de *Baesuris* (Castro Marim) ao *Promontorium Sacro* (Cabo de São Vicente). Separava-se desta no actual sítio da Cruz do Morto (Cacela) e retomava-a na zona de Benfarras (Loulé), passando pela Ribeira de Almargem, vale da Asseca, Fonte do Bispo, Bengado, São Brás, Apra, Betunes, etc.<sup>8</sup> A

---

<sup>5</sup> Idem p. 21 e MARQUES, TERESA, 1995 pp. 33-35

<sup>6</sup> BERNARDES e OLIVEIRA, 2000 pp. 30 a 32

<sup>7</sup> Separação representada nos mapas 5 e 6.

<sup>8</sup> A via dividia-se a partir daqui em dois ramos: um na direcção de Loulé, onde cruzava a via *Ossonoba-Ameixial* (São Clemente) e se redividia de novo (para Leste, num percurso mal estudado, e para Sudeste, até Benfarras); e outro para o litoral Sul na direcção do antigo páleo-estuário do Algibre (Quarteira, Cerro da Vila), cruzando também a referida via *Ossonoba-Ameixial* no sítio de Santa Catarina (outro cruzamento hageonímico!) perto do Torrejão.

actual E.N. 270 é a herdeira desta via, embora os seus percursos sejam apenas muito parcialmente coincidentes.

São Brás surge precisamente no cruzamento desta via com a anteriormente referida, sensivelmente a meio caminho dos principais eixos longitudinais. Para Oeste do vale do Bengado a via dividia-se em dois trajectos alternativos, um pelo Norte do Cerro da Mesquita, pelo Moirato, com um forte declive, e outro a Sul, mais longo mas sem declive, pelo Desbarato e a Mesquita. Ambos se reúnem de novo antes de São Brás.

Para Oeste de São Brás a via seguia pela Calçada, Fonte do Mouro, Fonte do Touro, Vilarinhos, Carrascal, São Romão, Poço Largo e Apra. A via seguia a Sul da estrada actual até ao sítio dos Vilarinhos, onde passaria para o lado Norte. A partir da Fonte de Apra a via passava de novo para Sul da estrada actual, por Betunes.

No Poço Largo um caminho levava a Alcaria, unindo as duas vias Ocidentais.

Outros caminhos ainda detectáveis na matriz viária actual orientam-se segundo os eixos do povoamento romano conhecido, ignorando caminhos e estradas recentes, pelo que apresentam fortes hipóteses duma existência coeva. Os mais relevantes são os que unem o complexo de povoamento da Mesquita à via Oriental *Ossonoba-Arannis* no sítio da Jordana – no sentido de *Balsa*<sup>9</sup> - e os que dão acesso ao Cerro de São Miguel<sup>10</sup>.



## A administração territorial

A zona do actual concelho de São Brás, embora situada no limite municipal de Ossonoba estaria já fora do limite suburbano que garantia direitos municipais aos residentes.

A *civitas* romana clássica caracteriza-se essencialmente pela importância do núcleo urbano, limitado por um *pommerium*<sup>11</sup> idealmente amuralhado e onde residem os cidadãos, mesmo aqueles cuja riqueza assenta nos bens agrícolas e fundiários. O modelo concêntrico da organização do território é idêntico ao utilizado pelas grandes *villae*, cujas partes edificadas são assimiladas a centros urbanos de *civitas* em miniatura: Fora do *pommerium* estabelecem-se os *agri* (pl. de *ager*), campos cultivados, plenamente ocupados e integrados na matriz fundiária urbana. É nesta zona que se demarcam os cadastros hipodâmicos<sup>12</sup>, tão característicos e reveladores da ocupação rural romana. Parte dos *agri* podia no entanto ficar por cadastrar, permanecendo como reserva fundiária da *civitas*, para uso florestal ou colonizações posteriores. No *ager* residiam cidadãos de direitos cívicos plenos, em *villae* e *vici* (pl. de *vicus*) suburbanos.

---

<sup>9</sup> O acesso de São Brás a *Balsa* poderia realizar-se de dois modos:

- Directamente, pelo Desbarato, Cerro das Ondas, Pereiro (Jordana), Moncarapacho, Caldeirinha e Luz. Esta é uma das estradas referidas numa demarcação de 1595: “*a estrada que vai a aldea de Moncarapacho e cidade de ttavira pera portugal*” (LOURO, 1929 p.60).
- Pela via transversal interior até Santa Catarina e daí ao Monte do Tesouro, Caldeirinha e Luz.

A tradição desta última via corresponder ao percurso de *Balsa* a Loulé por São Brás (BERNARDES E OLIVEIRA, 2000 p. 32 e seguintes) é quase certamente moderna e erudita, posterior à redescoberta de *Balsa* por Estácio da Veiga e não se fundamenta em nenhum vestígio viário conhecido, inclusivamente medieval ou moderno. A via existente, como referimos na pág. 14, prolongava-se na direcção de *Baesuris* (Castro Marim) e no sítio de São Domingos da Asseca tinha uma ramificação para Tavira, constituindo esse percurso a estrada medieval de Loulé a Tavira, referida na “Crónica da conquista do Algarve”.

<sup>10</sup> Outra das estradas da demarcação referida na nota anterior: “*caminho que vae de quelfes pera portugal*” (LOURO, 1929 p.60).

<sup>11</sup> Perímetro urbano das cidades romanas com um importante significado jurídico e religioso.

<sup>12</sup> Disposição segundo uma quadricula regular, geralmente rectangular.

No Algarve, a matriz viária e o parcelário rústico actuais permitem identificar vestígios destas centuriacões cadastrais em torno de *Balsa*, de *Ossonoba*, de *Lacobriga* e, aparentemente, de *Cacela*. No caso de *Ossonoba* eles estendem-se desde São João da Venda à Torre de Natal, e a Norte, pela Campina, até um paralelo indeterminado entre Conceição e Estoi. O limite natural é a orla calcária onde se situa este último povoado, num raio de 7 a 8 km do centro urbano, cerca de 6 milhas romanas.

Esta distância corresponde ao arco montanhoso que constitui um importante limite natural e visual ao Norte de *Ossonoba*, constituído pela crista que une os cumes geodésicos de Goldra, Nexe, Guilhim, Malhão, Azinheiro e São Miguel.

A distância corresponde também ao limite do *ager* urbano de Roma, entre as milhas V e VI<sup>13</sup>, podendo assim ser aceite como o limite urbano de *Ossonoba*, que incluiria Milreu e provavelmente Santa Bárbara de Nexe, excluindo portanto todos os núcleos a Norte, incluindo São Brás.

Fora deste limite inicia-se uma segunda zona idealizada, os *pagi* (pl. de *pagus*), distritos rústicos exteriores ao perímetro municipal mas dentro do território da *civitas*. Este termo também se aplicava a povoados rurais dispersos. Os cidadãos podiam aí residir, em propriedades agrícolas ou *vici*<sup>14</sup>, mas os habitantes locais (geralmente rústicos, pobres) não possuíam direitos municipais plenos. Esta distinção cívica tem sobretudo uma razão de ser fiscal e política, realçando as distinções da origem romana, latina<sup>15</sup> e indígena, mas integrando na organização municipal a mão-de-obra rural não escrava e os clientes rústicos dos cidadãos.

---

<sup>13</sup>BLÁSQUEZ, MARTÍNEZ-PINNA e MONTERO, 1993, p. 403, citando Estrabão V.3.2

<sup>14</sup> Plural de *vicus*: Lugares, povoados ou aldeias, que podem ser desde quase insignificantes até possuírem importantes características urbanas, embora sem autonomia administrativa.

<sup>15</sup>Distinção importante desde a conquista romana até pelo menos ao reinado de Vespasiano (69-79 d.C.). É impossível abordar aqui as profundas transformações e a complexidade de situações agrárias que ocorreram após o édito daquele imperador, que permitiu a passagem das antigas *civitates* peregrinas estipendiárias à categoria de municípios de direito latino. ROMÁN 2002, SAÉZ 2002, GONZÁLEZ 2001 e RUFINO 2001 abordam alguns aspectos desta questão.

Os *pagi* assimilam-se ao *saltus*, zona distante e mais agreste, de matos e pastos. Na realidade, nesta zona administrativa existem normalmente importantes núcleos agrícolas ou com outra especialização, que podem congregiar aglomerados secundários por vezes bastante importantes. Eram assim comuns as comunidades de cidadãos ou famílias que, concentrando aí a sua riqueza fundiária, viviam – pelo menos sazonalmente – em meios rurais distantes, rodeados de populações de estatuto jurídico inferior. Esta é a razão que explica, na opinião do autor, o teor da lápide de Marina, descoberta em São Romão, assunto abordado mais adiante na página 84.

Quanto aos limites da *civitas Ossonobense*, eles são ainda discutidos a Oeste, correspondendo a Norte aos cumes do Caldeirão, fronteira de distância, desabitada e portanto mal definida, e a Leste, limitando com a *civitas Balsense*. Esta fronteira iniciar-se-ia a Sul na foz da Ribeira de Bias<sup>16</sup> passando pelo cume do Cerro de São Miguel, daí seguiria para Norte, de modo a apanhar a Ribeira de Fronteira - correspondendo ao actual limite oriental do concelho de São Brás – ou a linha de cerros imediatamente a Oeste<sup>17</sup>, acompanhando *grosso modo* o percurso Norte-Sul da via para *Arannis*, que assume assim o carácter duma via de fronteira, o que indicia a sua origem pré-romana<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> O marco miliário encontrado em Bias do Sul, contemporâneo da dinastia Júlio-Cláudia e que indica 10 m.p. desde *Ossonoba*, situar-se-ia originalmente no ponto em que a via cruza a dita ribeira. Este marco indicaria seguramente os termos das *civitates* de *Ossonoba* e *Balsa* (MANTAS 1997a, 299).

<sup>17</sup> A linha divisória representada nos mapas 5 e 6 segue o alinhamento dos cerros principais, desde Bias: Laranjeiro, São Miguel, Moinho, Arrifes, Carvalhoso, Tábuas e Cabeça do Velho.

<sup>18</sup> Os indícios dessa origem manifestam-se igualmente nos sítios arqueológicos da Idade do Ferro e sobretudo mineiros dispostos ao longo do seu percurso serrano. Ver igualmente a nota 44, na p. 31.

# A ocupação no período romano

## As incógnitas do período pré-Imperial

A serra do Caldeirão foi uma importante zona de povoamento mineiro, associada à chamada cultura da escrita do Sudoeste<sup>19</sup>, que teve o seu apogeu entre os séculos VIII e V a.C. A sua formação social é ainda mal conhecida assim como o seu sistema produtivo. O povo que aí vivia corresponde à etnia dos *Cynetos* ou *Kónioi*<sup>20</sup>, descritos nas fontes clássicas greco-romanas pelo menos desde o século V a.C. O isolamento relativo da Serra e a sua ligação para Sul deve tê-los mantido mais protegidos das infiltrações célticas e túrdulas que penetraram, respectivamente, a zona de Barlavento e o vale do baixo Guadiana a partir dessa época e que ocuparam de um modo geral toda a face norte da Serra algarvia até ao século III.<sup>21</sup> As suas ligações comerciais e sociais com o litoral remontam seguramente à Pré-História e adquirem um novo conteúdo a partir do século VIII a.C. com a colonização fenícia da costa algarvia. A cidade de *Ossonoba* é a resultante local deste longo processo e o seu desenvolvimento teve como causa relevante a riqueza mineira da Serra, suficientemente grande para gerar todo um rosário de povoados litorais proto-urbanos ligados ao mundo de Tartessos: *Ipses* (Alvor), *Cilpes* (área de Silves), *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (área de Tavira) e *Baesuris* (Castro Marim), existindo sem dúvida outros ainda não conhecidos. As descobertas recentes na vizinha Tavira fenícia<sup>22</sup> dão corpo ao modo como

---

<sup>19</sup> Cujos vestígios se manifestam sobretudo na fachada Ocidental e Norte.

<sup>20</sup> Sistematização das designações alternativas em VILATELA, 2000 pp. 204-211.

<sup>21</sup> GAMITO, 1999.

<sup>22</sup> MARIA MAIA 2000

este processo ocorreu e permitem elaborar analogias válidas para a zona de *Ossonoba*.

A área de São Brás localiza-se precisamente a meio caminho entre a referida zona mineira e o litoral *Ossonobense*, impossível de evitar em qualquer sistema de relações que os ligue.

Nada se conhece ainda porém do povoamento desta área anteriormente ao século I d.C. Não há contudo quaisquer dúvidas de que seria densamente habitada pelos padrões coevos, quer devido aos recursos naturais já referidos, quer a um conjunto de posições elevadas de apreciável potencial defensivo, tanto no relevo xistoso como no calcário. A distância relativa da costa permitiria ainda uma segurança suplementar contra a instabilidade que se manteve desde a destruição dos povoados tartéssicos no século VI até ao principado de Augusto no final já do século I a.C. e que se agudizou sobretudo no período da conquista e guerras civis romanas.

É muito provável que, tal como sucedia noutros sítios do Sul, a prata fosse um recurso mineiro significativo no final do período republicano, mantendo-se a sua mineração assim como a do cobre, chumbo e ferro ao longo de todo o período Alto-Imperial. Esta questão é abordada com mais detalhe na pág. 33.

O papel da Serra de Monte Figo também não é displicente na defesa estratégica de *Ossonoba*, o que implicaria controlar militarmente os corredores de São Brás.

Embora não se conheça nenhum *oppidum*<sup>23</sup> da idade do ferro é muito provável a sua existência sobre uma das cristas principais referidas, que se organizam em três fiadas transversais, interrompidas longitudinalmente pelo vale do rio Seco e planalto de São Brás:

- São Miguel-Malhão/Estoí ou Bordeira-Agostos-Alface, a Sul
- Leiria-Arrife-Mesquita e Arroiteia/Gralheira-Soalheira-Malhão, ao Centro

---

<sup>23</sup>Povoado fortificado, geralmente de origem pré-romana, equivalente aos “castros” do Norte do país.

- Bico Alto-Pousada e Cartaxo, a Norte

## O Alto-Império

Nos momentos de expansão económica e social de *Ossonoba*, a prosperidade estende-se até à Serra através da expansão da vinha e sobretudo do olival, culturas comerciais em terrenos marginais do barrocal. É o que sucede a partir do século I e se mantém ao longo da fase mais florescente do império romano até ao século III.

A oligarquia urbana de *Ossonoba*, enriquecida pela navegação e pelo comércio marítimo do Golfo de Cádiz, pela pesca e indústria de conservas de peixe, fomentou desde o século I a aquisição de propriedades rústicas, não só para converter a sua riqueza recente ascendendo socialmente, como para aumentar a produção agrícola, diminuindo o défice regional face à Bética e aproveitando as enormes oportunidades de negócio da exportação de produtos agrícolas – mesmo de segunda ordem – devido às necessidades sempre crescentes da *annona*<sup>24</sup> e do abastecimento dos novos centros urbanos regionais.

De facto, o intenso desenvolvimento urbanístico originado a partir de Augusto provocou enormes desequilíbrios estruturais de natureza demográfica, com a imigração de grande número de colonos provenientes doutras partes do Império e com a deslocação mais ou menos forçada de grandes massas de trabalhadores agrícolas indígenas para as cidades, utilizados no esforço de construção urbana. O registo arqueológico parece confirmar que a orla do Sul da Lusitânia foi, por essas razões, deficitária em produtos agrícolas durante o século I DC<sup>25</sup> assim como se verifica uma desertificação do Baixo

---

<sup>24</sup> Imposto, sobretudo em géneros, colectado por todo o Império e destinado ao abastecimento de Roma e do exército.

<sup>25</sup> FABIÃO s/d

Alentejo, com o abandono dos *oppida* (pl. de *oppidum*) e outros povoados célticos da região.<sup>26</sup>

### ***O Barrocal***

As consequências deste interesse pela terra, para a zona de São Brás, como para outros sítios do Algarve, foram o estabelecimento do cadastro e a organização de novos assentamentos agrícolas. A disposição “em rosário” já referida reflecte provavelmente essa divisão fundiária inicial, que se estabelece das terras mais férteis para as menos férteis. A distância entre núcleos define os limites artificiais do *ager* rústico dessas *villae*, estabelecidas ao longo dos vales e dispondo dos melhores recursos aquíferos. Às faixas de terrenos mais férteis, parcialmente regáveis e com mais condições para a lavoura, sucedem-se os barrocais nas encostas onde se estendem as culturas, primeiro da vinha, que compete com os campos de cereal em terras mais pedregosas, e depois os arvoredos de olival, figueira e alfarrobeira – esta última ainda provavelmente não plantada<sup>27</sup>. O cultivo da oliveira era, nestas zonas, menos intensivo do que na actualidade, baseado na enxertia periódica dos zambujeiros e com uma ausência total de lavouras, devido à escassez de mão-de-obra, à incipiência da despedrega e ao défice de estrume.

As principais culturas industriais eram o esparto, largamente utilizado na sacaria, cordoaria e velame da construção naval, e o linho que complementava a lã como fonte local de fibras têxteis. A palmeira-anã - uma das espécies primitivas do revestimento vegetal do barrocal - assim como os canaviais e outras espécies fibrosas das linhas de água (atabúá, vime) formaram a base de uma manufactura artesanal e doméstica de entrançados - que se perpetuou

---

<sup>26</sup> No território de *Pax Julia*, sobretudo na sua parte Oriental, desde o vale da Vidigueira à Serra Algarvia verifica-se (em termos muito esquemáticos) uma intensificação do povoamento desde finais do século I a.C. até ao terceiro quartel do séc. I d.C., associado à colonização mineira (a Sul) e agrária (a Norte) da nova colónia. A partir desta data verifica-se uma segunda vaga de povoamento, aparentemente independente do anterior mas reocupando com assentamentos novos grande parte dos sítios iniciais. Finalmente a partir de finais do século II, começam a surgir grandes *villae* sobre outras previamente existentes e uma tendência para o abandono de parte destas (SILLIÈRES 1994). A ausência de estudos equiparáveis no Algarve impede o estabelecimento de quaisquer hipóteses de paralelismo.

<sup>27</sup> RIBEIRO, 1991 pp. 185-9

até à actualidade - com usos diversos em que se destacam a construção e o fabrico de contentores.

O figo constituiria já um dos pilares da alimentação de auto-subsistência dos trabalhadores rurais, juntamente com cereais e leguminosas. A carne seria uma raridade e a utilização da lande, da alfarroba, da castanha e do milho miúdo para a panificação ou papas seria já então um recurso indispensável neste universo de subnutrição crónica mediterrânica, que se perpetuou ao longo dos séculos até há poucas dezenas de anos.

Nas encostas mais pedregosas e matosas e nas zonas serranas limítrofes iniciava-se o *saltus*, em que as árvores de plantação dão origem aos matos, local da criação de gado miúdo, de varas de porcos e de recolha de madeira, lenha e matéria-prima para camas de produção de fertilizante. Deviam então existir ainda extensas manchas de carvalhais, cujos resíduos sobreviveram até épocas recentes, deixando marcas na toponímia (como no vale dos Carvalhos, Cerro Carvalhoso, Porto Carvalhoso, etc.).

Deve-se referir ainda a importância do barrocal como principal origem da extracção de pedras de cantaria, largamente utilizadas no período romano e, posteriormente, na construção e pavimentação viária. A Serra de Monte Figo deve ter fornecido as principais explorações que abasteceram *Balsa* e *Ossonoba*, destacando-se a chamada “pedra caliça” e a “pedra da Bordeira”, naturalmente talhada. A distribuição das pedreiras actualmente existentes ou abandonadas nas últimas décadas deve corresponder de forma bastante aproximada às zonas já exploradas no período romano.

É finalmente no barrocal que se localizavam os principais filões de barro, utilizado no fabrico de cerâmica comum, segundo um padrão de localização industrial que não se alterou substancialmente desde o período romano. O fabrico de contentores cerâmicos (sobretudo ânforas) localizava-se porém perto dos sítios portuários da sua utilização e embarque, devido à sua fragilidade. O barro seria transportado desde os seus pontos de extracção até esses locais, privilegiando-se os pontos que minimizassem os transportes (como eram os casos de São João da Venda, perto do antigo porto do Ludo, Moncarapacho, perto do antigo esteiro do Tronco, Asseca (Paúl e São Domingos), junto do páleo-estuário do mesmo nome e muitos outros.



Os limites mais distantes das *villae* corresponderiam às cristas interfluviais e aos cabeços dos cerros divisórios, de acesso difícil e interesse agrícola nulo. Os marcos divisórios destes pontos distantes designavam-se por *moliones*, termo que evoluiu para os topónimos **molião** e sobretudo para **malhão**, extremamente comum no Algarve e que ainda hoje se associa geralmente a cerros. Estes lugares de extremo possuíam um conteúdo religioso importante de que restam ainda memórias<sup>28</sup>.

Esta expansão rural traduz-se no desenvolvimento de *villae* rústicas que, para além das instalações agro-industriais necessárias, possuíam uma parte residencial importante, adequada à vilegiatura da elite urbana. Traduz-se também no acréscimo populacional, em que a mão-de-obra escrava deve ter tido um papel relevante devido à carência de mão-de-obra local, já referida. Os escravos chegavam ao Algarve seguramente por via marítima, tendo *Ossonoba*, como cidade comercial marítima, um papel sem dúvida importante neste tráfico. Na opinião do autor, as revoltas mauritanas no tempo de Cláudio podem ter sido uma das fontes fundamentais de aprovisionamento dessa mão-de-obra, pois estão associadas à expansão económica de *Balsa* e de *Ossonoba*, sem dúvida em virtude da contribuição logística destes povoados.

A expansão do povoamento traduz-se enfim na conversão dos corredores naturais em verdadeiras estradas, muitas delas calçadas, e na criação de locais especializados nos cruzamentos viários mais importantes. É o caso de capelas ou altares votivos aos espíritos dos caminhos<sup>29</sup> ou a divindades específicas dos lugares e de *mutationes* (pl. de *mutatio*) isto é, estações de muda e albergarias e, finalmente, de fontanários-bebedouros, cuja estrutura arquitectónica podia ser mais ou menos rica e elaborada e cuja nascente se associava geralmente também a um local de culto de divindades aquáticas.

---

<sup>28</sup> Designadamente da destruição sistemática pelas autoridades religiosas da quase totalidade dos marcos verticais pré-cristãos geralmente situados em locais destacados, símbolo de domínio territorial tornado intolerável.

<sup>29</sup> Os *lares vialis* dos romanos.

### ***A Serra***

A Serra ocupava um papel à parte embora integrado na economia acima resumida.

Ao contrário de hoje, era ainda densa e extensamente florestada com diversas variedades de *quercus*. O sobreiro era menos dominante do que hoje, sendo comuns os carvalhos e os soutos (castanheiros). Estes existiam em extensas manchas, em zonas mais húmidas, cujos vestígios sobreviveram até à actualidade. O papel da castanha na alimentação humana teria uma importância sem dúvida significativa mas que é impossível avaliar.

Em zonas indeterminadas, milénios de agricultura rudimentar de roça e queimada tinham já dizimado a floresta ancestral, embora sem a destruir completamente. O clima era também mais húmido e chuvoso. Nestes extensos espaços de matos e árvores, antepassados bravios dos nossos montados, os romanos nunca procederam a uma ocupação organizada do território ou a uma colonização agrícola significativa.

No estado actual dos conhecimentos, que são poucos pois a prospecção arqueológica da Serra ainda vai nos seus inícios, a ocupação romana limita-se a estações viárias, sítios mineiros e pontos de controlo militar, sendo estes últimos ou da República Tardia ou já contemporâneos do curto período de ocupação bizantina, abordado mais adiante.

A Serra estaria porém longe de ser um deserto humano, permanecendo um lugar de madeireiros, carvoeiros, pastores, caçadores, bandidos e foragidos, ocupações múltiplas muitas vezes reunidas nas mesmas pessoas.

As vias principais usadas pelo *cursus publicus*<sup>30</sup> estariam sem dúvida englobadas em corredores policiados, cujas estações se acompanham de pontos de vigilância e de sinalização. Embora estes sítios não deixem quase nunca registo arqueológico (excepto moedas – em casos de muita sorte), a fisiografia dos percursos deixa adivinhá-los com uma relativa facilidade, sobretudo quando sobrevive uma toponímia de índole militar que assinala os pontos de

---

<sup>30</sup> O serviço de correio usado exclusivamente pelas autoridades militares e administrativas e que constituía uma peça fundamental da articulação política do Império.

maior interesse estratégico ao longo dos percursos: estes exemplos são muito comuns em todos os corredores naturais que atravessam a Serra, obviamente usados como vias terrestres no período romano devido ao seu número limitado.

Os sítios mineiros – nomeadamente os do século I, de que se conhecem alguns no Norte dos actuais concelhos de Alcoutim e Tavira e muitos outros no Baixo Alentejo e na Estremadura espanhola<sup>31</sup> – são fortificados segundo um padrão arquitectónico estandardizado e bem conhecido, correspondendo a uma colonização mineira de veteranos militares iniciada no tempo de Augusto. As *mutationes* viárias, já referidas, seriam provavelmente também fortificadas. Minas mais importantes ou em zonas de grande densidade mineira, na área de Alcoutim, talvez de Silves e diversos pontos do Baixo Alentejo, teriam já guarnições armadas encarregadas do policiamento e da engenharia mineira.

Fora destas zonas praticamente militarizadas seriam escassos os núcleos de povoamento rural, ao contrário do que se verificará a partir da conquista islâmica, em que se tornam extremamente comuns.

As actividades económicas mais importantes, para além da já referida exploração mineira, eram sem dúvida o abate de madeira e a pecuária de ovinos, que se estruturariam em campanhas sazonais organizadas e bem defendidas.

Sobre a organização dos madeireiros nada se sabe. Apenas que a metalurgia associada à mineração consumia enormes quantidades de lenha e que os centros urbanos eram – embora em menor escala – também grandes consumidores de madeira, sobretudo para o aquecimento dos banhos públicos e privados e para a construção civil e naval. Na realidade uma das consequências nefastas do domínio romano do Algarve em termos ambientais foi, para além da espoliação mineira, a destruição florestal, que a partir do século VII começa a ser significativa na erosão de solos e colmatação de estuários navegáveis.

---

<sup>31</sup> MAIA 1986, MAIA E MAIA 1996 e MORET 1999

A desflorestação não tinha porém ainda a gravidade que viria a assumir mais tarde, a partir do período islâmico. Devia abranger sobretudo as referidas zonas mineiras e as áreas passíveis de transporte fluvial e marítimo da madeira, o único modo viável de realizar o abastecimento urbano. Seriam assim a região do Arade<sup>32</sup> e, sobretudo, a Serra do baixo Guadiana as zonas mais desflorestadas, a que poderíamos adicionar o planalto de Martinlongo-Via Glória e a orla do maciço de Monchique, devido à sua riqueza agrícola, que se traduziu numa colonização agrária romana mais intensa. Convém não esquecer também o considerável potencial florestal do litoral, baseado no pinheiro manso assente nos areais e dunas (o pinhal de Montenegro seria então uma grande mancha florestal nos arredores de *Ossonoba*<sup>33</sup>), que sem dúvida contribuiu para o fornecimento dos centros urbanos vizinhos, embora não se saiba em que modos.

O sistema de exploração agrícola baseado na roça-queimada<sup>34</sup>, que consistia na agricultura temporária de terrenos florestais, com características itinerantes em tempos muito mais recuados, deve ter-se mantido pontualmente em zonas mais acessíveis e em épocas de más colheitas. Tirando as zonas atrás referidas, não deve ter contribuído nesta época de modo decisivo para a degenerescência florestal. Porém, do lado do Alentejo, região possuidora de uma criação de gado muito mais extensiva e associada à cultura cerealífera, este modo de cultivo deve ter criado já as primeiras manchas importantes de montado sobre os restos da antiga floresta.

A pecuária (sobretudo de ovinos) tinha uma importância estratégica na economia urbana, pois as cidades constituíam os principais centros concentradores e consumidores de carne e lã. No entanto, a bacia algarvia era, e é, demasiado pequena e ocupada agricolamente para se auto-abastecer em gado e os terrenos das *villae* demasiado pequenos para uma pastorícia extensiva com as dimensões necessárias.

---

<sup>32</sup> A foz do Arade é indicada por fontes árabes como zona fornecedora de madeira para exportação.

<sup>33</sup> O que é confirmado séculos mais tarde por fontes árabes.

<sup>34</sup> Memorizado na toponímia com os nomes de arroteia, roça, rocina e outros derivados.

A pecuária tinha também uma importância fundamental no sistema agrícola mediterrânico utilizado pelos romanos nas *villae* do litoral e do barrocal, pois o estrume por ela produzido constituía a principal forma disponível de fertilizante. A rotação dos pastos e a respectiva deslocação sazonal dos rebanhos integrava-se então, tal como hoje, na rotação dos campos, existindo já o sistema de cercados nocturnos, de origem pré-romana.

O défice de carne e lã compensava-se no entanto pelo comércio de gado transumante proveniente da planície alentejana. Sabe-se que esta forma de economia remonta à Pré-História e estava altamente desenvolvida na Hispânia pré-romana, fazendo parte fundamental do modo de vida dos Lusitanos, Celtiberos e Célticos, ocupando estes últimos, como já referido, o actual Alentejo.

Não há, infelizmente, notícias escritas nem um estudo arqueológico específico deste modo de vida no período romano. Apenas se deduz a sua ligação a uma profunda religiosidade ritual pré-cristã, de origem pré-romana, associada às deslocações da geografia do calendário pecuário e que sobreviveu até aos dias de hoje através de diversos santuários e rituais antigos, prontamente disfarçados com uma roupagem cristã bastante transparente<sup>35</sup>.

Podemos deduzir assim que o trânsito do gado, fundamental na articulação já existente das economias litoral e interior do Sul da Lusitânia, estaria provavelmente a cargo de elementos indígenas célticos, cujas relações com os proprietários das *villae* e as oligarquias urbanas são totalmente desconhecidas. A manutenção do compáscuo até ao século XIX por todo o Sul (e no barrocal algarvio até ao fim da Idade Média) levanta a hipótese dos antigos costumes da *hospitalitas* pecuária<sup>36</sup> – comuns aos mundos celta e romano – se terem mantido ao longo do Império, garantindo o direito à pastagem livre

---

<sup>35</sup> Caso, por exemplo, dos sítios e festividades associadas a N<sup>a</sup> Senhora da Cola (Ourique), N<sup>a</sup> Senhora do Verde (Portimão) e São Pedro das Cabeças (Castro Verde).

<sup>36</sup> Que consistia, muito simplificada, em acordos ritualizados de travessia sazonal de gados por territórios controlados por entidades étno-políticas distintas, que se podiam estender a outros tipos de alianças, de que se destacam as familiares, militares e de comércio vário.

nas folhas de restolho e de pousio da cultura cerealífera das antigas *villae* alentejanas.

Resta ainda referir que a transumância implicaria a organização de gigantescos rebanhos de muitos proprietários e a manutenção de verdadeiros exércitos de pastores, que se deviam deslocar quase em regime de coluna militar devido à insegurança da Serra.

Para além da mineração, da floresta e da pecuária, outros recursos da Serra incluíam a recolocção de mel (única fonte conhecida de açúcar na Antiguidade)<sup>37</sup>, de pastel e da cochinhilha (usados como corantes têxteis) e de outras plantas diversas, bravias e semi-cultivadas, para além da caça, cujo significado cultural e social sempre foi imensamente mais importante do que o seu efectivo peso económico.

### ***Uma via do Itinerário de Antonino***

A importância económica do Algarve reflecte-se na extensão e densidade da sua rede viária romana, que finalmente começa a ser estudada com a profundidade desejada. Embora só se tenha encontrado um único marco viário<sup>38</sup>, da dinastia Júlio-Claúdia, ou seja do século I d.C, em Bias, a toponímia indicia numerosos exemplos e, sobretudo, o Itinerário de Antonino (lista de percursos criada no século II por razões fiscais e militares) indica três trajectos que percorrem a nossa região e a unem ao centro da Lusitânia:

- *Ossonoba* a *Salacia* (provavelmente *Salacia Imperatoria*, isto é, Alcácer do Sal), por trajecto que se perdeu, de que se indicam apenas as primeiras 16 milhas<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Conhece-se uma notícia epigráfica proveniente da Bética em que se regista o arrendamento de uma “malhada” apícola na Serra de Córdoba pelos magistrados da colónia a um particular (NEILA, 1994). Este tipo de contratos, que ilustra a existência de terras distantes do centro urbano sob a alçada municipal, deveria ser igualmente comum na serra Algarvia devido ao interesse económico e fiscal do mel e da cera para as *civitates*.

<sup>38</sup> Ou termo augustal, delimitador das *civitates* de *Balsa* e *Ossonoba*.

<sup>39</sup> Em termos meramente especulativos seria lógico que seguisse os portos do litoral até à foz do Arade e daí pelo importante eixo viário do Barlavento a Messines, Garvão ou Santa Luzia e Alvalade ou *Mirobriga*. Abrangeria assim uma extensa área económica, completando a drenagem do Sul da Lusitânia pela parte ocidental.

- *Baesuris a Pax Julia* por *Ossonoba* e *Ebora* (Évora).
- *Pax Julia a Baesuris*, por *Myrtilis* (Mértola).

O segundo percurso, longo e complexo, de *Baesuris a Pax Julia*, tem relevância para São Brás pois pode atravessar o concelho, o que justifica uma análise mais detalhada. Segundo o itinerário, tinha a sua primeira etapa em *Arannis*, *Arandis* ou *Aranni*. Prospecções na década de 90 em Castro Verde<sup>40</sup> e outras mais recentes na freguesia de Cachopo, durante o levantamento da carta arqueológica<sup>41</sup>, revelaram importantes indícios e levaram à reavaliação da informação disponível na parte Sul do trajecto. O **mapa 4** apresenta uma síntese dos resultados preliminares, saindo fora do âmbito deste trabalho abordar a análise crítica da reconstituição dos percursos.

A análise do mapa mostra que de *Ossonoba* partiam dois itinerários para Norte, já referidos, praticamente simétricos e com a mesma extensão, um pelo Oeste e outro pelo Leste. Reuniam-se de novo ou em São Pedro de Solis ou em Santa Bárbara de Padrões, sendo as distâncias praticamente as mesmas.

#### *Trajecto oriental*

O trajecto Oriental constituía, na opinião do autor, a via romana terrestre mais importante do Algarve no apogeu do Império Romano<sup>42</sup>. Corresponde ao eixo provincial fundamental, ligando as duas cidades mais importantes do Sul da Lusitânia (*Ossonoba* e *Balsa*) à capital conventual *Pax Julia*, à capital provincial *Emerita* e, numa vizinhança mais próxima, a *Myrtilis*. Faz também comunicar o litoral Sul com a importante zona mineira da Serra de Alcoutim e com a via mineira que desde esta localidade se dirigia a *Italica*

---

<sup>40</sup> Realizadas por Maria Maia, Manuel Maia e Artur Martins. Ver MAIA 1987, obra fundamental sobre a geografia, história e sistematização do registo arqueológico do Baixo Alentejo, do século III a.C. ao século I d.C.

<sup>41</sup> MAIA E SILVA 2000, pp. 20-27

<sup>42</sup> Uma vez que a via litoral parece constituir sobretudo um complemento à cabotagem entre o rosário de povoados litorais, limitada por obstáculos devidos aos numerosos esteiros inundados. A matriz viária antiga indicia a ausência dum eixo viário supra municipal, reforçando a ideia, baseada na cartografia mais antiga e defendida pelo autor, que a actual E.N. 125 não é anterior ao século XVIII nem se traçou sobre uma imaginária via romana anterior.

(Santiponce, perto de Sevilha) por *Praesidium* (perto de San Lúcar del Guadiana, em frente de Alcoutim) e *Rubrae* (Tarsis, na Serra de Huelva).<sup>43</sup>

Pôde estabelecer-se com elevada probabilidade que esta via se dirigia de *Ossonoba* a Santa Catarina da Fonte do Bispo, passando pelo importantíssimo santuário de Zéfiro (em Moncarapacho, local abordado mais adiante, na página 87), em cuja zona se ligava com importantes ramais provenientes de *Balsa*, estabelecendo um tronco comum para Norte. Atravessava a extremidade nordeste do concelho de São Brás de Alportel, entre Fronteira e Cerca do da Lagoa, numa extensão de 5.5 quilómetros<sup>44</sup> e dirigia-se para Norte, pela Mealha e Moinho do Pereirão, até São Pedro de Solis e daí a Santa Bárbara de Padrões e São Pedro das Cabeças.

A distância de *Ossonoba* a Santa Bárbara de Padrões é, neste percurso, de 89 km<sup>45</sup>, isto é, 60 mp.<sup>46</sup> ou seja precisamente o valor indicado no Itinerário de Antonino, e de 62.5 mp. a São Pedro das Cabeças.

#### *Trajecto Ocidental*

O trajecto Ocidental parece ter servido fundamentalmente *Ossonoba* e os eventuais povoados secundários do Algarve Central, de carácter não urbano. Tinha dois eixos a partir de Ameixial:

1. O de *Arannis*, com dois percursos alternativos desde Santa Cruz (Estação < *Statio*): Ou por Semblana<sup>47</sup> e Senhora da Graça de Padrões ou reunindo-se ao itinerário Oriental em São Pedro de Solis.

---

<sup>43</sup> Constituindo parte de outro Itinerário de Antonino, de *Praesidium* a *Emerita*. (ACEVEDO 1998).

<sup>44</sup> A via corresponde sensivelmente ao limite antigo dos concelhos de Tavira e Loulé, por Serro da Ursa, Lages, e Fronteira. (LOURO 1929, p.61), o que constitui uma prova complementar da sua antiguidade e permite consolidar a hipótese de se tratar de uma via de fronteira entre as *civitates* de *Ossonoba* e *Balsa*.

<sup>45</sup> Distância medida digitalmente a partir do traçado dos percursos sobre a carta militar 1:25.000 geo-referenciada (folhas antigas e trajectos balizados pela implantação arqueológica e toponímica). O traçado é realizado sobre uma ampliação digital, aproximadamente na escala 1:10.000, produzindo erros inferiores a 1% relativamente à medição real no terreno.

<sup>46</sup> mp. (*miliapassuum*) designa a milha romana, com 1478.5 m



2. O eixo mineiro pré-romano de Marachique-Garvão, que passava pelo coração da antiga zona da escrita do Sudoeste. Este corresponde, na opinião do autor, ao eixo mineiro ancestral de *Ossonoba*, sem dúvida utilizado desde os tempos fenícios, sendo o sítio de Fernão Vaz uma etapa natural do seu percurso. Liga também *Ossonoba* a importantes *oppida* célticos da II<sup>a</sup> Idade do Ferro (Mesas do Castelinho, Garvão e outros<sup>48</sup>).

A distância do trajecto de *Ossonoba* a Santa Bárbara de Padrões é, neste percurso, de 57 mp. e de 61 mp. a São Pedro das Cabeças.

Ambos os percursos podem corresponder, pela distância medida, ao assinalado no Itinerário de Antonino, no sentido de São Pedro das Cabeças<sup>49</sup>. O do Oriente por ser a via mais importante e o do Ocidente por drenar uma zona complementar a Oeste. Se o Itinerário de Antonino for essencialmente fiscal, então seguiria provavelmente o trajecto por Farrobilhas (Ludo), Loulé e Ameixial. Se a sua função for militar e de ligação administrativa (incluindo assim o *cursus publicus*), então corresponderia ao trajecto por Santa Catarina e Mealha (Cachopo), atravessando o concelho de São Brás.

#### *Trajecto de Arannis a Évora*

Para Norte de São Pedro das Cabeças a via do itinerário prosseguia na direcção de Évora, sendo a etapa seguinte em *Sarapia*<sup>50</sup>. No estado actual da investigação<sup>51</sup> a hipótese mais verosímil corresponde ao percurso que se dirige desde a portela de São Pedro das Cabeças por Amendoeira, Monte do Torrejão, Monte do Gavião, Romeira Velha, Ervidel, Monte do Pereiro, San-

---

<sup>47</sup> Antigamente Sembrana e cuja etimologia é *Semproniana*, revelando uma *villa de possessores*, de que há de resto vestígios arqueológicos (comunicação de Manuel Maia).

<sup>48</sup> MAIA, 1987

<sup>49</sup> Ver nota sobre **Arannis** no final do capítulo.

<sup>50</sup> Opção seguida por vários investigadores, face a *Salacia*: ARIAS 1987, HERVÁS e ARIAS 1987 e SAA 1967, IV pp. 87-88.

<sup>51</sup> O estudo desta etapa oferece numerosas variantes possíveis, ainda não totalmente exploradas, que localizam *Sarapia* num polígono que inclui Figueira de Cavaleiros, Porto dos Mouros, Ferreira do Alentejo e Peroguarda. Nas hipóteses mais ocidentais, a etapa *Arannis-Sarapia* correria por Castro Verde e Aljustrel.

ta Luzia e Peroguarda<sup>52</sup>, com a extensão de 35 mp., idêntica à registada no Itinerário entre *Arannis* e *Sarapia*.

A etapa de *Sarapia* a *Ebora* (Évora) iniciar-se-ia pela via de *Pax Julia* a *Salacia*, desde Peroguarda, por Alfundão e Vila Verde até perto de Odivelas. Daí prosseguiria pela via de Santa Margarida do Sado a Évora, por Vila Nova da Baronia e Viana do Alentejo. A extensão total deste troço é de 44,7 mp., muito próxima das 44 milhas assinaladas no Itinerário.

### ***A actividade mineira***

A importância da actividade mineira na região de *Ossonoba* pode ter tido um papel relevante no desenvolvimento económico da cidade e na importância social e política das suas elites durante o período Alto-Imperial. De facto o número de minas antigas, localizadas de modo aos seus produtos se escoarem directamente pelo porto da cidade, é já apreciável, apesar das limitações já referidas da prospecção arqueológica na Serra:

- Cerro das Alagoas, minas de ferro na freguesia de Salir (Loulé), exploradas no período romano (SANTOS 1972, II 159).
- Malhada do Nobre e Pedra do Leão, na freguesia de Santa Catarina (Tavira), minas de cobre perto de vestígios romanos não especificados (VEIGA 1880, III 61-65).
- Vendinha do Esteval, na freguesia de Querença (Loulé), perto do Cerro das Ferrarias, onde foram encontrados escoriais antigos e cunhas de cobre (VEIGA *ibidem*).
- Lapa e Lapa da Redonda na freguesia de Cachopo (Tavira) (MAIA, MAIA e SILVA 2000, 33-34).
- Tareja, mina de cobre com a forma actual de poço, em São Brás de Alportel (ESTRELA E BARROS 1999, 54).
- Cova dos Mouros em São Brás de Alportel, galerias com minério de calcopirite (Sítio inédito, informação de Angelina Pereira).
- Os sítios de povoamento mineiro ou de tratamento de minério do Monte do Castelo e do Lagarinho, ambos abordados neste trabalho, respectivamente nas págs. 70 e 74.

---

<sup>52</sup> Ver nota sobre **Sarapia** no final do capítulo.

- Algumas designações toponímicas indiciadoras de minas: Cerro do Ouro, perto da Fonte do Corxo (Cachopo, Tavira), Corte do Ouro na freguesia de Ameixial (Loulé) e Minas de Vale Covo na freguesia de Santa Cruz (Almodôvar).

Muitas minas antigas, sobretudo as mais pequenas e com infra-estruturas ausentes ou pouco importantes, não apresentam vestígios arqueológicos do período romano ou porque a modéstia dos meios utilizados os não deixou ou porque a exploração posterior eliminou os traços mais antigos. Não há, porém, dúvidas de que a exploração sistemática dos recursos mineiros ocorrida entre os séculos I e III d.C. terá originado muitas dezenas de pontos de intervenção que na sua grande maioria não deixaram rasto. Por outro lado, o que modernamente se consideram minas de cobre, ferro e chumbo eram fundamentalmente exploradas até ao período romano pela sua riqueza em prata e, por vezes, em ouro<sup>53</sup>, embora o cobre e o chumbo fossem igualmente extraídos em grandes quantidades. Inicialmente exploraram-se em maior grau os filões de calcopirite devido à sua facilidade de extracção, sendo naturalmente o cobre o metal mais abundante. Os metais preciosos concentravam-se nas zonas altas das jazidas, hoje desaparecidas.<sup>54</sup>

A partir do imperador Tibério (14-37 d.C.), foi clara a tendência para um controlo estatal directo das minas, que antes eram exploradas por sociedades privadas. Mais tarde os imperadores Flávios procederam à reorganização dos distritos mineiros e à sua direcção por um *procurator metallorum*, funcionário imperial encarregado do bom andamento dos trabalhos.<sup>55</sup>

No Sudoeste peninsular a existência destes funcionários está registada em Rio Tinto (Huelva), Aroche (Huelva), *Vipasca* (Aljustrel) e, o que é mais interessante, em *Ossonoba*.

De facto, num lingote de cobre encontrado no ilhéu de Planier, na costa mediterrânica francesa, surge uma inscrição que parece aludir<sup>56</sup> à existência

---

<sup>53</sup> LÉON 1978, p. 99.

<sup>54</sup> *Ibidem* p. 101-2.

<sup>55</sup> *Ibidem* p. 144-149.

<sup>56</sup> *Ibidem* p. 151, sobretudo a nota 4, refere as interpretações da inscrição.

de dois *procuratores* em *Ossonoba* na época de Antonino Pio, em meados do século II d.C:

IMP(eratoris) ANTONIN(i) PRIMVLI (et) SILONIS CCXCVII  
O[S]SONOBENSIS

O valor 297 assinalado refere o peso do lingote certificado pelos responsáveis. Os indivíduos, de nomes *Primulus* e *Silus*, seriam certamente agentes estatais de condição escrava<sup>57</sup>, o que parece revelar a exploração directa das minas pelo Estado Romano.

Outras inscrições encontradas em lingotes de chumbo recuperados de um naufrágio nas ilhas Baleares, datados do séc. I d.C., do reinado do imperador Vespasiano, indicam igualmente nomes de *procuratores* de minas da propriedade do Imperador, em que se destacam *Numerius Mevius Aper* e *Lucius Manlius*. Embora não se conheça a precedência exacta dos lingotes, apenas que provêm da costa Sudoeste da Península Ibérica, isto é do actual Algarve ou da província de Huelva<sup>58</sup>, é muito provável que ambos sejam provenientes do Algarve pois *Aper* é o cognome familiar correspondente ao *possessor* da *villa* de Apra, em Loulé, tal como desenvolvido na pág. 77, e *Manlius* é o nome da família mais preponderante de *Balsa*, sem ocorrência conhecida na província de Huelva.<sup>59</sup>

Os coutos mineiros parecem assim ter sido exclusivamente de propriedade Imperial mas a sua exploração podia ser feita ou directamente ou através de arrendatários. No primeiro caso, o Imperador actuava através de agentes, geralmente escravos ou libertos imperiais. No segundo caso, os arrendatários deviam pertencer às elites municipais locais ou ter-se-iam rapidamente integrado nelas após a sua instalação na zona.

Nada se sabe porém do modo de produção efectivamente utilizado. A produção escravagista adapta-se melhor a sítios concentrados, de maiores dimensões e com um elevado potencial logístico que facilite a segurança militar necessária a este modo de produção. Por outro lado, os pequenos sítios

---

<sup>57</sup> *Ibidem* p. 146 e 150-152.

<sup>58</sup> LÉON 1978, p. 147.

<sup>59</sup> Assunto a desenvolver num trabalho em preparação, sobre *Balsa*.

mineiros muito dispersos, como parece ter sido o caso da Serra, adaptam-se mal a essa organização, não justificando possivelmente os elevados custos associados.

A alternativa pode ter sido um apertado controlo oficial do escoamento de minério, proibição de purificação fora de locais autorizados e por entidades não reconhecidas e estabelecimento duma infra-estrutura de colecta e transporte, com eventuais centros intermédios de concentração. Assim a exploração directa das minas poderia ser realizada de modo parcelar ou num sistema híbrido semi-esclavagista e familiar. O carácter primitivo dos instrumentos e das condições técnicas e o predomínio de jazidas superficiais, associados à ausência duma colonização mineira da Serra de modo idêntico à do Baixo Alentejo, favoreceriam o recurso quer às populações rurais de raiz indígena quer aos exploradores esclavagistas itinerantes especializados na mineração. Não pode porém pôr-se de lado a hipótese da exploração ter sido realizada, pelo menos parcialmente, por colunas militarizadas itinerantes de escravos imperiais e condenados, com um carácter sazonal.

A mineração e o transporte dos metais dela resultante parecem ter sido um dos principais pilares económicos e sociais das oligarquias locais do litoral. Estas associavam o enquadramento junto das populações locais e o conhecimento territorial com a sua vocação para as actividades de transportes marítimos e com a sua integração política ao assumir uma actividade directamente ligada aos interesses imperiais. Pode ter sido esses o caso dos *Manlii de Balsa*.

Parte dos arrendatários e *procuratores* tornaram-se também *possessores* de *villae* perto dos centros nevrálgicos da actividade mineira, consolidando assim a sua rede de influências sociais e prestígio político com a posse de extensos bens fundiários. Pode ter sido o caso do *Aper* acima referido.

Mais do que o potencial agrícola da região, limitado pela quantidade e qualidade dos solos e pela concorrência da Bética, foi talvez a mineração que justificou a imigração de famílias ligadas à casa imperial (como parece ter sido o caso dos proprietários da *villa* de Milreu<sup>60</sup>) e fomentou uma intensa vida

---

<sup>60</sup> HAUSCHILD 1997 e 1999.

urbana marítima em que sobressaem os libertos e as suas formas específicas de culto imperial<sup>61</sup>.

A localização de São Brás, vista a esta luz, assume novos contornos explicativos como centro concentrador de minérios da zona serrana a Norte de *Ossonoba* a que pertenceriam as minas acima assinaladas. Explicar-se-iam assim plenamente as estruturas interpretadas como de uma *mutatio*, bem como as eventuais sepulturas de legionários e, sobretudo, a complexidade e a qualidade da rede viária, excessivas para as condicionantes agrícolas e orográficas existentes. Os troços calçados da *Calçadinha*, da Corte e do Bengado, entre outros, seriam assim plenamente justificados pelas necessidades logísticas do transporte de metais que correria no sentido de *Ossonoba* e talvez de *Balsa*. Na pág. 79 e seguintes aborda-se a topografia do local.

## O Baixo-Império

A partir do século III, por razões complexas ainda hoje debatidas e que transcendem totalmente o âmbito desta exposição, o sistema urbanístico e comercial-marítimo do sul da Hispania entra em progressivo colapso económico, político e social. Uma sequência de catástrofes naturais e de invasões contribui para acelerar essa crise, que tem como principais consequências o empobrecimento das cidades e o fim da produção mercantil rentável de produtos agrícolas locais, cuja origem passa progressivamente para o Norte de África em detrimento do Sul da Península Ibérica.

A evolução urbana específica dependeu seguramente de factores políticos e locais particulares, para além da conjuntura económica geral. Só assim se justifica a decadência acelerada dum conjunto importante de sítios do litoral, em que se destaca *Balsa*, e a manutenção e concentração da funcionalidade urbana noutros, em que se destaca *Ossonoba* e, seguramente, os núcleos de povoamento do Arade.

---

<sup>61</sup> ENCARNAÇÃO 1987 e MANTAS 1990.

Especificamente para *Ossonoba*, a evolução social urbana nos séculos III e parte do IV, pode esquematizar-se de forma assaz grosseira nos seguintes pontos:

1. A elite de libertos enriquecidos que caracterizou o período Alto-Imperial, principal agente da vida municipal e do culto imperial e responsável pelo fulgor urbanístico das cidades do golfo de Cádiz - e não só - entra em séria crise de relacionamento político com a dinastia imperial, de deterioração da sua base económica comercial e de choque fiscal. Esta crise é particularmente violenta na Bética, mas estende-se ao Sul da Lusitânia, que era um seu prolongamento sócio-económico desde muito antes da conquista romana.
2. Um sector relevante da oligarquia municipal, que sustentava as *villae* suburbanas da região, perde assim uma parte importante da sua base de subsistência e, para além disso, as *villae* ligadas às plantações em terrenos marginais deixam de poder reproduzir as suas condições de produção. As consequências são o abandono ou a decadência de numerosos locais, até aí florescentes, implantados em terrenos pobres do barrocal. Será esta provavelmente a origem do abandono de inúmeras *villae* desde os finais do século II. A actividade mineira sofre também um grande decréscimo a partir do século III, possivelmente por esgotamento das jazidas de prata. É possível que alguns dos sítios arqueológicos de São Brás, dependentes do barrocal e com pequenas várzeas irrigáveis, tenham sofrido um primeiro abandono ou forte decadência neste período.
3. *Ossonoba* mantém no entanto prerrogativas imperiais<sup>62</sup> na produção e exportação de conservas de peixe e na navegação para o Norte de África, aproveitando sem dúvida parte do vazio logístico criado com a crise. O centro da actividade económica peninsular desloca-se porém para o Norte, e, no caso da Lusitânia, para a zona de *Emerita*, cujo aro agrícola,

---

<sup>62</sup> O que se nota pela epigrafia de culto imperial durante o século III e pela abastança do sector marítimo durante o século IV, manifestada na realização do “mosaico do Oceano”, de feitura Norte-Africana e datável da transição do século IV para o V (informação de Maria Maia).

abrangendo o actual Alentejo português, tem um intenso desenvolvimento, tornando-se na principal zona cerealífera e oleícola, além de famosa pela criação de equinos.

4. Esta ruralização da Lusitânia traduz um processo progressivo, detectável desde finais do século II, de deslocação residencial das elites urbanas para o campo, processo que acompanha a decadência económica das cidades e que se observará de novo, por exemplo, na Tavira do século XVI. As suas *villae* sobrevivem e desenvolvem-se, associadas a melhores condições agrícolas de auto-subsistência, capazes portanto de garantir a reprodução da sua força de trabalho e as condições de vida dos proprietários. A nova oligarquia do Baixo-Império é numericamente menos numerosa mas tendencialmente muito mais rica. Geralmente associada ao exército ou a cargos imperiais, com ligações familiares e políticas por todo o Império, tem também mais poder político e sobretudo jurídico. As ligações económicas e culturais desta nova oligarquia estabelecem-se com a África romana, donde uma parte significativa parece ser proveniente e isso reflecte-se no desenvolvimento de *villae* no litoral marítimo, de costas voltadas para o interior, com estruturas portuárias próprias e uma economia baseada nos recursos marítimos. A sua riqueza reflecte-se no engrandecimento e enriquecimento da parte residencial das *villae* que assumem por vezes as dimensões e o luxo de verdadeiros palácios<sup>63</sup>. O número destas decresce mas a sua importância aumenta e associam-se a núcleos populacionais rurais secundários, casais pobres de colonos rurais que aí tendem a concentrar-se. O trabalho de colonos dependentes tende a assumir um papel determinante, associado à manumissão de escravos e à continuação dos descendentes dos libertos nas explorações agrícolas. O olival e a vinha para o comércio substituem-se pelas produções capazes de abastecer quantidades muito superiores de trabalhadores e população anexa no seio das propriedades. A cultura de cereais e de leguminosas aumenta relativamente de importância, o que, conjuntamente com o crescimento da mão-de-obra disponível, deve ter-se traduzido

---

<sup>63</sup> Boca do Rio, Abicada, Cerro da Vila, talvez Loulé Velho e Ludo, Marim, Pedras del Rei, talvez Cacela e Manta Rota e Montinho das Laranjeiras, só para citar as mais importantes.



em importantes trabalhos de arroteias, despedregas e secagem de terrenos alagados. Será provavelmente nesta fase que surgem as primeiras zonas de valados e terraços de despedrega no barrocal, nas faixas limítrofes dos assentamentos agrícolas.

Podiam assim concentrar-se muitas centenas de pessoas em enormes explorações rurais polinucleares, que chegam facilmente a ocupar milhares de hectares. É nesta fase que as *villae* adquirem o nome dos seus proprietários (os *possessores*), designações que por vezes permanecem ao longo dos séculos até hoje, sobrevivendo aos vestígios e à memória das *villae* e passando a designar os povoados rurais que herdaram o seu território. Esta herança milenar, de importantes consequências arqueológicas e fundamental para a história do povoamento rural, é bastante abundante no Algarve e possui pelo menos dois importantes exemplos na zona de São Brás: Apra e Jordana.

### **Os sítios religiosos pré-cristãos**

O conhecimento actual do panorama religioso pré-cristão do Algarve é ainda muito incompleto, devido a uma pobreza regional específica da epigrafia respectiva e à ausência de vestígios significativos. Uma parte da informação disponível baseia-se em numerosas notícias das fontes escritas greco-latinas. Outra parte, mais relevante para a zona de São Brás, assenta em fontes alternativas como a toponímia, a história territorial do cristianismo primitivo e a sobrevivência de costumes populares.

De facto, a vitória política do Cristianismo a partir de Constantino, no século IV, não fez desaparecer os antigos cultos, tendo alguns deles continuado a ter forte influência local pelo menos até ao século VI, e provavelmente até mais tarde. Conhece-se muito pouco do processo de conversão religiosa do mundo rural, fundamentalmente pagão. Deduz-se no entanto, pelas marcas deixadas na toponímia e na história religiosa, escrita muitos séculos mais tarde, que os cultos antigos foram extremamente tenazes, sobretudo os associados a santuários e a rituais produtivos anuais, o que obrigou as autorida-

des cristãs a uma intensa política de *interpretatio* hagiológica<sup>64</sup>, sobretudo martirológica e mariana, de divindades pré-cristãs muito diversas e a consagração cristã ou a destruição pura e simples da maioria dos antigos locais de culto<sup>65</sup>.

Os sítios hagianímicos páleo-cristãos, amplamente referidos neste trabalho, são a manifestação mais evidente dessa adaptação cristã de locais de culto antigos, graças à sua localização privilegiada na malha de domínio territorial. Além destes sobreviveram até hoje algumas referências primitivas não muito longe de São Brás, apesar da sua obliteração e desvalorização sistemáticas e da zona dever estar, pela sua proximidade, sob controlo estrito do bispado de *Ossonoba*.

O Cerro de São Miguel constituiu sem dúvida o santuário religioso mais importante do Algarve Central e Oriental, segundo em notoriedade após o de *Baal Hammon-Cronos-Saturno* no Cabo de São Vicente, e que é especialmente relevante para a zona de São Brás pela sua proximidade e visibilidade. Trata-se de um sítio partilhado por *Balsa* e *Ossonoba* e consagrado a *Zéfiro* – o vento do Oeste – designado por *Favonio* pelos romanos. Nada se conhece da sua influência na religiosidade são brazense<sup>66</sup>, mas presume-se que deve ter sido enorme, pelas razões expostas na descrição monográfica do lugar, na pág. 87.

Como exemplos toponímicos de santuários na área de Loulé referimos Estela Montes (*Stella Montis*, com o sentido de Estrela dos Montes) cuja dedicação primitiva é por enquanto desconhecida<sup>67</sup> e Janares (*Dianaris*), a Norte de

---

<sup>64</sup> Isto é, a substituição das divindades antigas pelo culto cristão dos Santos e da Virgem Maria. Ver a nota 88 na página 52.

<sup>65</sup> As fontes eclesíásticas e visigóticas, do século VI a princípios do VIII, são unânimes em denunciar a prevalência dos antigos cultos, sobretudo nos meios rurais, de tal modo que o termo *pagani*, que originariamente indicava os camponeses (habitantes dos *pagi*) passa a ter o sentido actual de pagãos, que substitui totalmente o original.

<sup>66</sup> Embora despertem curiosidade as notícias sobre o bispo de Faro, em 1622, ameaçar multar pesadamente e excomungar os camponeses de São Brás culpados de “tirar o Sol ou a calma”, “benzer a fala” e “encomendar o gado” (LOURO 1929, p.87).

<sup>67</sup> Sítio associado geograficamente aos topónimos São Faustino e a Monprolé, de etimologia desconhecida.

Salir, evocativo do culto rural a Diana<sup>68</sup>, com origem num culto pré-romano muito popular, cuja divindade desconhecida foi rapidamente assimilada por sincretismo à Diana latina. Este culto confirma-se epigraficamente em Loulé, mais precisamente na torre da igreja de São Clemente<sup>69</sup>, local abordado na pág. 86).

Como exemplo etnográfico, ainda em Loulé, o sítio da Fonte da Benémola está registado como local da celebração não católica do solstício de Verão (São João), caracterizada por um ritual de fertilidade que se manteve até há poucas décadas<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> FERNANDES, 1999, pp. 248

<sup>69</sup> ENCARNAÇÃO 1984, p. 104 – Vol 1º

<sup>70</sup> Informação do professor Pedro Prista Monteiro.

## NOTAS

Resumem-se seguidamente as hipóteses de identificação das estações viárias abordadas no texto, cuja localização permanece polémica.

### *Arannis*

Quer São Pedro das Cabeças como Santa Bárbara de Padrões possuem santuários do período romano. Este último, detalhado mais adiante, parece ser dedicado a Selene-Fortuna-Isis, de função primordial aparentemente salutar e provavelmente associado às actividades de mineração da zona.

O de São Pedro das Cabeças tem, pelo contrário, uma topografia claramente pré-romana, de santuário de montanha, cuja hagnonímia o associa a uma divindade solar masculina, compatível com Tarannis, divindade principal do panteão céltico, deus do raio e da trovoada, assimilado a Júpiter<sup>71</sup> e cujo nome o autor identifica com a estação Arannis do Itinerário de Antonino. Tem um espólio arqueológico da 2ª Idade do Ferro<sup>72</sup> em que se destaca uma colecção de copos e olhos votivos.

O sítio de Sete (Castro Verde) localiza-se sobre o trajecto da via romana em questão, precisamente a sete mp. de São Pedro das Cabeças, correspondendo assim a uma estação viária ou *mutatio* que sobreviveu na toponímia e que localiza o ponto de destino sem deixar margem a dúvidas.

Toda a região revela uma densificação de vestígios romanos, em que sobressaem os *castella* mineiros, constituindo quase seguramente uma comunidade cívico-religiosa centrada na mineração. Com fortes vestígios de ocupação romana desde o século II a.C, anterior às Guerras Lusitanas (Castelo das Juntas e Castro Verde, entre outros), em pleno território dos *celtici*<sup>73</sup>, a sua organização territorial Imperial origina-se em colonizações de veteranos militares de Pompeu, César e Augusto<sup>74</sup>, embora o seu estatuto jurídico posterior seja desconhecido. Para além dos citados *castella*, a marca topográfica mais conspícua é uma extensíssima grelha regular de caminhos orientados no sentido do Guadiana e cujas marcas fósseis sobrevivem na matriz viária actual, englobando no seu seio a grande maioria dos *castella*, com uma aparência

---

<sup>71</sup> CERUNNOS, 1998.

<sup>72</sup> MAIA, 1987 vol. 2 p. 38.

<sup>73</sup> MAIA, 1987

<sup>74</sup> MAIA 1986, MAIA E MAIA 1996 e MORET 1999

eminentemente cadastral (Ver o **Mapa 4**). Essa grelha traça um enorme rectângulo que se sobrepõe parcialmente à área de *Myrtilis*, integrando-se seguramente no povoamento rural desta *civitas*, revelando assim o seu carácter de colónia ou definindo uma *praefectura*<sup>75</sup> que, a título meramente identificativo, poderíamos designar por centurição arannicense.

A informação obtida de Leite de Vasconcelos, baseada numa visita efectuada em 1897<sup>76</sup> revela:

- A existência de vestígios de uma muralha, aparentemente romana, em pedra rebocada, com uma espessura na base de cerca de 3 metros. Esta muralha sobrevivia a Sul e a Sudoeste do morro e, aparentemente, devia subir o morro de modo a incluir a zona de ruínas e a actual ermida pois no topo também foram detectados os seus vestígios
- A localização da actual povoação sobre um extenso campo de ruínas romanas em que se destacam largos tractos de *opus signinum*, nas ruas e nas casas.
- A existência de um tanque circular, no topo do cerro da ermida, onde apareceram também colunas. Em toda a parte a ocidente do meridiano da ermida, pelo morro abaixo e na sua base abundam alicerces e cacos, tendo sido encontradas muitas moedas. Não se conhecem porém inscrições. Perto da muralha Sul foram também encontrados 9 metros de cano de chumbo.

Na década de 80 a área foi prospectada superficialmente por Maria e Manuel Maia,<sup>77</sup> sendo este último o proponente da associação de Santa Bárbara de Padrões com *Arannis*.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> ARIÑO e GURT, 1994

<sup>76</sup> VASCONCELOS 1927, vol. 2, pp. 197-8.

<sup>77</sup> MAIA e MAIA 1997, pp. 13-23 e informações pessoais destes autores.

<sup>78</sup> MAIA 1987

Sobre a via que, de *Ossonoba* se dirigia a Santa Bárbara de Padrões, diz o autor:

“...entre Faro e a grande estação romana de Santa Bárbara dos Padrões..., que propomos identificar com *Arannis*... A nossa proposta de traçado da via baseia-se num grande troço de calçada tipicamente romana que identificámos, entre São Pedro de Solis ... e a Ribeira de Oeiras, a Norte da povoação da Caiada... e que faz parte de uma estrada que, ainda recentemente, era utilizada pelas populações daquela região do Baixo Alentejo, como caminho, para o Algarve.” (vol. 1 pp 293)

Sobre Santa Bárbara diz:

“Existe, perto desta localidade, um vasto campo de ruínas, cuja área, de cerca de 15 ha, excede, em muito, aquela que normalmente é ocupada pelos vestígios de uma *villa* rústica... Dado que a implantação topográfica das ruínas não permite a sua identificação com os restos de um *oppidum*, admitimos que a estrutura defensiva seria de construção datável do período romano, o que acrescenta verosimilhança à dedução do autor [Leite de Vasconcelos]” (vol. 2 pp. 133-4)

Os vestígios superficiais sobreviventes limitam-se actualmente à zona não edificada, entre o ribeiro e a capela, a Sul do eixo viário principal. Os quadrantes 1,3 e 4 do morro apresentam também uma elevada densidade de vestígios. Perto da ermida foram descobertos dois tanques-piscinas romanos e elementos de uma basílica páleo-cristã.

Em 1994 foi descoberto um depósito votivo de lucernas, com milhares de exemplares, constituído por uma vala rodeada por muros, com 15 m por 2 m. No século III este depósito foi ampliado a Sul, em mais 3 m. A estratigrafia indica uma deposição desde meados do Séc. I até finais do III.

O sítio foi interpretado como depósito secundário de um santuário localizado no sítio da actual ermida, associado a um possível manancial e a tanques de uso religioso. Esse santuário foi precedido de cultos pré-históricos reconhecidos por um menir presente no local e seguido no período tardo-romano, por uma basílica páleo-cristã e, posteriormente, por um templo cristão de traça gótica.

Uma análise topográfica superficial sobre um ortofotograma geo-referenciado<sup>79</sup> parece indicar vestígios de uma retícula de arruamentos hipodânicos, organizada em torno de um *decumanus* sob a actual estrada da capela. A disposição dos caminhos actuais já existentes em 1951<sup>80</sup> aponta para a dispersão viária em torno de quatro pontos correspondentes aos eixos acima referidos, o que indicia a existência de quatro portas no antigo recinto amuralhado. Toda esta estrutura é compatível com uma fundação urbana original, cujo perímetro amuralhado teria provavelmente uma forma hexagonal ou octogonal alongada, esta última semelhante à de *Barcino*<sup>81</sup>.

A área amuralhada será de cerca de 14.5 ha, estimativa muito próxima do cálculo original de Manuel Maia.

A relação de proximidade com o *oppidum*-santuário de São Pedro das Cabeças poderá indiciar uma deslocação de povoamento a partir deste local, desde o Séc. I d.C. de modo semelhante ao sucedido em muitos outros lugares (*Ammaia*, por exemplo). O sítio céltico de *Arannis* corresponderia assim originalmente a São Pedro das Cabeças, tendo o topónimo emigrado posteriormente para o novo assentamento de raiz romana, em Santa Bárbara de Padrões.

---

<sup>79</sup> Ortofoto nº 4371 do CNIG, levantamento de 1995 em infravermelhos, na escala 1:10.000. Foi geo-referenciada uma zona de 2x2 km em torno do núcleo urbano por ajustamento topográfico de três pontos sobre a grelha militar métrica.

<sup>80</sup> Folha 556 da Carta Militar, de 1951.

<sup>81</sup> PALANCA, 1997 p. 139.

### *Sarapia*

A selecção de Peroguarda como lugar mais provável de *Sarapia* decorre duma conjugação única de todos os factores que podem contribuir para a localização de uma *mansio* do Itinerário de Antonino:

- Situa-se no centro de um importante complexo viário em que se cruzam as vias que partiam de *Pax Julia* para Ocidente com as que de Sul e Sudoeste se dirigiam a *Ebora*. Odivelas, Alfundão, Peroguarda e Santa Luzia definem um polígono de cruzamentos para *Arannis* (por Ervidel), *Vipasca* (Aljustrel, por Ferreira do Alentejo), Santa Margarida do Sado (por Figueira de Cavaleiros), *Salacia* (Alcácel do Sal, por Odivelas e Porto do Rei) e *Myrtilis* (Mértola, por Pisões), para além das já referidas *Pax Julia* e *Ebora* (Évora, por Viana do Alentejo ou pelo Alvito).

Peroguarda, a 19 km de Beja e Alfundão a 22.5 km configuram o local da primeira *mutatio* após *Pax Julia* (13 a 15 mp.) no cruzamento acima citado, o que se parece confirmar pela etimologia de Alfundão de FONDAC < FUNDUQ, que significa albergue ou hospedaria em árabe<sup>82</sup>. Mário Sáa<sup>83</sup> refere também a existência dum albergue mas sem justificar. Esta *mutatio* serviria igualmente a via de *Ebora*.

- O polígono anteriormente definido contém numerosos e importantes vestígios romanos que, indiciando um lugar central, se distribuíram por mais de um *vicus*. A toponímia reforça esta hipótese: Para além de vários Vilares, Vila Verde e Vilas Boas existem hagiónimos pré-islâmicos (Santa Margarida, Santa Luzia e São Vicente) indiciadores duma rededicação páleo-cristã e um Cerro do Pilar, perto dum dos sítios de ruínas romanas<sup>84</sup>.
- Peroguarda foi um importante lugar sagrado, tal como indicia o depósito de centenas de lucernas votivas aí descoberto. A abundância dos hagiónimos páleo-cristãos já referidos poderá estar relacionada com este culto anterior. As lucernas foram estudadas e comparadas por Maria Maia com as dos depósitos votivos semelhantes de Santa Bárbara de Padrões (em ou na área de *Arannis*) e da Horta do Pinto (em *Ossonoba*), revelando-se corresponder a objectos das mesmas tipologias, origens de fabrico e cronologia. Esta semelhança levou a referida autora a elaborar a hipótese duma ligação comercial e religiosa entre os três locais, configurando a definição de um itinerário em que as lucernas, de importação, seriam

---

<sup>82</sup> SOLDEVILLA, 1883.

<sup>83</sup> SÁA, 1967, IV p.70.

<sup>84</sup> SÁA, 1967, IV e ALARCÃO, 1988a, II contém informação relevante.

transportadas desde *Ossonoba* para o interior<sup>85</sup>. Esta relação de locais foi determinante para o autor na consideração de Peroguarda como etapa do Itinerário de Antonino, levantando a hipótese complementar do culto associado às lucernas poder estar ligado, pelo menos parcialmente, ao trânsito oficial que o itinerário definia. A abundância dos temas Hélio, Selene e Fortuna, entre outros, nos motivos das lucernas, para além da utilização destas como objectos de culto, permite também a hipótese da associação deste santuário ao culto de Serapis, pelo menos numa dada fase, justificando assim o topónimo da *mansio*.

- Peroguarda liga-se a *Arannis* e *Ebora* segundo vias parcialmente confirmadas ou segundo percursos compatíveis extraídos da matriz viária pré-industrial, passando por um conjunto significativo de sítios romanos e toponímicos. As distâncias correspondem exactamente às indicadas no Itinerário de Antonino, tal como descrito no texto.

### *Statio Sacra*<sup>86</sup>

A identificação de Moncarapacho com a *Statio Sacra* da **Cosmografia de Ravena**, itinerário viário de autor anónimo do séc. VII, baseia-se na invulgar reunião de um conjunto de características significativas:

- *Área de concentração de estações arqueológicas*

Localiza-se entre *Balsa* e *Ossonoba*, tal como a referida *Statio*, a Norte do importante páleo-estuário do Tronco, hoje desaparecido e representado no **mapa 5**. A sua área corresponde a uma das maiores concentrações de estações arqueológicas conhecidas no Algarve, das quais 39 apenas dos períodos Romano e Tardo-Antigo.

- *Pagus estuarino e centro industrial da civitas Balsense*

Os páleo-estuários do Algarve, designadamente os de Castro Marim-Rio Seco, Moncarapacho-Tronco, Mexilhoeira-Alvor e de Lagos, parecem ter desenvolvido um tipo de povoamento específico no período romano. Esse povoamento, que designaremos experimentalmente por *pagi estuarinos*, caracteriza-se pela densificação dos assentamentos rurais, dispostos como um cordão que rodeava parcialmente a antiga margem dos estuários, e pela concentração de estabelecimentos industriais extractivos, oleiros e agro-marítimos. Este tipo de povoamento linear

---

<sup>85</sup> MAIA e MAIA 1997

<sup>86</sup> Resumos de um opúsculo inédito, integrado na investigação do autor sobre o território de *Balsa*.



costeiro gera-se na combinação das condições geográficas específicas dos estuários algarvios com os movimentos de imigração e fixação populacional ocorridos na costa Sul da Lusitânia a partir do séc. I d.C., sobretudo após a atribuição do direito latino às *civitates* estependiárias peninsulares.

Na área de Moncarapacho conhecem-se duas estações de fornos cerâmicos, um deles de produções anfóricas, associado a um estabelecimento de salga e ao domínio das elites municipais balsenses manifestado pela presença na vizinhança da sepultura de um cliente ou liberto dos *Manlii*.

Conhece-se igualmente uma estação de processamento de bivalves, do mesmo período.

A multiplicação dos achados na actual área urbana indicia uma povoação cujos arruamentos principais correspondem às ruas ainda hoje existentes, com a orientação dos decumanos da *pertica* balsense. A presença destes e outros vestígios da centurição balsense, definindo o seu limite ocidental, revela uma integração de raiz no modelo de povoamento romano, pelo menos desde o séc. I d.C.

- *Centro viário regional de primeira grandeza*

A rede viária da região foi descrita nas págs. 29 e seguintes e está representada no **mapa 5**.

A sua posição indicia uma *mutatio* do percurso *Ossonoba-Arannis*, na direcção Norte-Sul e do percurso seco e pecuário entre *Ossonoba* e *Balsa*, na direcção Este-Oeste, evitando o estuário do Tronco.

A confluência local de diversas vias e consequente centralidade viária, para além da densidade do povoamento, permitiria à *mutatio* assumir posteriormente a categoria de estação do itinerário fiscal.

É de realçar que a distância de *Ossonoba* a *Balsa* por Moncarapacho corresponde exactamente às XVI m.p. indicadas no Itinerário de Antonino e que é este o itinerário registado no mapa viário mais antigo de que dispomos (Ver o **mapa 2** e as respectivas notas, na pág. 113). A sua não inclusão no Itinerário de Antonino poderá dever-se à excessiva proximidade tanto de *Ossonoba* como de *Balsa* e, provavelmente, à preferência oficial pela via mais curta, cruzando o vau do Tronco. A sua inclusão posterior deveu-se também, sem dúvida, ao aumento da sua importância como lugar central na Antiguidade Tardia, acompanhando a decadência de *Balsa* e ao consequente aumento da importância do trajecto de *Ossonoba* para Norte, em detrimento do Oriental.

- *Vicus tardio*

A importância de Moncarapacho durante a Antiguidade Tardia manifesta-se:

- Pelo próprio topónimo Moncarapacho, que designa o cerro da Cabeça, de origem claramente moçárabe, embora de etimologia mal definida.
  - Pelas duas necrópoles "visigóticas", dos Sobrados e da Moita Redonda, de tipologia pós-romana e páleo-cristã, em que se realça a primeira pela dimensão estimada e proximidade do núcleo urbano.
  - Pela abundância de achados monetários do século IV e V.
  - Pela hipótese da manutenção de uma produção anfórica tardia. Pode-se propor uma continuidade de produção Baixo-Imperial e uma reconversão da produção anfórica em cerâmica comum na Antiguidade Tardia, a partir do Séc. V. É o que parecem indicar os vestígios da olaria dos Sobrados, perto da necrópole já referida.
  - Pela hipótese do reforço da importância tardia da via terrestre para Norte, nas ligações entre *Ossonoba* e *Pax Julia* e *Myrtilis*. De facto, o único *aureus* bizantino até agora descoberto na zona, encontrou-se em Alcaria Fria, posto de vigiância serrano deste trajecto viário. Tal deve ser interpretado pela importância estratégica desta via, cuja primeira etapa algarvia era precisamente Moncarapacho.
- *Centro religioso pré-cristão e pré-romano, com dois importantes santuários*

O Cerro de São Miguel e o Cerro da Cabeça enquanto santuários pré-romanos e a rededicação cristã do primeiro são abordados nas págs. 87 e seguintes. A sua importância páleo-cristã, manifestada na toponímia e nos vestígios etnográficos justifica plenamente a designação *Sacra* da estação do itinerário tardio.



## A Antiguidade Tardia

O registo arqueológico mostra que as grandes *villae* tardias de tipo palatino continuam a ser utilizadas neste período, que se estende do século V ao VIII. É quase certo que muitos outros sítios de origem romana também o fossem, sendo porém muito menos importantes arquitecturalmente para deixar vestígios arqueológicos, para além de sofrerem transformações radicais que os afastam do seu padrão original, tanto no sentido ruralizante utilitário como no da fortificação defensiva. Os *castella* (pl. de *castellum*), assinalados em abundância na Hispania a partir do Baixo-Império, não deixaram porém vestígios arqueológicos conhecidos até agora. As condições defensivas únicas dos seus sítios levaram, sem dúvida, ao seu reaproveitamento e a uma história de reconstruções sucessivas ao longo dos séculos (sobretudo devida à instabilidade sísmica da região), primeiro pelo poder islâmico e depois pela monarquia portuguesa.<sup>87</sup>

### O Cristianismo

Graças aos intensos contactos mantidos com o Norte de África, o cristianismo chega muito cedo às costas da Lusitânia, seguramente no século II e talvez mesmo antes, juntamente com uma panóplia de cultos orientais que se difundem então pelo Império romano, após a crise do culto imperial iniciada na dinastia dos Severos. No caso do Algarve, os cultos de origem fenício-

---

<sup>87</sup> Cacela-a-Velha e Porches-Velho / N<sup>a</sup>a Senhora da Rocha são exemplos, ambos com vestígios e etimologias militares.

púnica eram muito anteriores, sobrevivendo parcialmente pela *interpretatio*<sup>88</sup> religiosa, primeiro greco-romana e depois neo-orientalizante.

No virar do século III para o IV, *Valerianus* é bispo de *Ossonoba* e assiste ao famoso concílio de *Elvira*. O proselitismo cristão inicial tinha um carácter exclusivamente urbano e litoral, traduzindo-se a sua expansão posterior num demorado processo de consolidação territorial no mundo rural.

De facto a cristianização constituiu um veículo de controlo político urbano de importantes consequências fiscais, económicas e militares, processo dirigido pelo episcopado de *Ossonoba* que assim fortalece a sua influência política junto das sucessivas autoridades civis e militares, com quem se confunde e substitui em diversas conjunturas ao longo dos conturbados períodos do domínio bizantino e das querelas dinásticas visigóticas.

O mundo rural revela a sua inércia ou resistência activa ao domínio aristocrático-militar das cidades através da manutenção da sua adesão ancestral às religiões pré-cristãs e à popularidade das diferentes persuasões cristãs de índole rural, fortemente atacadas pelas autoridades eclesiásticas como “heresias”.

Este esforço de conquista territorial apresenta-se em duas etapas históricas: antes e depois do domínio visigótico.

### **Do século IV à conquista bizantina**

A cristianização dos *possessores* culturalmente ligados aos meios urbanos do Norte de África acarreta a conversão progressiva do seu núcleo familiar, dependentes e escravos, formando focos páleo-cristãos em numerosas *villae* rústicas longínquas dos meios urbanos. A conjuntura sócio-religiosa leva frequentemente à extinção das linhagens fundiárias e à constituição de legados com a formação de verdadeiras aldeias de dependentes. Nestas comunidades cristianizadas, profundamente religiosas e isoladas dos meios urbanos, os cultos locais, as derivas teológicas e as disciplinas eremíticas desenvol-

---

<sup>88</sup> Isto é, pela assimilação de certas divindades duma religião a outras semelhantes doutra religião.

vem-se em relativa liberdade. Paralelamente, mantêm-se noutros locais os santuários e as religiosidades pré-cristãs, associados à sobrevivência económica, cultural e ideológica dos elementos encarregados da perpetuação dos cultos.

A luta contra a “heresia” priscilianista<sup>89</sup> constitui o facto politicamente mais importante desta fase. Traduz-se, muito resumidamente, numa tentativa bem sucedida do episcopado da Lusitânia e da Bética (em que se destaca o bispo Itácio de Ossonoba) de controlar todos os núcleos difusores da nova religião – de base maioritariamente rural - capazes de propagar a doutrina e a disciplina. O episcopado garante assim o controlo ideológico e político e assegurando a centralização dos rendimentos económicos, que toma forma na dízima, novo tributo agrário de base religiosa. Neste período do século IV, a hierarquia cristã do Sul era já um elemento predominante da aristocracia latifundiária e exercia um poder político efectivo através das sanções religiosas, associando-se à alta política imperial através do apoio à ascensão do usurpador *Magnus Maximus* (383-388 d.C.).

Outra consequência importante da vitória do episcopado e essencial para o alargamento da sua base económica, foi a apropriação directa dos bens fundiários legados em herança pelos *possessores* cristãos, para além das aquisições obtidas do poder civil a partir do fundo agrário das antigas *civitates*. É útil lembrar que, nas últimas décadas do poder político do Império do Ocidente e ao longo do século seguinte, o sistema social e familiar global das classes proprietárias se esboroa, dificultando cada vez mais a transmissão longínqua dos direitos de herança. As consequências são o acréscimo progressivo de bens sem herdeiro e as consequentes doações e apropriações mais ou menos legais desses fundos pela Igreja.

A acumulação do património episcopal teve como consequência a difusão do absentismo rural e o correspondente abandono das partes urbanas das *villae*,

---

<sup>89</sup> Prisciliano foi bispo da *Gallaecia* (Sector Noroeste da Península Ibérica a Norte do Douro) e mentor dum complexo movimento religioso que se difundiu pelo Sul da Gália desde 378 e que se manifestou pelo menos durante um século após a sua morte, ocorrida em 388. Foi uma das primeiras vítimas, juntamente com muitos seguidores, do que seria mais tarde a Inquisição católica, tendo o bispo Itácio (*Ithacius*) de *Ossonoba* um papel tristemente célebre na sua perseguição e execução (MACIEL 1996, pp.46-49)

que são rapidamente canibalizadas para reaproveitamento de materiais ou parcialmente convertidas em estabelecimentos utilitários, situação que se generalizará no século V, abordado mais adiante.

Infelizmente não se conhecem exemplos territoriais na nossa região destas sequelas, apenas conhecidas da história política e sobretudo religiosa, escrita pelo partido vencedor. Podem-se apenas localizar numerosos sítios tardo-romanos com vestígios páleo-cristãos, sobretudo funerários, sendo difícil de avaliar o peso das respectivas comunidades.

A senha perseguidora do bispo de *Ossonoba* leva porém a crer na existência regional de uma forte tendência centrífuga de base rural, que procurava resistir à autoridade eclesiástica em termos religiosos e possivelmente sócio-agrírios. Com razão ou sem ela, serão acusados e perseguidos com o rótulo de hereges priscilianistas. O Montinho das Laranjeiras<sup>90</sup>, perto de Alcoutim, a região do Cabo de São Vicente e outros sítios do Baixo Alentejo<sup>91</sup>, são candidatos adequados a sítios de implantação cristã inicial, possivelmente autónomos da autoridade de *Ossonoba* pelo seu evidente carácter periférico relativamente à cidade e, alguns, pela sua localização marítima, favorecendo os contactos directos com outras comunidades do Norte de África e da Península.

Por outro lado, os sítios de povoamento rural mais importantes no aro de *Ossonoba* estariam desde muito cedo sob o controle episcopal, constituindo seguramente *ecclaesiae* (pl. de *ecclaesia* = comunidade) páleo-cristãs. Para além de São Brás e dos outros locais de hagianímia pré-islâmica abordados no texto, podem referir-se: o Ludo, local do antigo porto cujo povoado se trasladou mais tarde para o sítio de São Lourenço; Nexe, cujo orago pré-

---

<sup>90</sup> Grande *villa* tardo-romana na margem do Guadiana, perto de Alcoutim, em sítio ocupado – não se sabe se ininterruptamente - desde o período republicano até ao século X, já em plena época islâmica. Para além das dimensões é famosa pelos vestígios da sua igreja páleo-cristã do século V-VI, de estilo bizantino. (MACIEL 1996, pp. 91-100)

<sup>91</sup> Como Santa Bárbara de Padrões, com uma basílica páleo-cristã e *Myrtilis* com um baptistério e uma basílica.

islâmico era Santa Inês<sup>92</sup> e Estou com o orago São Martinho, só para citar os mais importantes com consagração martirológica pré-islâmica.

### *As invasões bárbaras e o fim do Império do Ocidente*

O século V é muito conturbado por uma sequência de invasões, razias, fomes e epidemias sob um ambiente de instabilidade social e política. Muitas *villae* florescentes são destruídas ou abandonadas em fases particularmente críticas (designadamente no período de 455 a 470) e interpreta-se o período como sendo de grande insegurança no meio rural devido à sua fragilidade perante os ataques. As fugas para os sítios fortificados ou para ermos montanhosos parecem ter sido frequentes, como voltariam a sê-lo séculos mais tarde durante a “reconquista”. A maioria dos centros produtivos rurais deve ter sido ou destruída ou profundamente desorganizada, sobretudo no caso das *villae* senhoriais com uma estrutura técnica e produtiva elaborada e com uma concentração de riqueza elevada. O sector parcelar era naturalmente mais ressaltante pela sua capacidade relativa de movimentação e dependência de recursos produtivos e habitacionais muito mais modestos.

Para além da dispersão das riquezas acumuladas, a maioria das infraestruturas técnicas e habitacionais que dependiam da organização social dos *possessores* desaparecem com estes. Os elementos decorativos e artísticos e o espaço edificado sumptuário deixam de fazer qualquer sentido para os camponeses sobreviventes que, inevitavelmente, reorganizam o habitat segundo moldes utilitários radicalmente distintos, sem contemplações pela herança antiga. Só os locais de culto usados pela população se devem ter mantido.

As obras de engenharia mais sofisticadas entram em colapso por falta de manutenção e as operações agrícolas de grande envergadura deixam de realizar-se por exigirem uma elevada diferenciação profissional ou uma organi-

---

<sup>92</sup> Em árabe *Tartāniš*, (topónimo referido por Yaqut na sua obra *al-Mu`ğam*, III, 29), Nexe em português. (KHAWLI 2002b, 36). Parece ser uma abonação relevante de um topónimo moçárabe arabizado: SANCTA AGNES>TARTĀNĪŠ>NEXE. Santa Inês (*Agnes*) é uma importante mártir tardo-romana (morta em 304) cujo culto se inicia ainda em meados do século IV.



zação colectiva coerciva, implementos complexos e grande quantidade de gado de trabalho. Isto acarreta um abandono parcial dos campos e uma reorganização das áreas cultivadas sobreviventes que se aproximam mais dos recursos aquíferos naturais ou se concentram em terrenos que necessitam técnicas de exploração menos elaboradas. Esta mudança provoca posteriormente alterações da localização e da disposição do povoamento, que se dispersa segundo as nascentes.

O aumento da proximidade geográfica entre a mão-de-obra e os recursos produtivos é um sintoma da ruralização “camponesa” da produção com perda da organização centralizada da lavoura típica da *villa* escravagista e sua transformação em *villa* de colonos, passando por uma fase temporária de desorganização parcelar profunda.

O registo arqueológico dos níveis muito tardios das *villae* é unânime em revelar esta descontinuidade entre um nível de luxo requintado (manifestado por termas, mosaicos e igrejas privadas, que se mantêm para aquém do início das invasões, mas que não resiste ao longo período de caos e insegurança que se lhe segue) e níveis posteriores muito modestos de reaproveitamento e sobreposição, com uma reocupação funcional total do espaço (enterramentos em edifícios residenciais, construções primitivas sobre estruturas sofisticadas, reaproveitamento intensivo de cantarias, telhas e outros materiais, etc.). Esta reocupação do espaço revela o ressurgimento de um sistema de produção e povoamento parcelar, correspondente às populações sobreviventes de colonos e escravos sem os seus antigos senhores.

O decréscimo relativamente repentino da produção agrícola excedentária teve graves repercussões no abastecimento das cidades e no comércio, reflectindo-se nos meios rurais e sendo a causa primária de uma sucessão de fomes e epidemias assinaladas nas fontes coevas.

### ***A ocupação bizantina***

É neste contexto de grave crise que os bizantinos ocupam o Norte de Africa e posteriormente o litoral Sul da península, no período estimado de 552 a

623 ou 630.<sup>93</sup> Esta ocupação teve um carácter acentuadamente militar e o efectivo domínio territorial no Algarve devia incluir apenas o litoral e o barrocal. O poder militar bizantino apoiou-se seguramente na estrutura eclesiástica local, por convergência civilizacional e religiosa<sup>94</sup> e sobretudo, por ser uma correia de transmissão indispensável do poder nos meios rurais. Embora nada se saiba da igreja de *Ossonoba* nestes anos, torna-se assim óbvia a conjectura de ter contribuído decisivamente para o enquadramento da estrutura social das *villae* do âmbito territorial (em que se incluíam naturalmente as de São Brás), destacando-se a reorganização produtiva e fiscal, indispensável ao esforço militar bizantino.

A manutenção da toponímia dos *possessores* ao longo deste conturbado período está ainda mal esclarecida, sendo a hipótese mais provável a da aquisição, em período anterior, do nome do antigo *possessor* pelos cabeças de família dependentes, assim transformados, segundo o costume romano, em seus clientes.

Esta reorganização deve no entanto ter-se tornado progressivamente mais difícil e instável à medida que as incursões visigóticas obrigaram os gregos primeiro a recuar para os recintos fortificados e depois a abandonar definitivamente o Algarve.

---

<sup>93</sup> Muito pouco se conhece do curto período de domínio bizantino no Algarve. Durante um período historiográfico ele foi ignorado e inclusivamente negado, mas, mais recentemente, a opinião geral tem vindo a inverter-se (MARQUES 1993, entre outros), pela lenta acumulação de dados favoráveis à hipótese, para além da tradição inicial e da ausência de elementos positivos que favoreçam uma ocupação visigótica prematura. De entre os argumentos favoráveis à hipótese bizantina destacam-se:

- A ausência dos bispos de Ossonoba entre 590 e 652 nos concílios sob controlo visigótico
- Os vestígios estilísticos das fortificações de Ossonoba e N<sup>a</sup> Senhora da Rocha (GAMITO, 1997).
- A descoberta de um *aureus*, moedas de ouro de Justiniano, num local de montanha correspondente a atalaia militar (em Alcaria Alta, não longe de São Brás, sobre a já descrita via Antonina para *Arannis*) (MAIA E SILVA, 2000, p.35)
- A descoberta do espectacular mosaico bizantino de Mértola do século VI e a datação da igreja páleo-cristã do Montinho das Laranjeiras.

<sup>94</sup> Face à persuasão ariana do poder visigótico, considerada uma heresia tanto pelos gregos como pelos luso-romanos.

## O domínio visigótico

O domínio visigótico no Algarve, embora curto e tardio (de 630 a 713) foi extraordinariamente importante para a evolução futura do povoamento da região, devido à constituição de paróquias que consolidam núcleos populacionais que se mantiveram até hoje.

Após a conversão de Recaredo em 589 à versão romana do cristianismo, o episcopado luso-romano constitui uma peça essencial na consolidação territorial do novo poder e a Igreja uma arma política fundamental na resolução dos conflitos dinásticos. Torna-se parte integrante da estrutura administrativa territorial, correia de transmissão do poder político urbano e principal estrutura de enquadramento político, jurídico e social das populações rurais, para além de manter as suas primitivas atribuições religiosas.

Uma consequência desta “normalização” com largas repercussões territoriais é a organização do culto dos mártires e dos cultos marianos, eliminando variações localistas e criando um corpo doutrinário único. Será neste período que se oficializam os lugares de culto de toponímia pré-islâmica que se mantiveram até à actualidade e se cria a primeira organização territorial de paróquias como divisões administrativas.

De facto, com o desenvolvimento do Cristianismo muitos dos sítios sagrados pré-existentes são reconsagrados à nova religião, o que sucede sobretudo nos cruzamentos viários, adaptados rapidamente como locais do novo culto. Templos privados de grandes *villae* são também transformados em igrejas páleo-cristãs, assim como alguns sítios de necrópoles pré-existentes. É desta fase, que se prolonga do século IV ao VII, que surgem os topónimos hagiográficos páleo-cristãos, de que São Brás é para nós o exemplo mais destacado, mas de que existem outros exemplos regionais também referidos neste trabalho.

As principais transformações agrárias deste período consistiram na apropriação senhorial, por parte da pouco numerosa aristocracia visigótica, de importantes propriedades suburbanas, seguindo o modelo tardo-romano pré-existente. As gigantescas *villae* palatinas, que se mantêm parcialmente habitáveis pela extensão e qualidade da área edificada, são parcialmente reconstruídas e redecoradas. O mesmo se deve ter passado com muitos outros sítios

do aro de *Ossonoba*, muito mais modestos para deixar vestígios. Esta ocupação, conjuntamente com a do episcopado pré-existente, reconsolida os laços de dependência senhorial nos núcleos rurais das antigas *villae*. O sistema de reserva territorial directa diminui o absentismo e reproduz em grande escala o colonato servil e, em menor grau, a continuação da escravatura rural. A crise dos séculos anteriores, de sérias consequências demográficas, deve ter reduzido substancialmente os núcleos de povoamento e a insegurança e a coerção social fomentado a concentração da mão-de-obra. Daí o espanto das fontes islâmicas contemporâneas da conquista ao referir, noutros locais do Sul da península, explorações rurais com milhares de trabalhadores dependentes.

Os únicos reflexos conhecidos destas tendências na nossa zona são os da ocupação visigótica da *villa* de Milreu<sup>95</sup> e, um pouco mais longe, da de Cerro da Vila. É, porém, provável que o edifício religioso e a residência coeva que já existissem em São Brás de Alportel tivessem tido uma remodelação adequada.

---

<sup>95</sup> TEICHNER 1993, SIDARUS E TEICHNER 1997



## Transformações durante o domínio islâmico

Apresenta-se neste capítulo um esboço, muito esquemático, da evolução da formação social rural, nos pontos susceptíveis de poderem ajudar à explicação da sobrevivência de alguns topónimos e hagiónimos pré-islâmicos já referidos e de ilustrar o pouco que ainda se sabe da articulação do povoamento romano com o do período islâmico.

Após a conquista islâmica, no século VIII, iniciou-se um processo intensivo de colonização rural por parte de imigrantes provenientes do mundo árabe. Primeiro da Síria e do Egipto e em seguida do Magrebe, havendo notícias de muitas outras proveniências geográficas.

A história específica deste processo no meio rural começa hoje a ser conhecida com algum detalhe. São de realçar os continuados estudos do Campo Arqueológico de Mértola e, no caso específico do Algarve, os de Helena Catarino e da sua equipa. O quadro do povoamento conhecido é porém ainda parcelar e as transformações decorridas ao longo desse extenso período de mais de 500 anos são ainda mal conhecidas, assim como a articulação da ocupação territorial das novas comunidades ocupantes com os antigos possesores luso-romanos.

Nos estudos referentes a outras zonas melhor documentadas do *Al-Andalus*, identificam-se diferentes combinações de situações agro-fundiárias, agrupáveis em dois tipos fundamentais:

- Comunidades luso-romanas tributárias, em que o possessor é o governo local, um senhorio islâmico privado ou institucional ou, mais raramente, um antigo proprietário visigodo.

- Comunidades islâmicas de colonizadores agrícolas, organizadas em assentamentos de base clânica.

As relações de base tributária não modificam substancialmente os padrões de assentamento, uma vez que a estrutura produtiva e a organização social da força-de-trabalho permaneceriam as mesmas. Os novos (e os antigos) proprietários ou eram absentistas ou passaram a viver nas sedes de vilegiatura rurais de base pré-existente. Estas seriam mais frequentes, tal como no período romano, a uma distância segura das cidades, de preferência em lugares mais saudáveis e com abundância de água.

As populações luso-romanas que não se converteram ao islamismo – designadas posteriormente por moçárabes<sup>96</sup> – sobrevivem parcialmente como comunidades autónomas sob este regime de dependência tributária. Distingue-se um regime mais benévolo, em que permaneciam como colonos detentores das suas explorações agrícolas e dispondendo duma autonomia cultural, jurídica e religiosa, e outro regime mais violento, em que essas populações passam a criados de lavoura das explorações dos novos senhores, perdendo a sua autonomia fundiária e, ao longo dos séculos, a sua identidade comunitária. Entre os dois regimes é provável a existência dum colonato semi-servil dependendo pessoalmente do proprietário e ligado coercivamente às explorações, mas gerindo a rotina do processo produtivo e mantendo uma liberdade religiosa parcial.

É a manutenção organizada destas comunidades cristãs e falantes de latim tardio e rural que deve explicar a sobrevivência de topónimos latinos e germânicos e os próprios da hagianímia pré-islâmica, estes já sobejamente referidos no texto.

---

<sup>96</sup> Assim designados nas fontes dos Estados cristãos a partir da “reconquista”.

Entre os topónimos latinos destacam-se os das *villae* já referidas: Apra e Jordana, embora existam muitos outros no Algarve<sup>97</sup> e não só.

Nos de origem germânica, aparentemente mantidos desde o período visigótico, conhecem-se, na nossa zona os de Goldra, Goncinha e possivelmente de Betunes.

São muito provavelmente também mantidos por populações moçárabes (ou por populações *mulladis*, referidas abaixo) os topónimos de origem pré-islâmica que se arabizam, revelando uma continuidade da memória toponímica anterior porém expressa numa nova língua ou a ela foneticamente adaptada.

É o caso de *Shannabush* ou *ŠanBrās*<sup>98</sup> (São Brás), *Quastalla* (Cacela) e de *Shantmaryia al-Gharb*, este último nome substituindo o de *Ossonoba*<sup>99</sup>.

Desde os tempos da conquista que as comunidades de colonizadores-camponeses islâmicos tentam competir com o sector tributário – isto é, com as classes superiores da sociedade islâmica - pela posse da terra agrícola disponível, geralmente com pouco sucesso. Esta contradição fundamental está na base de uma longa história de conflitualidade política, étnica e religiosa que nunca se extinguiu totalmente na história do *Al-Andalus*. As principais consequências em termos territoriais são: a colonização agrícola da Serra algarvia, sobretudo por agricultores berberes provenientes do Magreb; e a sobrevivência de um elevado número de comunidades moçárabes, devido a constituírem uma parte essencial da formação social tributária, associadas a um peso político regionalmente importante das famílias *mulladis*. Estas são

---

<sup>97</sup> FERNANDES 1999, pp. 246-251.

São representadas nos **mapas 4 e 5**:

- Lejana (de *Lejanus*) a N de *Ossonoba* correspondendo provavelmente à *villa* romana de Vale Carneiro.
- Gaivana (de *Galvanus*), a NE de *Ossonoba*.
- Faiana (de *Fajanus*), a N de *Balsa*.
- Caiana (de *Caius*) em Cacela, já fora da zona representada.

<sup>98</sup> KHAWLI, 2002b

<sup>99</sup> Que no período islâmico assume as designações *Ukhxunaba* e *Ukxûnuba* (GAMITO, 1998 p.146)



as descendentes islamizadas de nobres visigóticos convertidos à nova religião, que não perdem, contudo, supremacia social nem identidade política.

A conversão dos notáveis hispano-godos ao Islão, arrasta sem dúvida a conversão dos sectores rurais das suas clientelas e dependentes. É impossível distinguir por enquanto as zonas específicas dos seus assentamentos. No entanto, a massa desta população deve ter crescido significativamente ao longo dos séculos, sobretudo a partir do século X, quando a pressão demográfica e a intolerância religiosa norte-africanas levaram sectores importantes à conversão, sobretudo dos camponeses cristãos com estatutos fundiários mais autónomos e que tinham mais a perder com a nova conjuntura.

Como hipótese de trabalho podem considerar-se as zonas peri-urbanas e as de toponímia de origem árabe não africana como possíveis zonas de domínio populacional *mulladi*, uma vez que os muçulmanos doutras origens (árabes, sírios, egípcios, etc.) pertencem sobretudo a linhagens aristocráticas amplamente assinaladas nas fontes escritas mas que não deixam marcas conspícuas<sup>100</sup> no meio rural.

Os topónimos de origem árabe não associados à antroponímia clânica estabelecem-se assim nos locais em que predominam as populações muçulmanas e em que não existem nem comunidades moçárabes numerosas nem entidades étnicas organizadas.

Deve ter sido o caso mais comum, constituindo, em princípio, zonas mais diversificadas e mais arabizadas. Nestas zonas, a formação toponímica reflecte essencialmente a presença de marcas identificativas territoriais relacionadas com a terra e o seu uso e particularidades, situação extremamente comum em zonas camponesas de pequena propriedade e que se reproduziu mais tarde no período de dominação portuguesa, até à actualidade. É o caso, por exemplo, de Almargem, Alcaria e possivelmente de Desbarato.

As vicissitudes políticas, sobretudo a partir da queda do califado de Córdoba, alteram substancialmente este quadro, primeiro com a imigração de campo-

---

<sup>100</sup> Só um estudo mais profundo da antropotoponímia de origem árabe poderá eventualmente detectar vestígios dessas linhagens assim como designações das suas propriedades senhoriais.

neses-guerreiros apoiantes das dinastias almorávida e almóade e, posteriormente, com a imigração progressiva de refugiados islâmicos do Norte, fugitivos da “reconquista”. Estabelecem-se então numerosos enclaves clânicos no Algarve, com uma forte componente militar, que ocupam parte das terras anteriormente ocupadas pelos sistemas tributários e expulsam parte das comunidades moçárabes ainda existentes, aproveitando um clima exacerbado de intolerância religiosa. Estas expulsões são, no entanto, parcialmente equilibradas com os interesses das elites locais das novas dinastias, que continuam a depender dum forte sector agrícola tributário. A tendência é já porém para a diminuição do peso do sector servil, provavelmente mesmo já anteriormente ao domínio das dinastias africanas, devido ao aumento da massa de camponeses plenamente islamizados e detentores de explorações agrícolas familiares. Situação idêntica se passaria nos alfozes dos centros urbanos em que a policultura e a divisão das explorações corresponderia a um aumento efectivo do trabalho parcelar articulado com sistemas de arrendamento tributário, constituindo já uma verdadeira relação de renda feudal, sobretudo quando se associa à cedência documentada de senhorios rurais contra serviços militares, consubstanciando um embrião de hierarquia feudal. Pensamos, portanto, que toda a estrutura da feudalização já está instalada na formação sócio-política islâmica dos últimos séculos, não sendo um elemento posterior à conquista portuguesa.

A estrutura e as alterações do povoamento rural da Serra durante o período islâmico não são abordados propositadamente neste trabalho, pois a sua complexidade e a ausência de sínteses seguras que abarquem este longo período tornariam o texto inaceitavelmente extenso. Além disso, essas alterações representam um corte com a tradição de povoamento da Antiguidade (ao contrário da continuidade do Barrocal e do Litoral), saindo fora do âmbito do presente trabalho. Finalmente, toda a área serrana do concelho de São Brás está por prospectar arqueologicamente, pelo que ainda é prematuro tentar uma síntese em moldes idênticos à que fazemos para o barrocal.

No barrocal (e no litoral) as consequências desta nova situação no povoamento são essencialmente três:

1. O estabelecimento de colonatos agrícolas com populações refugiadas do Norte ou pertencentes a clãs berberes, política e militarmente mais importantes.

Alguns destes sítios identificam-se pela sua toponímia clânica. Outros apenas pelos vestígios arqueológicos, tendo perdido a designação árabe.

Caracterizam-se também pela sua proximidade geográfica com sítios de comunidades moçárabes – identificáveis pela toponímia pré-islâmica, o que deve ser interpretado, quanto a nós, como uma ocupação recente que não teve tempo de desagregar esta última fazendo sumir a sua lembrança pela substituição toponímica. Esta proximidade implica a partilha do mesmo território agrícola associada sempre a recursos aquíferos independentes.

Parece ter-se assim gerado uma situação em que os antigos possesores tributários e as comunidades agrícolas pré-existentes foram obrigadas a partilhar a terra perante a nova situação de pressão demográfica. Muitos outros casos semelhantes devem ter acontecido, tendo as designações moçárabes desaparecido por desagregação ou afastamento destas comunidades por pressão mais ou menos violenta dos novos ocupantes. A intolerância religiosa do período almóade deve associar-se sem dúvida a esta luta pela terra, como já referimos, e provavelmente muitas designações hagianímicas páleo-cristãs devem ter sido anuladas conjuntamente com a legalidade do culto.

A duração relativamente breve deste estado de coisas deve porém ter mantido a sua memória associada ao culto privado durante algumas gerações. Tal permitiu a reposição dos antigos nomes durante o processo de consagração religiosa sistemática do território levada a cabo pelas autoridades portuguesas, após a “reconquista”. Será esta a razão da sobrevivência dos topónimos hagianímicos já citados: São Clemente, São Romão, São Brás e Santa Catarina, com as restrições já apontadas para este último.

2. A completação do enquadramento defensivo do quadro rural, com delimitação precisa de distritos rurais sob a égide de castelos e tendência progressiva para a associação geográfica entre estes e os centros de povoamento, que tendem a afastar-se das áreas primitivas de implanta-

ção agrícola e ocupar pontos defensáveis na proximidade dos citados castelos.

3. O crescimento dos povoados rurais, transformados em grandes alcarias, com tendência para a concentração do povoamento, abandono de sítios dispersos e constituição de cercas defensivas civis e pecuárias bem como de um sistema de vigias fortificadas mantidas pelas aldeias mas integradas no sistema militar referido no ponto anterior.

As quintas agrícolas mais isoladas ou à beira de estradas tendem a fortificar-se, de acordo com um padrão recorrente característico dos períodos de insegurança, que já foi referido para a Antiguidade Tardia e que voltaremos a encontrar até ao século XIX nos *cortijos* e montes das charnecas andaluzas e alentejanas. O sítio islâmico da Corte poderá ser interpretado neste sentido.



## As zonas de ocupação rural no entorno de São Brás

Enumeram-se em seguida os sítios de ocupação arqueológica da região, agregados por vizinhança geográfica, sendo os núcleos resultantes agrupados pelas designações toponímicas dominantes. Os **mapas 5 e 6** mostram as localizações respectivas.

Associam-se as condições naturais com a evolução do povoamento desde o período romano até à “reconquista”, combinando os dados arqueológicos<sup>101</sup> e toponímicos de modo a obter um perfil mais completo das características da ocupação humana.

### Sítios com toponímia moderna

#### *Vale do Joio*

*Villa* romana, aparentemente isolada, aproveitando a combinação dum ribeiro (o Rio Seco) e da sua estreita várzea com um vale e uma periferia ondulada relativamente pobres.

Os únicos vestígios romanos pré-imperiais conhecidos até agora reduzem-se a três fragmentos de cerâmica campaniense, recolhidos no Vale do Joio. É prematuro estabelecer hipóteses apenas sobre esses magros achados, cuja datação se estende por um longo período, do século II a.C. até à época de Augusto. Sabe-se porém – e existem numerosos exemplos no Baixo-Alentejo - que as *villae* alto-imperiais se estabeleceram frequentemente em locais previamente ocupados por explorações agrícolas tardo-republicanas – designadas por *casais* de modo a fazer realçar o seu carácter modesto e utili-

---

<sup>101</sup> Que, sempre que a fonte não seja especificada, são recolhidos em SANTOS, 1971/2, BERNARDES e OLIVEIRA, 2000 e sobretudo em ESTRELA e BARROS, 1999 e 2000.

tário. Estas seriam o resultado da colonização provincial de camponeses itálicos empobrecidos, emigrados pelas políticas de distribuição de terras que se iniciaram com os Gracos e se prolongam até Augusto, tendo o seu ponto alto após o final da guerra sertoriana, primeiro com Pompeu e depois com César. Estas explorações agrícolas seguem um modelo arquitectónico característico da península itálica e muito semelhante às nossas cortes muradas da face Norte da Serra algarvia. Estabelecem-se em terrenos relativamente pobres, perto de pequenas várzeas irrigáveis, possuindo um carácter familiar de auto-subsistência associado a uma produção agro-pecuária assente na cultura muito extensiva de cereais e no gado miúdo. A sua presença está bem documentada em diversos pontos do actual distrito de Beja, só não o sendo ainda no Algarve devido à insipiência do estudo da ocupação romana nesta província e à destruição recente de grande parte do seu património arqueológico.

A grande *villa* parece não ter sobrevivido ao Baixo Império, devido à inexistência de indícios de dispersão de povoamento, de toponímia e de potencial geo-pedológico que favoreçam uma ocupação tardia.

A ocupação islâmica do vale do Joio é pouco clara<sup>102</sup> e a toponímia de origem árabe omissa. O vale é reocupado do lado Ocidental, já com um antropónimo da colonização portuguesa (Machados). Toda a zona parece ter sofrido em tempos modernos um hiato de povoamento pois toda a toponímia é de cobertura vegetal, o que revela uma baixa intensificação agrícola.

É de referir ainda o sítio do Monte do Castelo, já na freguesia de Estoi mas na mesma área geográfica do vale do Rio Seco, situado num morro do contraforte Norte da serra do Monte Figo e notável por várias razões:

- Por Estácio da Veiga aí ter encontrado “sepulturas quadradas em terrenos elevados, contendo ossos, louças escuras mal cozidas e de trabalho

---

<sup>102</sup> Uma telha com inscrição árabe e um poço suspeito, fora do núcleo de assentamento da *villa* para a qual se não conhecem elementos tardios substanciais (BERNARDES e OLIVEIRA, 2000 p.49) parece revelar uma reocupação modesta e independente, usando os fracos recursos hidráulicos que já obrigavam na época à abertura de um poço.

rude, assim como vários artefactos de cobre, cunhas e espigões biconteagudos”, que atribuiu a actividades mineiras.<sup>103</sup>

- Por aí se ter encontrado uma inscrição romana, cuja identificação actual é impossível.<sup>104</sup>
- Pela existência de fragmentos cerâmicos à superfície, de vestígios de edificações em finais do século XIX e da referência a um grande *dolium* (talha) enterrado.
- Pelo topónimo.
- Pelas marcas fósseis na rede viária moderna, que o permitem definir como um lugar central do vale do Peral, no cruzamento de três caminhos, (para Conceição/Estoi, para Jordana e para Santo Estevão) com características topográficas aparentemente romanas.

Toda esta informação não é porém suficiente para definir a sua função ou a evolução desta na organização territorial local. Pode porém colocar-se a hipótese de se tratar de um casal agrícola com uma ocupação precoce, quiçá tardo-republicana ou mesmo anterior, pois as características defensivas e logísticas do lugar não se enquadram no perfil observado nos assentamentos rurais Alto-Imperiais da zona.

A hipótese – provisória – da ocupação deste vale no período republicano é a da existência de recursos mineiros nas redondezas e do Monte do Castelo corresponder a um *castellum* mineiro, segundo o modelo amplamente documentado na faixa piritosa do Baixo Alentejo e da Serra Algarvia. (Ver nota 26 na página 22).

### ***Corte***

A excelência da localização agrícola, manifesta pela quase sobreposição dos assentamentos romano e islâmico (e com hipóteses ainda não confirmadas de ocupação anterior do vale na Idade do Ferro) contribui para a manutenção do

---

<sup>103</sup> Citado em OLIVEIRA, 1914 p. 116. Note-se que os grandes martelos de pedra, herdados do Neolítico, são utilizados na mineração com frequência ainda no período Romano (LEÓN 1978, p. 134).

<sup>104</sup> SANTOS, 1971/2 p. 243



povoamento, embora seja impossível determinar a continuidade da pequena *villa* ou grande casal romano ao longo da Antiguidade Tardia.

No período islâmico, a proximidade da estrada de Querença leva a um tipo de construção que parece ser rectangular e rodeada por muros cuja espessura na base aponta para uma função defensiva. O próprio topónimo poderá ser interpretado neste sentido. Corte provém da designação de pequenos assentamentos agrícolas do período romano organizados em torno de pátios (daí o nome<sup>105</sup>), cuja função utilitária agro-pecuária se conjuga com um certa capacidade defensiva. Este tipo de exploração agrícola manteve-se até à actualidade, tendo sido adaptada pelos colonizadores portugueses da Serra e do Baixo Alentejo. É significativo que o assentamento contemporâneo da Corte se estabeleça do lado Norte do Vale em oposição ao islâmico, mas dominando os mesmos recursos agrícolas e hídricos. Este padrão de oposição de povoamento posterior à “reconquista” é muito frequente na Serra – felizmente para os arqueólogos pois permite identificar os antigos sítios islâmicos - e parece revelar uma certa inibição dos novos colonizadores a ocuparem os antigos sítios dos mouros sempre que a pressão demográfica a isso os não obrigasse.

## Sítios com toponímia islâmica

### *Alportel e Almargem*

O vale de Alportel e de Almargem constitui o último reduto da agricultura intensiva antes da Serra e corresponde ao principal núcleo de implantação rural, contendo quatro sítios com vestígios romanos conhecidos: Alportel (Cartaxinho)<sup>106</sup>a Noroeste, Alcaria (Tesoureiro) a Sul e Altinho/Lagarinho

---

<sup>105</sup> Do latim *Curtis* ou *cohorte*, sinónimos com o significado descrito.

<sup>106</sup> A descrição do conteúdo das sepulturas por Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1927 p. 252, transcrita em LOURO, 1929 p. 49) não permite duvidar da sua origem romana, opinião reforçada pelo desenho da bilha de barro encontrada numa delas (*ibidem* p. 252, fig. 211). Não tem assim razão de ser a hipótese de BERNARDES e OLIVEIRA, 2000 p.30, de se tratarem de sepulturas árabes, apenas por eles já não terem pessoalmente encontrado vestígios romanos. Nota-se idêntica desvalorização dos achados romanos nestes autores relativamente ao Poço Largo, onde, embora os tenham encontrado num contexto agrícola muito comum (baixa densidade, espalhados pela lavoura, etc.) decidem ignorá-los! (*op. cit.* p.48).

(Bico Alto) na extremidade Leste. Muito provavelmente o Cerro de Alportel, a Oeste, seria igualmente habitado, embora não se conheçam vestígios.

O topónimo Alportel representa uma arabização de *Portellus*, palavra latina de significado idêntico ao português *portela*. Tal significa a pré-existência do termo antes da ocupação islâmica e portanto a ocupação tardo-romana do lugar. A arabização do latim poderia significar a presença de populações *mulladis*.

Parece ter-se tornado o topónimo mais importante da zona, pelo menos em tempos modernos, servindo para qualificar locativamente o de São Brás. No entanto, na cartografia do século XVII<sup>107</sup>, o local surge assinalado como Almargem sob a forma *Almarges* (ver o **mapa 2**).

É de realçar a tradição arqueológica popular associada à descoberta de tesouros, particularmente ao sítio de Alcária<sup>108</sup> onde sobrevivia em 1929 a tradição duma “cidade do tesouro”, o que talvez tenha originado o topónimo Tesoureiro. Segundo Estanco Louro<sup>109</sup> haveria memória de incontáveis achados que teriam originado a lenda de uma cidade disposta em anfiteatro, de origem anterior aos mouros e muito rica. Se se combinarem os vestígios ainda sobreviventes com esta tradição e com o facto de aqui se encontrar uma das fontes mais abundantes do concelho, poder-se-á colocar a hipótese de se tratar de uma grande *villa* ou *vicus* que dominaria todo o vale de Alportel, cuja ocupação se deve ter mantido, sem interrupção, até ao período islâmico.

O sítio do Altinho associa-se geograficamente ao cerro hoje designado como Bico Alto (ou Bicalto), termo que também surge em Santa Margarida, perto de Alte, igualmente associado a sítio com vestígios romanos, o que parece confirmar a teoria etimológica da sua procedência do latim *Vicus Altus*<sup>110</sup>, designando portanto um local de povoamento e não um acidente orográfico e

---

<sup>108</sup> Embora seja também de notar a sobrevivência dessa tradição num conjunto de outros sítios que vieram *todos* a produzir vestígios arqueológicos confirmados: Fontainhas (Corte), Pirinéu (Cartaxinho-Outeiro), Fonte da Pedra (com um verdadeiro tesouro), Mesquita e Cano (Hortas e Moinhos).

<sup>109</sup> LOURO 1929, p.348.

<sup>110</sup> Da autoria de Maria e Manuel Maia.

constituindo assim mais um exemplo local da sobrevivência do latim através das populações moçárabes.

Ao Bico Alto associa-se também o sítio inédito do Lagarinho<sup>111</sup>, cuja localização e vestígios do período romano parecem indiciar uma estação de tratamento de minério de prata. Numa encosta foram encontrados vestígios abundantes de tégulas e outros materiais não especificados, acumulações de pedra refractária utilizada em fundições e, sobretudo, minério rico em galena, isto é, um mineral de chumbo argentífero que constituiu uma das principais bases de extracção da prata no período romano. Mais abaixo, perto duma linha de água, localizaram-se duas grandes pedras de suporte de prensa de lagar, ainda não datadas, cuja estrutura original deve ser responsável pela toponímia do lugar. O sítio encontra-se quase no limite Norte do Barrocal com a Serra, exemplificando a predilecção coeva pelos assentamentos em terrenos calcários propícios a plantações. A galena encontrada leva a propor que a extracção do mineral se realizava em “cortas” ou poços ainda não identificados, nos solos xistosos da Serra, aproveitando a existência de filões de quartzo argentífero rico em chumbo, de acordo com um padrão muito comum no Sul de Portugal<sup>112</sup>. A proximidade da Serra favoreceria também o acesso às grandes quantidades de madeira necessárias ao tratamento do minério, inexistentes no Barrocal.

A proximidade da mina de cobre de Tareja, a menos de 1 km, reforça esta hipótese de se estar perante uma estação mineira, aproveitando sistematicamente os recursos das redondezas<sup>113</sup>.

São também nítidos os vestígios de dois caminhos antigos a partir desta zona (Norte das Mealhas), para o sítio romano de São Brás e directamente para a zona de *Ossonoba*<sup>114</sup>. Esta última, alternativa à estrada São Brás-Estoi-Faro,

---

<sup>111</sup> Informação de Angelina Pereira.

<sup>112</sup> MAIA e MAIA 1996, pp. 61-63.

<sup>113</sup> Esta conjugação geográfica de vestígios torna mais consistente a hipótese colocada por ESTRELA E BARROS 1999, p. 71 da mina de Tareja ser já explorada no período romano, antes do sítio do Lagarinho ser conhecido.

<sup>114</sup> Por Estação, Barracha, Murta (perto do Monte do Castelo, referido na pág. 70), Alcaria Branca, Costa Longa, Caliços e Gaivana. Após Barracha e perto do Cerro da Rocha é ainda visível uma apreciável extensão de calçada de datação indeterminada, semi-destruída.

poderá ser uma antiga via mineira já usada no período romano, uma vez que une directamente a cidade com dois sítios conotados com essa actividade (Lagarinho e Monte do Castelo).

A Norte do Cerro da Pousada, a toponímia é no entanto predominantemente islâmica e de carácter rural (Almarjão, Alcaria, Alportel, embora este último esconda uma raiz latina, como já referimos), o que permite conceber, para além duma colonização agrícola por populações islâmicas aparentemente não clânicas, uma possível divisão pelo cerro das populações islâmicas a Norte e moçárabes a Sul, do lado de São Brás. Este Cerro da Pousada define uma crista que domina a linha de visão de todo o planalto e vale, a Sul até ao Monte Figo e a Norte até às longínquas cristas da Serra. Representa assim um sítio de características defensivas notáveis, onde provavelmente se situaria o castelo assinalado pelas fontes árabes<sup>115</sup>. Muito provavelmente as obras da pousada destruíram os últimos vestígios da fortificação, que tem sido procurada em vão pelos arqueólogos.

### ***Bengado***

O lado oriental do concelho é notável pelo domínio esmagador da toponímia de raiz árabe, denunciadora da prevalência tardia do povoamento de origem islâmica: Bengado, Desbarato, Mesquita, Mourato. Estes dois últimos, já formados no período português (assim como a sobrevivência do conjunto) revelam uma ocupação de populações mouriscas, posteriormente à ocupação portuguesa. Não há de facto nem uma onomástica de colonizadores cristãos (excluindo Garcia, um pouco afastado, já na área xistosa, que poderá corresponder porém a um antropónimo moçárabe) nem a sacralização toponímica de conteúdo cristão, tão comum noutras partes, notando-se, pelo contrário, a manutenção da designação do antigo lugar de culto – mesquita – o que, no nosso entender significa a manutenção da sua funcionalidade primitiva.

O lado Norte do Cerro da Mesquita corresponde ao vale do Bengado, que se prolonga desde a alcaria islâmica da encosta do Mourato, a Oeste, até pelo menos ao sítio da Espartosa. A alcaria situa-se no pontal do planalto da Bar-

---

<sup>115</sup> O *hisn Burtala*, de Portela, correspondendo a Alportel (CATARINO, 2000, p.36).

racha, dominando os campos em baixo e controlando simultaneamente os acessos viários provindos do Oriente. A Ocidente estabelece-se uma área de campos cerealíferos de sequeiro, no supracitado planalto. A Leste o vale estreito e profundo destinava-se às culturas irrigadas, mantidas por uma importante nascente na face Sul do monte, cuja acéquia ainda sobrevive parcialmente, construída em adobe e com o canal revestido de argamassa impermeável, de origem islâmica muito provável.

Os cerros em redor, sobretudo a Norte, deviam ser já áreas de pastagem de gado caprino, submetidas a uma degradação florestal intensa, que contribuiu sem dúvida para a acumulação aluvial no talvegue. Seria uma população de origem berbere como parece depreender-se do topónimo.

A via ainda existente revela vestígios inconfundíveis da sua origem romana e sem dúvida a riqueza do local levaria à sua exploração naquele período. A descoberta de um fragmento de tégula num ponto da via no cimo do planalto pode significar que o sítio de povoamento primitivo estava perto da alcaria posterior.

### ***Mesquita***

O lado Sul do Cerro da Mesquita corresponde às áreas do Desbarato e da Mesquita, sendo o primeiro historicamente famoso pela batalha aí travada antes da conquista de Tavira pelos portugueses, descrita na “Crónica da conquista do Algarve”. Se o topónimo for de origem islâmica (Desbarato < *bis-barat*)<sup>116</sup> pode identificar a designação original do povoado de que a mesquita seria um elemento e em que o núcleo principal seria a alcaria descoberta a Sul do sítio da Fonte.

Corresponde à zona arqueologicamente mais intensamente prospectada, que revelou um núcleo romano na encosta – aparentemente o principal – e outros núcleos na parte baixa, dispersos de acordo com a orografia local (baseada em outeiros suaves) e mais próximos dos campos agrícolas e da água. A dispersão e a abundância de estações, cujo centro geográfico se pode fazer corresponder ao citado sítio da Fonte da Mesquita, revela um povoamento com-

---

<sup>116</sup> Tendo assim convergido, por coincidência para o termo evocativo da batalha.

parável ao de Apra, mas menos linear. Embora o perfil diacrónico da ocupação seja ainda muito incompleto, pode também postular-se uma ocupação contínua deste o período republicano tardio até à conquista islâmica e estarmos perante um exemplo de deslocação do habitat para os pontos proeminentes sobranceiros à área agrícola, característica da Antiguidade Tardia e de muitos períodos posteriores. A fonte como lugar central<sup>117</sup> e a sua aparente transformação em templo islâmico (cuja localização junto de sítios de água corrente necessária ao ritual é uma constante bem conhecida) deixa antever um sítio sagrado pré-islâmico que ou nunca se cristianizou ou cuja evocação cristã se perdeu. De facto, ao contrário de Apra, o que caracteriza o Desbarato é a extensão e profundidade das marcas da ocupação islâmica, que obliterou vestígios da prévia população luso-romana. Estamos assim, tal como no vizinho Bengado, perante uma ocupação de colonização agrícola que não respeitou a estrutura social agrária pré-existente.

As características do terreno adaptam-se perfeitamente a uma *villa* disposta a Sul, em que o vale do Peral até ao monte Figo se estabelece como área de *saltus* e o vale e encostas da Ribeira do Desbarato como *ager*.

### Sítios com toponímia de *possessores*

#### *Apra*

Nome, feminino de *Aper*<sup>118</sup>. Designa *villa Apra* (villa de *Aper*), forma de origem republicana anterior às terminações em –ANO/NA (entre outras), o que revela a sua origem pré-imperial ou o prestígio social da família possadora, ou ambos<sup>119</sup>.

---

<sup>117</sup> Para a qual existe uma notícia de 1595 referindo a sua grande antiguidade e destacando-a como único elemento edificado notável numa longa demarcação cadastral (LOURO 1929, p.60)

<sup>118</sup> Cognome derivado da fauna (javali) com o sentido de coragem ou força.

<sup>119</sup> FERNANDES, 1999, pp. 246-7 e seguintes.

O caso de Apra é particularmente relevante por reunir uma etimologia latina original indiscutível com uma série de vestígios arqueológicos romanos, em que se destaca a necrópole já descoberta no século XIX, a fonte, cuja origem romana está fora de dúvidas e, muito mais recentemente, a descoberta de uma importante mancha de ocupação perto do sítio do Morgado de Apra<sup>120</sup>. O conjunto consubstancia uma importante *villa*, provavelmente de ocupação republicana – tal como o vale do Joio - e que se desenvolveu até à Antiguidade Tardia e durante o domínio islâmico, segundo o modelo descrito neste trabalho.

A toponímia actual de Apra – Fonte, Nora, Poço, Poço Novo - manifesta a sua dependência dos recursos hídricos, realçados nas fontes escritas modernas, e leva a pensar que o povoamento posterior se estendeu atrás desses recursos, dispersando-se. O topónimo TORRE, associado ao cerro onde se escavou a necrópole, tanto pode indicar uma atalaia medieval no acesso de Loulé como vestígios de monumento funerário turriforme do período romano. Tal justificaria melhor o desaparecimento total de eventuais estruturas, pela pilhagem milenar dos jazigos colectivos.

### ***Jordana***

Feminino de *Jordanus*, étnico proveniente do rio homónimo da Palestina, tornado nome pessoal<sup>121</sup>. Pode ser tardo-romano devido à difusão do antropónimo por influência cristã.

Não existem ainda abonações arqueológicas para o sítio e a sua onomástica é menos específica que a de Apra. No entanto, a sua localização agrícola perto do sistema viário regional de origem romana leva-nos a aceitar a hipótese do topónimo corresponder a uma *villa*, cuja localização nunca foi sequer procurada.

---

<sup>120</sup> BERNARDES E OLIVEIRA, 2000, pp. 35-36

<sup>121</sup> FERNANDES, 1999, pp. 249

## Sítios com toponímia páleo-cristã

### *São Brás*

Em São Brás de Alportel, nome do mártir arménio *Blasius*, do século IV (morto em 316)<sup>122</sup>. A sua condição de médico e respectiva associação a temas curativos, aquáticos e luminosos (as velas, que substituíram as lucernas como instrumentos do culto católico por imposição da hierarquia eclesiástica) permitem considerá-lo uma substituição sincrética de divindades masculinas locais ou do panteão clássico<sup>123</sup>, de índole veterinária e medicinal. O topónimo surge frequentemente associado a sítios elevados junto de vias, geralmente em meios rurais ou arredores de povoações, certamente em locais de fontes ou poços com tradição curativa anterior.

As fontes árabes referem-se a um sítio nomeado *Shannabush*, ou *ŠanBrās* que corresponderá a São Brás<sup>124</sup>. É impossível estabelecer a data da cristianização do local com este topónimo porém o carácter tardio do culto deverá poder associá-lo ao domínio visigótico, posterior às reformas do bispo Juliano de Toledo (680-690)<sup>125</sup>. As notícias reunidas por Estanco Louro indicam a existência de uma ermida modesta em 1547, com um tecto de ripa e um arco de pedra<sup>126</sup>, mas a relação do padre Pereira da Silva, de 1757, é mais explícita sobre a sobrevivência de vestígios mais antigos no edifício:

*Para a parte do poente, fica a porta principal da Igreja, que é de pedraria antiga, dura, que parece ser feita pelos mouros... que esta igreja lhes serviria de mesquita...*<sup>127</sup>

---

<sup>122</sup> Bispo de Sebasteia na Capadócia (actual Arménia Turca), o seu culto parece não ser anterior ao sec. VIII. Médico, tornou-se patrono desta profissão e o seu culto associa-se a águas santas contra doenças de garganta e doenças do gado, tendo a dedicação de velas acesas um papel destacado no seu ritual. (ST. PATRICKS'S CHURCH FOR ALL SAINTS, 2002: <http://users.erols.com/saintpat/ss/0203.htm#blas>)

<sup>123</sup> Designadamente Esculápio e Apolo.

<sup>124</sup> Local reputado de origem do poeta Ibn Ammār.

<sup>125</sup> ST. PATRICKS'S CHURCH FOR ALL SAINTS, 2002: <http://users.erols.com/saintpat/ss/0308.htm#juli>.

<sup>126</sup> Visitação de 1517, texto transcrito em LOURO, 1929 p. 55.

<sup>127</sup> Padre Pereira da Silva, 1757, transcrito em LOURO, 1929 p.51.



Tratar-se-ia provavelmente de um arco ultrapassado, cuja origem podia ser efectivamente islâmica ou visigoda. É porém improvável que o topónimo cristão tenha sobrevivido a uma consagração islâmica de vários séculos, pelo que, com os dados actuais, favorecemos uma origem pré-islâmica para o templo, que se terá mantido no culto cristão sob a forma de ermida moçárabe.

O planalto de São Brás situa-se entre o Cerro da Pousada, a Norte e a falha geológica que serve de muro de suporte à igreja paroquial, a Sul. A antiga via romana transversal passava na base do talude da falha, tendo provavelmente uma variante pelo topo, onde mais tarde se construiu a igreja, correspondente à actual rua da Biblioteca. Para Oeste continuava pela Calçada e para Leste para Barrabés. A via longitudinal, de *Ossonoba* a Alcaria, corresponde à actual “calçadinha” e ao seu prolongamento Norte até ao sítio da Fonte da Pedra e daí ao Tesoureiro e Alcaria. No sopé da falésia, hoje designada por Hortas e Moinhos foram descobertas estruturas interpretadas como o edifício duma estação de muda (*mutatio*)<sup>128</sup>, assim como pelo menos três sepulturas atribuídas ao período romano, provavelmente acompanhando o trajecto viário e pertencendo à necrópole do local. É de realçar o espólio funerário de uma dessas sepulturas, que inclui duas pontas de lança, revelando o estabelecimento local ou de veteranos militares ou de forças no activo, o que significaria então uma funcionalidade oficial para o local<sup>129</sup>.

Este núcleo arqueológico localiza-se na área do cemitério velho, antigamente existente na base da falésia, sob a igreja<sup>130</sup>.

É precisamente na parte Oriental desta falésia, onde o antigo caminho romano fazia uma curva e contra-curva para a contornar a meia-altura, que se localizava a *Fonte Santa*, primitivamente associada a São Brás. A estrutura era um pequeno fontanário de mergulho, de traça tipicamente romana, voltada para a via e tendo em frente, do outro lado desta, um banco de pedra com

---

<sup>128</sup> GAMITO, S/D

<sup>129</sup> Relembrar o que foi dito na pág. 37 sobre a actividade mineira da região.

<sup>130</sup> Mapa de São Brás, de 1925, incluído em LOURO, 1929 entre as pp. 76 e 77.

uma pequena abside semicircular na parte central<sup>131</sup>. Imediatamente mais a Norte brotava água desde o topo do rochedo, numa nascente cuja laje vertical ainda se assinalava no século XVIII<sup>132</sup> como local da aparição do Santo, costume que sobrevive ainda na memória local dos mais idosos<sup>133</sup>. Este era sem dúvida o sítio de um antigo culto aquático local, possivelmente pré-romano, posteriormente integrado no arranjo viário romano e mais tarde rededicado a um santo páleo-cristão.

Toda a crista Sul de São Brás se notabiliza pelo elevado número de nascentes originadas pelo desnível da falha: Fonte Santa, Fonte Velha, Fonte Nova, Ribeirão e Fonte do Paço do Bispo são topónimos recolhidos ao longo da falha sem pretensão de constituírem uma lista completa. As limitações dos solos na parte baixa condicionam o uso agrícola a hortas e desenvolveram a utilização de moinhos hidráulicos (donde o topónimo “Hortas e Moinhos”), possivelmente já desde o período islâmico.

As notícias modernas<sup>134</sup> permitem estruturar a hipótese de São Brás ter sido uma das origens do fornecimento de água a *Ossonoba*, através de um ramal do aqueduto que nasceria nas nascentes da região e que ficou registado na toponímia como o sítio do Cano. Este aqueduto seguia pelo vale da Ribeira dos Machados (podendo alimentar a *villa* de Vale de Joio) e posteriormente

---

<sup>131</sup> A fonte situava-se adossada lateralmente à face Sul do rochedo, na ponta Oriental em que este esquina para Norte. A sua frente orientava-se assim para Leste, tal como o manancial do rochedo que lhe esteve na origem, paralelamente ao pequeno troço do caminho que tem aqui uma orientação Norte-Sul.

<sup>132</sup> LOURO, 1929 p.22, citando o Padre António Pereira da Silva no seu relatório de 1757.

<sup>133</sup> A Fonte Santa localizava-se na face rochosa voltada a Nascente, a uns 20 metros para Leste e alguns metros acima da Fonte Nova e do lavadouro municipal, no caminho actualmente demarcado por um talude de betão. Foi destruída já em 1975, mas sobrevive um desenho guardado no Museu Etnográfico do Traje Algarvio. Toda a informação aqui reunida respeitante à fonte e à sua localização deve-se ao Sr. Emanuel Sancho, Director do Museu e ao Sr. Júlio Martins Negrão, que forneceu o desenho e que gentilmente nos reconstituiu a topografia antiga do local.

<sup>134</sup> OLIVEIRA, 1914 pp. 22, 80, 119, etc. e SARRÃO, 1607 p. 165. Diz este último, relativamente a São Brás: “*Tem ua fonte de muita água, [provavelmente a actual nora do Cano: nota do autor] de que dizem que vinha um grande cano per ua ribeira abaixo, e chegava à cidade antiga de Ossónoba, da qual se bebia, e hoje se vêem pedaços de paredes deste cano antigo* [está-se a referir aos vestígios na zona de Milreu, cuja *villa* foi identificada com Ossonoba até aos anos 40 do século XX: nota do autor]”.

pelo Rio Seco (anteriormente Ribeira de João Alcaide) até ao sítio de Milreu onde se juntaria a outro ramal proveniente da vizinha nascente de Alface. A *villa* de Milreu, numa cota superior, seria seguramente alimentada pela importante nascente de Estoi, cujo fontanário e tanque-cisterna monumentais eram de origem romana. O aqueduto prosseguia então por Conceição, Campina, Horta dos Porcos, São Luís e Largo do Colégio, já em *Ossonoba*.

A orla Norte do planalto de São Brás apresenta condições privilegiadas para o assentamento rural antigo, sobre os campos com potencial para a cultura cerealífera, mas nada se conhece aí do período romano. O tesouro do período islâmico descoberto nesta zona, onde se situa a Fonte da Pedra, é a única indicação conhecida do povoamento local, que deve ter sido intenso devido à abundância de mananciais (Poço do Ferreiro, a citada Fonte da Pedra, a Fonte Velha e outras) e de um relevo ondulado adequado aos assentamentos parcelares.

A importância da comunidade tardo-romana aqui existente é seguramente a causa da manutenção do topónimo páleo-cristão, arabizando-se durante a dominação muçulmana, o que constitui uma abonação indiscutível da sua existência prévia. A explicação mais plausível é a de uma ligação precoce ao bispado de *Ossonoba*, fazendo São Brás parte da sua reserva fundiária, já no período tardo-romano. Poderá tratar-se assim de um exemplo de local de concentração fundiário por parte do clero urbano, tendência já referida na página 53.

### ***São Romão e vale de Vilarinhos***

São Romão corresponde a *Romanus*, existindo pelo menos cinco santos com esse nome. O mais famoso é *Romanus* de *Cenomanos*<sup>135</sup>, falecido em 385,

---

<sup>135</sup> Santo galo-romano de Le Mans.

sobrinho de São Julião<sup>136</sup>, ermita e fundador de uma ordem menor de coveiros, sendo assim um orago conveniente para sítios de prévias necrópoles ou capelas associadas a cemitérios páleo-cristãos.<sup>137</sup>

Para cá de Apra e Poço Largo, já abordados, a faixa agrícola entre o maciço da Arroiteia-Soalheira e o vale do Barranco do Touro e Ribeira de Gaifona revela uma ocupação antiga paralela à via romana, manifestada em notícias de vestígios destruídos no sítio da Calçada e na sequência toponímica que, além desta, inclui a Fonte do Mouro, Fonte do Touro, Vilarinhos e São Romão. Estes dois últimos, de raiz claramente latina, demarcam-se perfeitamente de Apra, constituindo um núcleo distinto<sup>138</sup>. Quatro nascentes principais enquadram este território: A Sudoeste a Fonte da Murta, a Este a Fonte dos Vilarinhos, a Nordeste a antiga nascente (hoje poço) do Carrascal e a Oeste o Poço Largo.

---

<sup>136</sup> Existem três Julianos famosos: São Julião Hospitalário, mártir de Antioquia (304 ou 313), São Julião de Le Mans (317), bispo galo-romano e tio do nosso São Romão, e São Julião de Toledo (690), visigodo, arcebispo responsável pela criação do culto público moçárabe. Algum ou alguns deles parecem ter tido uma popularidade elevada no Algarve desde muito cedo, o que se manifesta pela recorrência antroponímica e toponímica do seu nome (Julião, Gião e quase seguramente Gilão), sem esquecer o bispo *Julianus* de *Shanta Maria al Gharb*, famoso pela sua bela lápide funerária descoberta no sítio da Fonte Salgada (Tavira) e datada do século X, em pleno período islâmico.

<sup>137</sup> ST.PATRICK'S CHURCH, 2002. Graças aos milagres que lhe são atribuídos tornou-se posteriormente patrono dos dementes e dos infectados pela raiva!

<sup>138</sup> Distinção baseada na densidade esperada do povoamento e nas características do vale. Este tem a extensão de 4900 m desde São Brás ao limite do concelho e uma área agrícola útil de cerca de 630 ha. Uma *centuria* (parcela fundiária de colonização agrária romana) típica ocupa 52.5 ha, podendo variar entre 13 e 105 ha. Mesmo considerando este último valor, pouco provável devido à riqueza hídrica e pedológica do sítio, ter-se-iam pelo menos 6 assentamentos rurais entre Apra e São Brás, distantes cerca de 800 m entre si, em média. Considerando que a igreja de São Romão fica a 3350 m da necrópole das Torres de Apra (e sensivelmente a meio caminho entre estas e a igreja de São Brás) a agregação destes dois lugares é virtualmente impossível. Consideramos neste cálculo um cadastro linear do tipo *striga*, generalizado nas *civitates* de direito latino (SAÉZ 2002, p.417).

Na igreja de São Romão foram descobertas duas lápides funerárias romanas, reutilizadas na construção do edifício. Uma delas<sup>139</sup>, constitui o espólio arqueológico mais importante do concelho e merece como tal ser considerada com mais pormenor, no que seguimos a versão de José d'Encarnação<sup>140</sup>, por coincidência oriundo deste mesmo sítio de São Romão:

D(is) M(anibus) S(acrum) CAECILIAE L(ucii) FIL(iae) MARINAE  
OSSONOB(ensi)

ANNORVM LXXXV H(ic) S(ita) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis)

“Consagrado aos deuses Manes. A Cecília Marina, filha de Lúcio, ossonobense, de oitenta e cinco anos. Aqui jaz. Que a terra te seja leve”.

Lápide datada do século II, nela é afirmada a sua condição de cidadã, numa zona onde – de acordo com a nossa interpretação - ela seria excepcional.

Tratar-se-á de uma família do nível intermédio da elite municipal e não de potentados, que não necessitariam de afirmar a sua pertença municipal, o que confere com o termo Vilarinhos<sup>141</sup> e com o carácter de povoamento mais modesto, quando comparada com a de Apra ou a da Mesquita. Parece provar

<sup>139</sup> A outra, que servia de plinto à cruz do adro e em pior estado de conservação, diz: “Consagrada aos deuses Manes. Aqui jaz Licínia..., natural de (?)... filha de Lúcio (?), de sessenta e cinco anos (?). Que a terra te seja leve”. Os representantes da *gens* Licínia são libertos ricos, presente em muitos locais do *Conventus Pacensis*, designadamente em *Ossonoba* (com três elementos conhecidos) e em *Balsa*, onde um dos seus membros foi um evergeta que doou cem pés do pódio do circo da cidade.

<sup>140</sup> ENCARNÇÃO, 1984, p. 113 – Vol 1º

O autor assinala que o gentílico CAECILIA é bem conhecido em Faro pois surge cinco vezes na lista de libertos, que o nome MARINA a liga a um meio marítimo e portuário e que o estilo do monumento mostra não só absorção da cultura latina como o desejo de ostentação numa situação económica desafogada.

<sup>141</sup> *Villar* é um termo latino, eventualmente tardio, que corresponde a uma *villa* posteriormente dividida em parcelas atribuídas a dependentes. Permanece na toponímia a designar casais agrícolas compatíveis com os pequenos estabelecimentos rurais detectados pelos arqueólogos: Poço Largo (BERNARDES E OLIVEIRA, 2000 p.48) e São Romão 2 (ESTRELA e BARROS, 1999 p. 46). A sua associação a vestígios arqueológicos romanos levou Leite de Vasconcelos a considerar o termo sinónimo de ruínas (VASCONCELOS, 1980 Vol. II, pp. 625-6). O diminutivo plural Vilarinhos é recente (ALMEIDA FERNANDES, 2001 p.239) e realça o parcelamento rural, a intensificação e a dispersão do povoamento mais recentes, compatíveis com o solo e os recursos hídricos descritos. Pode-se estar assim perante um *vicus* tardio ou núcleo de casais rurais originados numa ou mais *villae*, o que justificaria a presença páleo-cristã.

que na *civitas* de *Ossonoba*, tal como em muitas outras cidades do Império, nem só os potentados possuíam *villae* de vilegiatura, situação que se estendia a uma franja da “classe média” dos cidadãos e, por vezes, a dependentes ricos.

A presença na lápide dum crescente lunar (único exemplo conhecido no Algarve) assinala o culto a Selene, divindade lunar associada ao culto dos mortos, bem documentado no Sul peninsular em contextos associados a sincretismos de origem fenício-púnica. A representação da deusa é muito comum nas lucernas do importante santuário de Santa Bárbara de Padrões – etapa importante da vizinha via de *Ossonoba* a *Pax Julia* – e, tal como referido mais adiante relativamente ao Cerro da Cabeça, este último poderá ter sido um santuário local dedicado a esta divindade.

O morro de São Romão, junto da via principal e perto do cruzamento com o caminho rural proveniente de Alcaria, apresenta a localização ideal duma necrópole de beira de caminho, num sítio naturalmente realçado. Existe a notícia de ter aparecido uma sepultura mas sem localização conhecida. A sua evolução para capela ou altar votivo ao culto dos mortos terá sem dúvida atraído a atenção páleo-cristã e originado a ressacralização do lugar à nova religião, dedicando-o a um santo adequado ao uso antigo do lugar. Nada justifica portanto a teoria das trasladações epigráficas a partir de Apra, desenvolvida quando ainda nada se sabia nem de vestígios arqueológicos locais nem do enquadramento viário do local<sup>142</sup>. Apesar de ainda só ter sido descoberta uma pequena área edificada, muito perto da igreja, a fisiografia agrícola e hidráulica apontam inevitavelmente para um número de outras, perto de qualquer das nascentes apontadas. Trata-se de facto de uma zona que no Alto-Império apresentaria um povoamento de dispersão orientada ao longo do vale, formado por casais agrícolas e *villae* de média dimensão, perto dos

---

<sup>142</sup> Teoria surgida aparentemente em ALARCÃO 1988, vol. 3 p.205 e inexplicavelmente mantida por ESTRELA e BARROS 1999, p.18. Mesmo baseando-se no desconhecimento dos vestígios posteriormente descobertos peca por ignorar o contexto territorial agrário, descrito na nota 138. A teoria também não explica porque não teriam sido trasladadas as outras lápides descobertas na necrópole da Torre de Apra (Com os números 62 e 70 de ENCARNAÇÃO, 1984), e já agora, porque não viriam as lápides de São Brás, que fica sensivelmente à mesma distância, na direcção oposta.

sítios onde muitos séculos mais tarde as classes proprietárias do século XIX, seguindo as mesmas normas de estilo de vida, iriam construir as suas quintas residenciais para fugir à canícula fareNSE.

### ***São Clemente***

Em Loulé. Nome de mártir e quarto “papa”, do século I.

A abordagem da região de Loulé na Antiguidade justifica um estudo próprio, cuja falta se faz sentir. Apesar de no planalto de assentamento da medina islâmica não terem, até agora, sido descobertos vestígios romanos, eles abundam no entanto nos campos mais férteis do Sul e são numerosos os indícios de um importante cruzamento viário, com vias em várias direcções. Os oragos São Clemente, São Gens (ou Genes, de *Genesisius*, mártir dos princípios do século IV) e Santa Luzia, juntamente com o lugar e a lenda associada a N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Piedade parecem atestar não só a presença duma importante comunidade moçárabe, mas – sobretudo o último - indiciam também vestígios pré-cristãos, confirmados pela já referida lápide dedicada a Diana, manifestações de uma ocupação anterior cujo desconhecimento constitui uma séria lacuna. O próprio nome árabe da localidade *al'ulyia* parece não passar duma arabização de *olea*<sup>143</sup>, termo latino para olival, revelando um passado de plantações comerciais sem dúvida associadas a *villae* importantes, cujo povoamento se manteve e se desenvolveu extraordinariamente no período islâmico.

### ***Santa Catarina***

Em Santa Catarina da Fonte do Bispo.

Das várias Santas CatarinaS, medievais e modernas, a única antiga é a mais popular – Santa Catarina de Alexandria, do século IV, padroeira dos filósofos, solteironas, estudantes e – mais significativamente – dos amoladores, moleiros, segeiros, curtidores, torneiros e fiandeiros. O autor ignora se faz parte confirmada do panteão páleo-cristão, mas mesmo que corresponda a uma rededicação medieval, o sítio é indiscutivelmente notável como cruza-

---

<sup>143</sup> SIDARUS, Adel, Comunicação às Jornadas de Arqueologia de Silves, 2001.

mento de duas vias romanas importantes, uma delas a via fundamental de *Pax Julia* a *Ossonoba* e *Balsa* (já descrita na pág. 29 e seguintes). Possui contudo limitações de extensão de área agrícola muito mais graves que São Brás, pelo que nunca se desenvolveu como povoado significativo até aos tempos modernos, ao contrário do sítio da Fonte do Bispo que – esse sim – tem todos os atributos dum importante núcleo de povoamento romano, mantido sem interrupção até à Idade Média, suficientemente importante para ser apropriado e assumir uma toponímia episcopal. A ausência de hagianímia cristã no local pode significar que ou o sítio já pertencia ao bispo de *Ossonoba* e foi islamizado e reocupado posteriormente pelo bispado, perdendo toda a toponímia anterior ou que se trata de uma aquisição posterior à “reconquista”, com localização do sítio sagrado em Santa Catarina. Do ponto de vista da localização agrícola o sítio é um protótipo de local de implantação de *villa* romana, para além de ficar num importante cruzamento da via transversal interior com uma derivação da via acima referida, que do sítio da Cruz se dirigia a *Balsa*. Há também notícias de vestígios arqueológicos, embora ainda não incluídos na carta arqueológica e a ocorrência de dois topónimos significativos: *Marco*, associável ao referido cruzamento e *Mortas*, associável a necrópole.

### ***São Miguel***

No Cerro de São Miguel (Moncarapacho) que constituiu, conjuntamente com o Cerro da Cabeça, o local de culto pré-cristão mais importante do Algarve Central e Oriental.

Possível santuário de montanha dedicado primitivamente pelos navegadores fenícios provavelmente a *Baal / Hadad*, talvez ainda antes do século VIII a.C. A interpretação grega posterior desta dedicação, talvez no século VI a.C., consagra-o ao vento *Zéfiro*, que se manterá até ao domínio cristão, altura em que passa sincreticamente para a do arcanjo São Miguel.



Os pontos seguintes sintetizam a argumentação sobre o local, abordado num trabalho do autor em preparação<sup>144</sup> e aqui exposta pela primeira vez sob forma de resumo<sup>145</sup>:

1. A fonte essencial de informação é a *Ora Marítima*, de Avieno, datada do século IV d.C., mas baseada numa obra muito anterior que descreve uma viagem de circum-navegação da Península Ibérica. Essa obra, designada por “périplo messaliota” por se atribuir a gregos da colónia focense de *Massilia* (Marselha), é datável do século VI a.C. e é commumente aceite que se baseie numa descrição púnica ainda mais antiga.

A *Ora Marítima* refere-se ao Cabo de Santa Maria como o Cabo do Zéfiro e à Serra de Monte Figo como sendo dedicada ao Vento, destacando-se o seu cume mais elevado. A localização moderna é hoje aceite pela maioria dos autores<sup>146</sup> e a descrição corresponde a uma imagem típica da zona vista do mar alto ou da ilha do Farol, quando o continente fica com uma carapaça de nuvens sobre os cumes e o topo do Cerro de São Miguel oculto pela neblina.

2. O cume do Cerro de São Miguel, apesar das destruições provocadas pela central de telecomunicações e respectivas antenas, apresenta ainda indícios de edificações no seu ponto mais elevado, provavelmente sítio da ermida original. Parte delas parecem ser, no entanto, muito mais antigas, com um formato circular em torno desse ponto mais elevado. Só uma intervenção arqueológica poderá no entanto esclarecer o assunto.
3. A ligação viária de cume de São Miguel a *Balsa* está estabelecida, com uma importante extensão original do período romano, ainda intacta, na encosta Oriental do monte. Do acesso desde *Ossonoba* sobrevive apenas a marca topográfica, pela encosta Sul. Este último caminho cruza o monte pela portela do Barranco de São Miguel e prolonga-se a Norte até ao

---

<sup>144</sup> Sobre *Balsa* e que inclui o tema dos santuários rurais balsenses.

<sup>145</sup> O anexo bibliográfico indica um resumo das principais fontes sob o tópico *Zéfiro e São Miguel*.

<sup>146</sup> BLÁZQUÉZ, 1991<sup>a</sup> p.67; AVIENO, 1994 (Mangas e Plácido) p. 83; ALVAR, 1996 p.258 (como hipótese)

Desbarato, constituindo o acesso ao santuário a partir da zona de São Brás.<sup>147</sup>

4. O Cerro da Cabeça tem indícios de ter sido ou um santuário complementar ou independente. As descrições modernas (séculos XVI e XIX)<sup>148</sup> descrevem três elementos determinantes que permitem especular sobre um culto ctónico<sup>149</sup> e da chuva, compatíveis com o culto a Zéfiro e à sua paredra<sup>150</sup> Flora, assimilada a Proserpina e portanto aos cultos de Ataegina / Demeter / Selene<sup>151</sup> (o que justificaria a obliteração da memória religiosa do local pelas autoridades cristãs devido ao seu carácter de divindade “infernal” feminina associada a actividades oraculares e com uma forte conotação sexual):
  - Grutas com ruínas de edificações antigas
  - Um monólito eventualmente megalítico e assimilável a um betilo<sup>152</sup>.
  - Um “tanque-piscina” natural na rocha que acumula e mantém a água das chuvas até ao Verão.
5. O Cerro da Cabeça também possui ainda parte duma calçada tipicamente romana, com grandes troços reconstruídos provavelmente na Idade Média. Esta foi até há pouco uma “estrada de caçadores”, localmente designada por “estrada de Portugal”, que constituía um desvio específico ao importante entroncamento viário trilateral que une *Ossonoba*, *Balsa* e a via serrana para *Arannis*.

---

<sup>147</sup> O “caminho que vae de quelfes pera porttugal” já citado (LOURO, 1929, p.60).

<sup>148</sup> SARRÃO, 1607, pp. 167-8 e OLIVEIRA, 1906, pp. 197-8, citando Estácio da Veiga em “Antiguidades Monumentais do Algarve”.

<sup>149</sup> Isto é, relativo ao mundo subterrâneo, assimilado ao Inferno pelos teólogos cristãos.

<sup>150</sup> Diz-se de cada uma das divindades –geralmente de sexos distintos - que se definem como um par em narrativas mitológicas.

<sup>151</sup> É impossível num trabalho desta natureza esboçar sequer o tema das crenças e cultos do mundo subterrâneo e do além, associados à morte invernal e regeneração primaveril. A bibliografia indica alguns títulos que abordam o que se conhece sobre o assunto relativamente à sociedade romanizada do Sul da Península Ibérica.

<sup>152</sup> Monólito de pedra representando ou contendo uma divindade de montanha nas religiões semíticas e de grande importância simbólica nas culturas megalíticas.

Estas vias não parecem ter outra justificação excepto o acesso aos cumes dos respectivos montes, e a importância dos mesmos revela-se no cuidado da execução técnica viária – impressionante no caso da parte escavada na rocha no Cerro de São Miguel.

6. O particular enraizamento da tradição local das Maias<sup>153</sup> e o costume de pendurar molhos vegetais fálicos nas árvores, na Primavera, à beira da antiga via romana do Cerro da Cabeça (confirmado pelo autor), assim como a importância antiga das Endoenças em Moncarapacho (referida por Leite Vasconcelos<sup>154</sup>) revelam indícios de uma importante tradição pré-cristã de cultos Primaveris de fertilidade.
7. A selecção do orago São Miguel não é acidental, pois o arcanjo representa o sincretismo cristão mais frequente para os cultos dos ventos<sup>155</sup>. De facto:
  - A sua iconografia é idêntica à de Zéfiro e dos outros ventos nas suas expressões helenísticas e mitraicas (um ser alado, de atributos físicos divinos, eventualmente associado ao toque de trombetas – símbolo dos céus e do sopro dos ventos e associado a seres com forma de serpentes com várias caudas e cabeças -“dragões” - que na iconografia cristã representam o demónio derrotado e na iconografia fenícia e greco-romana a fúria dos mares subordinada ao poder dos ventos, que tem origem no mito de *Typhon*<sup>156</sup>, por sua vez baseado no mito mais antigo da vitória de *Baal* contra *Yam*).
  - Tal como Zéfiro é uma divindade da fertilização vegetativa pelas águas, designado como responsável do rebentamento de nascentes e da subida periódica das cheias do Nilo.

---

<sup>153</sup> PEIXOTO, 1894 pp 55-56

<sup>154</sup> VASCONCELOS, 1980 Vol 3, p. 618 e 620

<sup>155</sup> São Miguel, juntamente com São Pedro e São João, é uma das entidades sobrenaturais mais comumente utilizadas pelo Cristianismo para adaptações sincréticas de cultos de religiões anteriores, respeitantes a divindades masculinas. Estas adaptações não se limitam a Zéfiro e estendem-se a outros panteões para além do greco-romano, como é o caso do germânico, realçando a funcionalidade guerreira do arcanjo.

<sup>156</sup> O titã grego que designa os nossos tufões.

- Tal como Zéfiro é uma divindade equinocial, em que uma parte significativa do culto são os festivais de agradecimento pelas colheitas, pelo Outono, com uma tradição de redistribuição/sacrifício, mudada posteriormente pelo clero cristão num tributo religioso (a dízima paga pelo São Miguel) e que se tornou então a data estabelecida para os pagamentos de rendas agrárias. O carácter redistributivo original ainda subsiste na tradição do “São Miguel ladrão”, citada por Estanço Louro<sup>157</sup>.
- O carácter original relacionado com a fertilidade humana é dessexualizado de um modo característico do Cristianismo, transformando-se numa divindade salutar-curativa, sendo designado como “médico celeste”.
- Tal como Zéfiro e os ventos nos cultos mitraicos é uma divindade psicopompa, isto é, condutora (e protectora) de almas no além, após a morte.
- Tal como Zéfiro é uma importante divindade funcional da navegação marítima, neste caso patrono dos marinheiros, sendo célebres os seus santuários na Normandia e Cornualha, em montanhas costeiras, sinalizadoras da navegação.
- Em certos locais de Espanha mantém ainda a sua associação com o vento de Oeste, como anjo protector contra o vento seco e destrutivo do Levante.

---

<sup>157</sup> LOURO, 1929, p.447. No dia de São Miguel, o povo podia colher livremente o figo dos pomares privados. O epíteto ladrão é dado, naturalmente, pelos proprietários. O direito à apropriação colectiva associada ao santo manifesta a memória dum festival de redistribuição baseado num sacrifício ou renda sacrificial de produtos devidos à divindade, mas na realidade apropriados pelos sectores mais desprovidos da comunidade. Certamente que uma parte dos produtos se destinariam, já no período pré-cristão, aos sacerdotes encarregados de officiar o acto. O episódio poderá também lembrar uma época em que as figueiras faziam parte do *saltus* comunitário, de modo idêntico aos souts do povo (de castanheiros), extremamente comuns no Norte do país.

8. Refira-se ainda a existência de hipóteses etimológicas conjecturais que relacionam Monte Figo com *Mons Zephyrus*<sup>158</sup> e Moncarapacho com *Mons Kerȳnious*, outra forma grega de *Baal /Hadad* mantida durante o período romano.

Estas hipóteses associam o Cerro de São Miguel a *Balsa* – mais precisamente à primeira localização do topónimo no povoado de fundação fenícia situado morro de Santa Maria de Tavira, cuja etimologia é seguramente também fenícia (*Baal Saphon*<sup>159</sup> ou, mais provavelmente *Baal Shamem*, que originou *Balsamen* em latim e *Zeus Kerȳnious* em grego e significa respectivamente o “Senhor do Céu” e “Zeus das trovoadas”). *Saphon* (Norte) e *Shamem* (Celeste) são epítetos da mesma divindade *Baal / Hadad*.

9. O sítio de Moncarapacho, no cruzamento já referido dos acessos de *Balsa* e *Ossonoba* à grande via provincial que ligava o litoral ao centro administrativo da Lusitânia; situado perto dum porto de mar dos arredores de *Balsa* (a actual Fuzeta) e entre os dois montes-santuários de São Miguel e da Cabeça, constitui um ponto nodal da maior relevância na antiga rede viária romana do Algarve. É, por consequência, o sítio mais provável da localização da *Statio Sacra* (estação sagrada), enumerada

---

<sup>158</sup> Segundo esta hipótese ter-se-ia verificado a evolução MONS ZEPHYRUS > \*MONCĚFĪRO > \*MONTE FĪRO > MONTE FIGO

O topónimo actual terá sido formado já no domínio português, por analogia popular entre MONCĚ e MONTE e derivação de FĪRO para FIGO, potenciada por uma eventual associação do perfil montanhoso com a forma do fruto.

<sup>159</sup> MANTAS, 1990 p.192.

entre *Balsa* e *Ossonoba* na *Cosmographia* de Ravena.<sup>160</sup> Ver o resumo sobre a *Statio Sacra* na pág. 47.

10. Em Ayamonte o Cerro de São Miguel serve tradicionalmente de indicador do estado do mar aos pescadores. Quando está perfeitamente visível a saída para o mar é considerada segura. Quando se encontra parcial ou totalmente enublado, surgindo então como uma ilha no meio do mar, é sinal de perigo, não devendo os barcos largar a barra.<sup>161</sup> O aspecto quase fantástico que o cerro pode ter quando visto de Punta Umbria em dias nebulosos e esta tradição marítima coadunam-se perfeitamente com o escrito de Avieno, tanto mais que a tradição espanhola é apenas referida ao monte e não a São Miguel, sendo a associação entre os dois aí desconhecida.

O monte mantém assim a memória funcional de um ponto de sinalização marítima – verdadeiro farol diurno – e, simultaneamente, de oráculo meteorológico para a navegação, reflectindo assim as características essenciais dos santuários-montanha fenícios originais.

Zéfiro partilha com *Baal / Hadad* uma parte importante dos mitos de regeneração primaveril, em que o vento Oeste se associa fundamentalmente à sua influência benéfica e húmida de crescimento vegetativo no início da Primavera e no Outono após a estiagem<sup>162</sup>. Tem porém um carácter mais específico

---

<sup>160</sup>A antiga tese da localização da *Statio Sacra* na *villa* de Marim (VEIGA, 1880 vol. 2 pp. 390-1), deve-se à existência de um modesto templo páleo-cristão originado num santuário privado, ou mausoléu – tal como em Milreu - e baseia-se apenas na riqueza arqueológica do local. Provavelmente devido a esta abundância, os seus defensores não têm achado necessário proceder a uma análise territorial coeva da região, designadamente da alteração da linha de costa e do percurso das vias litorais antigas - que mostrariam encontrar-se Marim numa posição marítima terminal, como de resto seria de esperar numa enorme *villa* marítima tardia típica, isto é, consideravelmente distante dos trajectos viários. Estes, devido aos esteiros inundados, passavam geralmente bastante a Norte da actual E.N. 125 e, pelo menos no Inverno, eram obrigados a contornar pelo Norte o então estuário da Ribeira do Tronco, aproximando-se de Moncarapacho, situação ainda detectável na matriz viária sobrevivente e na toponímia local.

<sup>161</sup> Informação da Professora Elena Orta Garcia, colhida localmente.

<sup>162</sup>Funcionalidade religiosa particularmente bem adaptada às incertezas e ao carácter extremo dos anos agrícolas do Algarve, em que a irregularidade da chuva e do vento marca decisivamente o mundo rural.

e parcial de divindade fertilizadora vegetal, animal e humana, ilustrada pelos três mitos de violação homo e heterossexual a ele associados (De Jacinto, Flora e Íris). O seu papel na fertilização pecuária manifesta-se numa célebre notícia sobre a existência duma raça de cavalos particularmente veloz na Lusitânia por as éguas serem fecundadas pela brisa do Favónio.

A sua função marítima como vento do Oeste é igualmente importante, sendo a *Ora Maritima* absolutamente explícita a esse respeito: quem (proveniente do Atlântico) chegar ao monte de Zéfiro, será empurrado daí em diante pelo seu vento até penetrar no Mediterrâneo. É de realçar também a função de sinal de navegação do cerro, característica comum de todos os acidentes costeiros realçados pelos fenícios e cuja funcionalidade se manteve até hoje, permanecendo o cerro o sinal mais conspícuo do Algarve para a navegação costeira<sup>163</sup>.

No entanto, apesar do seu carácter essencialmente benéfico outras fontes assinalam as terríveis borrascas do Oeste e a necessidade de aplacar o vento, realçando o seu carácter mais primitivo de divindade celeste telúrica<sup>164</sup>. Existem também referências à sua função de divindade propiciadora da pesca.

Outro aspecto importante da sua natureza é a sua origem mítica subterrânea, fundamento das suas posteriores funções psicopompas, já referidas: os ventos são elementos primitivos ligados à terra e libertam-se para os céus e voltam a ela através de grutas e buracos especiais. Grande parte dos cultos eólicos – para além de cumes de montanhas inacessíveis a não iniciados – estabelecia-se em santuários com poços tapados<sup>165</sup> para impedir a libertação da fúria incontrolável dos ventos. O conteúdo mais frequente dos cultos consistia, pelo que se conhece, em sacrifícios de animais no mar e junto dos cita-

---

<sup>163</sup>LOPES, 1841 pp.29-30 assinala a sua particular relevância na navegação paralela à costa, referindo o rumo desde o Atlântico, em que o Cerro de São Miguel se constitui como ponto de orientação após dez milhas a Leste da ponta de Sagres (aproximadamente desde o meridiano da praia de N<sup>a</sup> Senhora da Luz, o que poderia estar na origem primitiva deste topónimo).

<sup>164</sup>Este vento é designado pelos pescadores algarvios como “mar de fundo” e associa-se a tempestades que trazem para a costa do Algarve vagas que ultrapassam a dezena de metros de altura. (Informação da Professora Teresa Júdice Gamito).

<sup>165</sup>Designados em grego por *bothroi*.

dos poços. É curiosa a notícia de se sacrificarem ovelhas brancas para invocar bom vento e ovelhas negras para aplacar o mau vento, associando os animais ao carácter das nuvens<sup>166</sup>. Este carácter imediato e imaterial pode justificar a ausência de epigrafia do período romano associada ao culto de Zéfiro, baseando-se o nosso conhecimento sobretudo em notícias literárias de autores greco-romanos e numa abundante iconografia.

Em termos sócio-económicos, o culto do Cerro de São Miguel teria assim duas vertentes: marítima e agro-pecuária (e quase certamente uma terceira, ligada à fertilidade humana) e abrangeria duas épocas do calendário, o início da Primavera e o fim do Outono.

No equinócio da Primavera celebrava-se o início da estação da navegação e da pesca, a fecundação animal e humana e o desabrochar das colheitas. Era também a época de chegada dos barcos provenientes do Mediterrâneo. Este período manifestava-se pela Florália<sup>167</sup>, festividade da tradição greco-romana.

No equinócio de Outono celebrava-se o fim da estação da navegação e da pesca e os resultados obtidos pelas colheitas e pescarias de Verão. Era também o momento dos mercadores do comércio mediterrânico rogarem por uma boa viagem de regresso.

São Miguel está também no término de um rosário de santuários e lugares simbólicos que definem a via já anteriormente referida (São Pedro das Cabeças, Santa Bárbara, talvez São Pedro de Solis e o núcleo megalítico da Mealha), revelando a extraordinária importância desta via, pelo menos desde a Idade do Ferro. A sua orientação Norte-Sul permite ainda esquematizá-la como uma estrada comercial de fronteira entre duas entidades etno-políticas

---

<sup>166</sup>Williams, 1999 “Cults in Crete, Greece & Rome”

<sup>167</sup>*Florales Ludi*, um festival celebrado em Roma e no mundo romano em honra de *Flora* (*Chloris*). Prolongava-se por cinco dias, com início a 28 de Abril e fim a 2 de Maio, com o propósito de obter da deusa protecção para o desabrochar das colheitas. Segundo as descrições, a celebração decorria com muita alegria, bebida e jogos lascivos. Eram primitivamente festas rurais, que foram mais tarde introduzidas nas cidades do mundo greco-romano onde assumiram um carácter muito mais dissoluto e se associaram às representações mímicas e teatrais, que passaram a constituir a parte principal das diversões. Nelas, era costume o público pedir às actrizes para se despirem no palco e divertirem a multidão com gestos e danças indecentes (SCHMITZ, 1875 pp.541-542).



dispostas a Oriente e a Ocidente: respectivamente os Túrdulos e os Célticos, tendo a Sul os povos dos povoados marítimos da esfera de *Gadir*. O santuário (ou santuários) surgiria assim como lugar central destas três influências, (de cariz cultural céltico a Norte e fenício-púnico a Sul), articulando o aspecto religioso já referido com o calendário e os rituais das trocas comerciais, em que o gado e a prata teriam provavelmente um papel proeminente.

A única notícia conhecida referente ao culto de São Miguel no cimo do cerro informa sobre a sua grande popularidade para os romeiros que o visitavam na véspera e dia do Santo<sup>168</sup>, mas não refere infelizmente pormenores. Diz também que o culto entrou em decadência, obrigando a mudar a ermida para sítio mais acessível, onde se situa hoje. O mais provável é a formação das paróquias de Olhão e Fuzeta terem orientado a devoção marítima para outros rumos e a multiplicação das paróquias rurais da região ter feito o mesmo para a devoção agrária, incluindo-se a região de São Brás neste último grupo. O facto de um bispo de Faro aí ter mandado colocar uma cruz no cimo após a mudança da ermida<sup>169</sup>, leva no entanto a crer que o receio de manifestações pagãs ainda estava bem presente.

---

<sup>168</sup>29 de Setembro.

<sup>169</sup>OLIVEIRA, 1906 p.185. O bispo nomeado, D. Francisco Gomes, corresponde à última década do século XVIII.

## Bibliografia

A bibliografia está organizada por temas principais e, dentro destes, por autor, agrupando-se então as obras do mesmo autor segundo a data de edição. Os temas seguem aproximadamente a ordem dos capítulos, sendo os iniciais de índole geral. Procura-se deste modo facilitar a pesquisa por leitores não especializados, que queiram aprofundar interesses específicos, em detrimento da pesquisa alfabética simples por autores.

### *Geografia física*

Feio, Mariano

1949: Le Bas Alentejo et l'Algarve, INIC – Univ. de Évora (Ed. 1983), Évora

Manuppella, G.

1992: Carta geológica da região do Algarve, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa

Ribeiro O, Lautensach H. e Daveau S.

1987: Geografia de Portugal I – A posição geográfica do território (3ª Ed. 1995), Sá da Costa, Lisboa

### *Toponímia e corografia do Algarve*

Almeida, General João de

1948: Roteiro dos monumentos militares portugueses – Vol III, Ed. autor, Lisboa

Almeida Fernandes, A. de

2001: Toponímia de Ponte de Lima – II : Estudo toponímico, Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima

Anónimo

1792: Crónica da conquista do Algarve, in “Anais do Município de Faro” 1978, C.M.F., Faro

Fernandes, Maria. Alice

1999: Noms de personne et toponymie de l'Algarve, in “Onomastik-Akten des 18. Internationalen Kongresses für Namenforschung – Trier 1993”, Max Niemeyer, Tübingen, 236-268

2001: Toponímia algarvia de origem árabe, in “Dinâmica defensiva da costa do Algarve, do período islâmico ao século XVIII”, coord. Valdemar Coutinho, Instituto de Cultura Ibero Atlântica, Portimão, 21-35

Instituto Geográfico do Exército

1930/53: Carta militar de Portugal 1:25000, Folhas antigas, I.G.E., Lisboa

1968: Repertório Toponímico – versão digital, I.G.E., Lisboa

Lautensach, Hermann

1948: Bibliografia geográfica de Portugal. Adaptação e complementos de Mariano Feio, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa

Lopes, João B. da Silva

1841: Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve, (Ed. 1988), Algarve em Foco, Faro

Machado, José Pedro

1987: Ensaio sobre a toponímia do concelho de Loulé, separata da revista “Língua Portuguesa”, Lisboa

Oliveira, Ataíde

1905: Monografia de Loulé, (4ª Ed. 1998), Algarve em Foco, Faro

1914: Monografia de Estoi, (3ª Ed. 1993), Algarve em Foco, Faro

São José, Frei João de

1577: Corografia do reino do Algarve, in “Duas descrições do Algarve do século XVI”, Revista de História económica e social nº3, Sá da Costa, Lisboa, 21-132

Sarrão, Henrique Fernandes

1607: História do reino do Algarve, in “Duas descrições do Algarve do século XVI”, Revista de História económica e social nº3, Sá da Costa, Lisboa, 133-174

### ***Algarve pré-romano***

Correia, V. Hipólito

1995: The Iron Age in South and Central Portugal and the Emergence of Urban Centres, in “Social Complexity and the Development of Towns in Iberia”, PBA 86, British Academy, London, 237-262

Gamito, Teresa Júdice

1983: Breve apontamento sobre o povoamento do Algarve desde a Pré-História até à Época Romana e o seu condicionalismo geográfico, in “Anais do Município de Faro”, C.M.F., Faro, 331-358

1988: Social Complexity in Southwest Iberia 800-300 B.C. The Case of Tartessos, International Series 439, BAR, Oxford

1989: Paleoetnologia do Centro e Sul de Portugal, in “Paleoetnologia de la Península Ibérica, Actas de la Reunión Complutense”, Univ. Complutense, Madrid, 329-337

León, J. Millán

1998: Gades y las navegaciones oceánicas en la Antigüedad (1000 a.C.-500 d.C.), Graficas Sol, Ecija

Maia, Manuel

1985: Algumas reflexões em torno da cultura do Sudoeste, in “Actas del IV colóquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas”, ed. J. Gorrochategui, J. Melena e J. Santos, Vitoria, 433-445

Maia, Maria

2000: Tavira Fenícia: O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C., Campo Arqueológico de Tavira, Tavira

Vilatela, Luciano Pérez

2000: Lusitania : História e etnologia, Real Academia de la Historia, Madrid

### ***História social e económica da Antiguidade***

Anderson, Perry

1982: Passagens da Antiguidade ao Feudalismo, Afrontamento, Lisboa

Cameron, Averil

1993: El mundo mediterráneo en la Antigüedad Tardía (395-600), Ed. 1998, Crítica, Barcelona

Delgado, J. M. Serrano

1988: Status y promoción social de los libertos en Hispania Romana, Univ. Sevilla, Sevilla

Hopkins, Keith

1978: Conquistadores y esclavos, Ed. 1981, Península, Barcelona

Lévy, Jean-Philippe

1973: História da propriedade, Estampa, Lisboa

Lot, Ferdinand

1927: O fim do Mundo Antigo e o princípio da Idade Média, Ed. 1980, Edições 70, Lisboa

MacMullen, Ramsey

1974: Les rapports entre les classes sociales dans l'Empire romain (50 av. J.-C.-284 ap.J.-C.), Ed. 1986, Seuil, Paris

1991: Le déclin de Rome et la corruption du pouvoir, Les Belles Lettres, Paris

Rostovtzeff, Mikail

1957: História social y económica del Império Romano, 2 vols., Espasa, Ed. 1998, Madrid

### ***Hispania romana***

Blázquez, J. M.

1979: História económica de la Hispania romana, Cristianidad, Madrid

1996: Las explotaciones mineras y la romanización de Hispania, in “La romanización en Occidente”, eds: J.M. Blázquez, J. Alvar, Actas, Madrid, 179-200

García, Genaro Chic

2000: Economía en la zona meridional en época romana, in “Hispania Meridional durante la Antigüedad”, Ed: F. Salvador Ventura, Univ. de Jaén, Jaén, 95-146

González, Julián

2001: *Ivs latii y lex flavia mvnicipalis*, in “Mainake (2001): Las leyes municipales en Hispania”, Diputación de Málaga, Málaga, 121-135

Hervás, J. Roldán

1998: La administración municipal romana en época Imperial, in “El proceso de municipalización en la Hispania romana”, Univ. de Valladolid, Valladolid, 39-56

Keay, S.

1996: La romanización en el Sur y el Levante de España hasta la época de Augusto, in “La romanización en Occidente”, eds: J.M. Blázquez, J. Alvar, Actas, Madrid, 147-178

León, Maria Luisa Sánchez

1978: Economía de la Hispania meridional durante la dinastía de los Antoninos, Univ. de Salamanca, Salamanca

Mangas, Julio

2001: Leyes coloniales y municipales de la Hispania romana, Cuadernos de Historia nº 86, Arco/Libros, Madrid

Palanca, Adela Cepas.

1997: Crisis y continuidad en la Hispania del Siglo III, Anejos del Archivo Español de Arqueología XVII, C.S.I.C., Madrid,

Plácido, D.

1996: Formas de dependencia en Hispania, in “La romanización en Occidente”, eds: J.M. Blázquez, J. Alvar, Actas, Madrid, 201-216

Rufino, Antonio Caballos

2001: Latinidad y municipalización de *Hispania* bajo los Flávios. Estatuto y normativa, in “Mainake (2001): Las leyes municipales en Hispania”, Diputación de Málaga, Málaga, 101-119

VVAA

1978: Historia de España Antigua, Catedra, Madrid

### ***Algarve romano e sua área regional***

Alarcão, Jorge de

1988a: Roman Portugal: Gazetteer, 3 vols., Aris & Phillips, Warminster

1988b: O domínio romano em Portugal, Europa-América, Lisboa

1990a: O Domínio Romano, in “Nova História de Portugal - I: Portugal das origens à romanização”, Presença, Lisboa, 345-489

1990b: Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios, in “Les villes de Lusitanie romaine”, C.N.R.S., Paris, 21-34

Cassinello M., Guerra I., Ros, J.

1994: Património arqueometalúrgico de Alcoutim, Associação Alcance, Alcoutim

Encarnação, José d'

1984: Inscrições romanas do *Conventus Pacensis*, 2 vols., Univ. Coimbra, Coimbra

- 1987: A população romana do litoral algarvio *in* “Anais do Município de Faro”, C.M.Faro, Faro, 57-76
- Gamito, Teresa Júdice  
1997: A cidade de Ossonoba e o seu território envolvente *in* “Noventa séculos entre a Serra e o Mar”, I.P.P.A.R., Lisboa, 343-360
- Guerra, Amílcar  
1995: Plínio-o-Velho e a Lusitânia, Colibri, Lisboa
- Hauschild, Theodor  
1997: Milreu, Estói (Faro) *Villa* romana e santuário *in* “Noventa séculos entre a Serra e o Mar”, I.P.P.A.R., Lisboa, 407-414
- 1999: Milreu, “villa” romana, *in* “O Algarve, da Antiguidade aos nossos dias, Coord. M. da Graça Marques”, Colibri, Lisboa, 53-56
- Mantas, Vasco Gil  
1990: As cidades marítimas da Lusitânia, *in* “Les villes de Lusitanie romaine”, C.N.R.S., Paris, 149-206
- 1997a: As *civitates*: Esboço da geografia política e económica do Algarve romano *in* “Noventa séculos entre a Serra e o Mar”, I.P.P.A.R., Lisboa, 283-310
- Marques, Teresa (Coord.)  
1992: Carta arqueológica de Portugal (Algarve-Central), I.P.P.A.A., Lisboa  
1995: Carta arqueológica de Portugal (Algarve-Sotavento), I.P.P.A.A., Lisboa
- Martins, Isilda Pires  
1988: Arqueologia do concelho de Loulé, C.M.L., Loulé
- Santos, Maria Luísa, E.V.A. dos  
1971/2: Arqueologia romana do Algarve (subsídios). 2 vols., Assoc. dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa
- Unión Académica Internacional  
1995: *Tabula Imperii Romani* (Comité Español). Hoja J-29: Lisboa, Instituto Geográfico Nacional, Madrid
- Veiga, Sebastião Estácio da  
1880: Antiguidades monumentais do Algarve, 4 vols., Imprensa Nacional, Lisboa

### ***Agricultura e sistemas agrários, produtivos e fundiários***

- Aguilera, César  
1997: História da alimentação mediterrânica, Terramar, Lisboa
- Ariño, E. e Gurt, J.M.  
1994: Catastros romanos en el entorno de *Avgusta Emerita*. Fuentes literárias y documentación arqueológica, *in* «Les campagnes de Lusitanie romaine», Univ. de Salamanca, Salamanca, 45-66
- Beliz, J. Malato  
1986: O Barrocal Algarvio, Parques Naturais nº 17, S.N. Parques, Lisboa

Fernández, Pedro Sáez

2002: Algunas consideraciones sobre el territorio de las ciudades de la Bética in “Estudios sobre las ciudades de la Bética”, Eds: Cristóbal G. Román e Ángel P. Arroba, Univ. de Granada, Granada, 389-445

Gamito, Teresa Júdece

1999: Ossónoba (Faro, Portugal) an island in the Lagoon, in “*Ethno-archaeology and its transfers*”, Eds: S. Beyries, P. Pétrequin, Bournemouth, 123-133

Mazoyer, M. e Roudart, L.

2001: História das agriculturas do mundo, do Neolítico à crise contemporânea, Piaget, Lisboa

Neila, J.F. Rodríguez

1994: El epigrafe CIL,II,2242 -Corduba- y las “locationes” de propiedades publicas municipales in “La Sociedad de la Bética. Contribuiciones para su estudio”, Ed. Cristóbal G. Román, Univ. de Granada, Granada, 425-460

Ribeiro, Orlando

1991: Opúsculos geográficos IV – O mundo rural, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Ribeiro, Orlando; Lautensach, H. e Daveau, S.

1987: Geografia de Portugal II – O ritmo climático e a paisagem (2ª Ed. 1994), Sá da Costa, Lisboa

Román, Cristóbal González

2002: La no ciudad en la Bética in “Estudios sobre las ciudades de la Bética”, Eds: Cristóbal G. Román e Ángel P. Arroba, Univ. de Granada, Granada, 185-211

### ***Rede viária e povoamento rural romanos do Algarve e sua área regional***

Acevedo, Juan M. Ruiz

1997: Las vías romanas en la provincia de Huelva, Diputación Provincial, Huelva

Arias, Gonzalo

1987: Portugal a la vista in “Repertorio de caminos de la Hispania Romana”, ed. autor, Málaga, 289-300

2001: *Imperatoria Salacia* in “El Miliário Extravagante” N° 78-4ª época, Málaga, 9-12

2002: La Salacia del Algarve in “El Miliário Extravagante” N° 80-4ª época, Málaga, 29

Fabião, Carlos

1994: *Garum* na Lusitânia rural ? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve , in « Les campagnes de Lusitanie romaine », Univ. de Salamanca, Salamanca, 227-252

s/d: O Sul da Lusitânia (Algarve português) e a *Baetica*: concorrência ou complementaridade?, policopiado

1997: As *villae* do actual Algarve in “Noventa séculos entre a Serra e o Mar”, I.P.P.A.R., Lisboa, 373-386

Hervás, J. Roldán e Arias, Gonzalo (eds.)

1987: Itinerário de Antonino (parte Hispânica – edição crítica) in “Repertorio de caminos de la Hispania Romana”, ed. Gonzalo Arias, Málaga, 491-501

Le Roux, Patrick

1994: *Vicus et castellum* en Lusitanie sous l'Empire, in «Les campagnes de Lusitanie romaine», Univ. de Salamanca, Salamanca, 151-160

Mantas, Vasco Gil

1996: Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado, in “Ocupação romana dos Estuários do Tejo e do Sado – Actas 1<sup>as</sup> Jornadas”, C.M.Seixal/D. Quixote, Seixal, 343-370

1997b: Os caminhos da serra e do mar in “Noventa séculos entre a Serra e o Mar”, I.P.P.A.R., Lisboa, 311-326

1999: As *villae* marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana, in “Économie et territoire en Lusitanie romaine”, Apres: J.G. Gorges e F.G. Martín, Casa de Vázquez, Madrid, 135-156

Maia, Manuel

1986: Os *castella* do Sul de Portugal, separata de “Madrider Mitteilungen 27, 1986”, Mainz, 195-223+lâmin. 20-21

1987: Romanização do território hoje português a Sul do Tejo: Contribuição para a análise do processo de assimilação e interação sócio-cultural 218-14 d.C., 3 vols., policopiado, Lisboa

Maia, Maria e Maia, Manuel

1996: Os *Castella* do Sul de Portugal e a mineração da prata nos primórdios do Império, in “Mineração no Baixo Alentejo”, C.M. Castro Verde, Castro Verde, 60-81

1997: Lucernas de Santa Bárbara, Cortiçol, Castro Verde

Maia, Maria, Maia, Manuel e Silva, Luis Fraga da

2000: Vias de Penetração Terrestres entre o Sotavento Algarvio e a Região de Beja da Proto-História à Idade Moderna in “Actas das IIIas Jornadas/Congresso da revista ‘Arquivo de Beja’, Arquivo de Beja, Beja, no prelo.

Maia, Maria e Silva, Luis Fraga da

2000: Levantamento da carta arqueológica de Cachopo, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira

Matos, José Luís de Matos

1997: Cerro da Vila in “Noventa séculos entre a Serra e o Mar”, I.P.P.A.R., Lisboa, 387-394

Moret, Pierre

1999: Casas fuertes romanas en le Bética y la Lusitania, in “Économie et territoire en Lusitanie romaine”, Apres: J.G. Gorges e F.G. Martín, Casa de Vázquez, Madrid, 55-90

Sáa, Mário

1967: As grandes vias da Lusitânia: O Itinerário de Antonino Pio. 6 Vols. Ed. autor, Lisboa

Sillières, Pierre

1994: Les premiers établissements romains de la région de Vila de Frades (Vidigueira, Portugal), in «Les campagnes de Lusitanie romaine», Univ. de Salamanca, Salamanca, 89-98

Soldevilla, António Giol y

1983: Palabras españolas de origen árabe, Pliegos de Encuentro Islamo-Cristiano 2, Madrid



***Temas religiosos pré-cristãos***

Alvar, J.

1996: Religiosidad y religiones en Hispania , *in* “La romanización en Occidente”, eds: J.M. Blázquez, J. Alvar, Actas, Madrid, 239-278

Blázquez, José Maria

1991a: El sincretismo en la Hispania romana entre las religiones indígena, griega, romana, fenicia y místicas *in* “Religiones en la España Antigua, Catedra, Madrid, 29-82

1991b: Sincretismo en Lusitania Romana *in* “Religiones en la España Antigua, Catedra, Madrid, 109-116

2001: Los cultos sincréticos y su propagación por las ciudades hispanorromanas, *in* “Religiones, ritos y creencias funerarias de la Hispania Prerromana”, Biblioteca Nueva, Madrid, 223-244

Blázquez, Martínez-Pinna, Montero

1993: História de las Religiones Antiguas: Oriente, Grécia y Roma, Catedra, Madrid

1994: História de las Religiones de la Europa Antigua, Catedra, Madrid

Cernunnos

1998: Taranis @ <http://www.kernunnos.com/godlinks/taranis.shtml>

Marco, F.

1996: Integración, *interpretatio* y resistencia religiosa en el Occidente del Imperio, *in* “La romanización en Occidente”, eds: J.M. Blázquez, J. Alvar, Actas, Madrid, 217-238

***Hispania tardo-romana***

Arce, Javier

1994: El último siglo de la España Romana (284-409), Alianza, Madrid

Carbajo, Raúl Revuelta

1997: La ordenación del territorio en Hispania durante la Antigüedad Tardía, Castellum, Madrid

Castro, Francisco García de

1995: Sociedad y Poblamiento en la *Hispania* del siglo IV d.C., Ed. autor, Valladolid

Kulikowski, M.

2001: The interdependence of Town and Country in Late Antique Spain, *in* “Urban Centers and rural contexts in Late Antiquity”, Burns T. & Eadie, J., eds., Michigan State Univ. Press, East Lansing, 147-162

Marques, A. H. de Oliveira

1993: Nova História de Portugal – II: Portugal, das invasões germânicas à “reconquista”, Presença, Lisboa

Ventura, F. Salvador

2000: Los siglos VI e VII en el Sur de Hispania. De período de autonomía ciudadana a pilar del reino Hispano-Visigodo, *in* “Hispania Meridional durante la Antigüedad”, Ed: F. Salvador Ventura, Univ. de Jaén, Jaén, 183-203

***Temas paleocristãos***

Aguilera, A. Barbero de

1963: El Priscilianismo: Herejía o movimiento social? *in* “Conflictos y estructuras sociales en la Hispania Antigua”, ed. 1986, Akal, Madrid, 77-114

1991: La carta 67 de Cipriano y el origen africano del cristianismo hispano *in* “Religiones en la España Antigua, Catedra, Madrid, 361-372

Daix, Georges

1996: Dicionário dos santos do calendário romano e dos beatos portugueses, Terramar, Lisboa

Maciel, M. Justino

1996: Antigüedad Tardía e Paleocristianismo em Portugal, Colibri, Lisboa

Maldonado, Pedro C.

1999: Los mártires hispanorromanos y su culto de la Antigüedad Tardía, Univ. Granada, Granada

Pérez, C. Buenacasa

1995: La propiedad eclesiástica según el “Codex Theodosianvs”, *in* Actas del Congreso “La Hispania de Teodósio”, vol 1º, Univ. de Segóvia, Segóvia, 31-38

Ruggini, Lellia C.

1995: El éxito de los Priscilianistas: a propósito de cultura y fé en el siglo IV d.C., *in* Actas del Congreso “La Hispania de Teodósio”, vol 1º, Univ. de Segóvia, Segóvia, 39-48

St. Patricks’s Church for All Saints

2002: Index of Saints, @ <http://users.erols.com/saintpat/ss/ss-index.htm>

***Al-Andalus***

Almansa, M. Ación

2001: La herencia del protofeudalismo visigodo perante la imposición del estado islámico, *in* “Visigodos y Omeyas – Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Média” – Anejos del Archivo Español de Arqueología XXIII, C.S.I.C., Mérida, 429-442

Félix, Ana e Fierro, Maribel

2001: Cristianos y conversos al Islam en Al-Andalus bajo los Omeyas, *in* “Visigodos y Omeyas – Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Média” – Anejos del Archivo Español de Arqueología XXIII, C.S.I.C., Mérida, 415-428

Lagardère, Vincent

1993: Campagnes et paysans d’Al-Andalus VIII-XV s., Maisonneuve & Larose, Paris

Moreno, Eduardo Manzano

2001: La conquista del 711: transformaciones y pervivencias, *in* “Visigodos y Omeyas – Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Média” – Anejos del Archivo Español de Arqueología XXIII, C.S.I.C., Mérida, 401-414

***Algarve islâmico e sua área regional***

Alemparte, J. Ferreiro

1977: A cidade moçárabe de Santa Maria de Faro e o milagre da cantiga CLXXXIII, in “Anais do Município de Faro”, C.M.F., Faro, 63-76

Boissellier, Stéphane

1999a: Naissance d’une identité portugaise – La vie rurale entre Tage et Guadiana de l’Islam à la Reconquête (X-XIV siècles), Imprensa Nacional, Lisboa

1999b: O sistema tributário in “O Algarve, da Antiguidade aos nossos dias, Coord. M. da Graça Marques”, Colibri, Lisboa, 91-96

Catarino, Helena

1997/8: O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica, 3 vols., in “Al’Ulyā” n° 6, C.M.Loulé, Loulé

2000: Castelos e território omíada na *kura* de *Ocsonoba*, in “Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb”, Colibri, Lisboa, 29-44

Dinsmore, Elisabeth S.,

1993: Marginal tribes in Al-Andalus: Two models for an historical archaeology of the ‘berberization’ of Iberia, 8th-10th centuries, in “Arqueologia Medieval n° 3”, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 17-26

Domingues, J. Garcia

1997: Portugal e o Al-Andalus, Hugin, Lisboa

Gamito, Teresa Júdice

1998: Povoamento rural no Gharb, in “Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo”, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 143-148

Garcia, João Carlos

1986: O espaço medieval da reconquista no sudoeste da Península Ibérica. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa

Khawli, Abdallah

2002a: Algumas reflexões acerca do Algarve nos primeiros séculos da islamização in “Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro”, C.C.R.A., Faro, 170-178

2002b: Quelques réflexions sur l’histoire de l’Algarve durant les premiers siècles de l’islamisation (VIII-XIème siècle), in “Xarajib n°2/2002”, Centro de Estudos Luso-Árabes, Silves, 21-40

Picard, Christophe

2000: Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle), Maisonneuve & Larose, Paris

Sidarus, Adel e Teichner, Felix

1997: Termas romanas no *Gharb al-Ándalus*. As inscrições árabes de Milreu (Estoi), in “Arqueologia Medieval n° 5”, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 177-189

Tahiri, Ahmed

2002: La estructura social en Gharb al-Andalus – y el proceso de disolución de los lazos de parentesco tribal (siglos VIII-IX) in “Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro”, C.C.R.A., Faro, 157-166

Teichner, Felix

1993: Acerca da vila romana de Milreu/Estoi. Continuidade da ocupação na época árabe, *in* “Arqueologia Medieval nº 3”, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 89-100

Torres, Cláudio

1992: Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica, *in* “Arqueologia Medieval nº 1”, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 189-202

### ***São Brás de Alportel***

Bernardes, João Pedro e Oliveira, Luís Filipe

2000: A “Calçadinha” de S. Brás de Alportel e a Antiga Rede Viária do Algarve Central, policopiado, Faro

Estrela, Susana e Barros, Pedro

1999: Levantamento arqueológico do concelho de S. Brás de Alportel: Relatório de progresso, policopiado, s/l.

2000: Levantamento arqueológico do concelho de S. Brás de Alportel: II Relatório de progresso, policopiado, s/l.

Gamito, Teresa Júdice

S/D: A calçadinha romana de S. Brás de Alportel, C.M.São Brás de Alportel, São Brás de Alportel

Louro, Estanco

1929: O livro de Alportel. Monografia de uma Freguesia rural-Concelho, Sá da Costa, Lisboa

### ***Zéfiro e São Miguel***

Avieno, Rufo Festo

1994: Ora Maritima, Descriptio Orbis Terrae e Phaenomena, *in* “Testimonia Hispaniae Antiqua”, vol. I, ed. Mangas J. e Plácido D., Historia 2000, Madrid

Blázquez José; Alvar, Jaime e Wagner, Carlos

1991: Religiones en la España Antigua, Cátedra, Madrid

1999a: Fenicios y Cartagineses en el Mediterráneo, Cátedra, Madrid

1999b: El impacto de la religión semita, fenicios y cartagineses, en la religión ibera *in* “Mitos, dioses, héroes, en el Mediterráneo antiguo, Real Academia de la Historia, Madrid, 241-304

1999c: El legado cartaginés a la Hispania Romana *in* “Mitos, dioses, héroes, en el Mediterráneo antiguo, Real Academia de la Historia, Madrid, 217-240

Eliade, Mircea

1949: Tratado de história de las religiones – Morfología y dialéctica de lo sagrado, (3ª ed. 2000), Cristianidad, Madrid

Holweck, Frederick G.

2002: Saint Michael the Archangel *in* “Catholic Encyclopedia”, Copyright © 1911 by Robert Appleton Company, Online Edition Copyright © 1999 by Kevin Knight, @ <http://www.newadvent.org/cathen/10275b.htm>

Lipinski, Edward

1995: Dieux et déesses de l'univers phénicien et punique, *Orientalia Lovaniensia Analecta* n° 64, Leuven

Oliveira, Ataíde

1906: Monografia de Olhão, (3ª Ed. 1999), Algarve em Foco, Faro

Peixoto, Rocha

1894: As Maias *in* "Etnografia Portuguesa (Obra etnográfica completa), 2ª ed. 1995", Dom Quixote, Lisboa, 51-56

Schmitz, Leonhard

1875: Floralia *in* "A Dictionary of Greek and Roman Antiquities by William Smith", John Murray, London,

@[http://www.ukans.edu/history/index/europe/ancient\\_rome/E/Roman/Texts/secondary/SMIGRA\\*/home\\*.html](http://www.ukans.edu/history/index/europe/ancient_rome/E/Roman/Texts/secondary/SMIGRA*/home*.html)

Sem Autor

2002: @ <http://www.sarahsarchangels.com/archangels/michael.html>

Vasconcelos, J. Leite de

1897-1913: Religiões da Lusitânia, 3 vols., Imprensa Nacional, Lisboa

1927: De terra em terra. Excursões arqueológico-etnográficas através de Portugal (Norte, Centro e Sul), 2 vols., Imprensa Nacional, Lisboa

1980: Etnografia Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa

Williams, Siân

1999: Taming the winds, Univ. Edimburgh, Edimburgh, @  
<http://www.angelfire.com/al3/anemokoitai/>

## Índice toponímico

- Agostos ..... 20  
*Al-Andalus*..... 59, 61  
 Alcácer do Sal..... 30  
 Alcaria...13, 14, 15, 55, 62, 71, 73, 78, 83  
 Alcaria Branca..... 73  
 Alcoutim ..... 26, 52  
 Alentejo..... 27, 28, 33, 39, 52, 67  
 Alface..... 20, 80  
 Alfundão ..... 33, 45  
 Algarve...1, 5, 7, 8, 13, 14, 16, 17, 22, 24,  
 26, 29, 30, 32, 35, 40, 41, 44, 49, 55, 56,  
 59, 61, 63, 68, 75, 81, 83, 85, 87, 90, 92,  
 112, 113, 116, 122  
 Algíbre ..... 14, 15  
 Aljustrel..... 33, 35, 45  
 Almargem..... 13, 62, 70, 71  
*Almarges* ..... 71  
 Almarjão..... 14, 73  
 Almodôvar ..... 12  
 Alportel 8, 11, 13, 14, 31, 57, 70, 72, 73,  
 77  
 Alte..... 72  
 Altinho ..... 13, 71, 72  
 Alvalade ..... 30  
 Ameixial..... 13, 15, 32  
 Amendoeira..... 14, 33  
 Apra.13, 15, 40, 61, 75, 76, 77, 81, 83, 84  
 Arade..... 27, 30, 38  
*Arannis*.16, 18, 30, 32, 33, 43, 44, 45, 46,  
 55, 122  
 Arrife..... 20  
 Arroiteia ..... 20, 81  
 Asseca ..... 11, 13, 15, 16  
 Ayamonte..... 91  
 Azinheiro..... 17  
*Baesuris*..... 14, 16, 19, 30  
 Baixo Alentejo 22, 26, 30, 36, 44, 52, 69,  
 70  
*Balsa*7, 13, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 29, 31,  
 35, 36, 37, 38, 42, 48, 61, 82, 85, 86, 87,  
 88, 90, 112, 122, 130  
*Barcino* ..... 45  
 Barlavento ..... 19, 30  
 Barrabés..... 78  
 Barracha ..... 73, 74  
 Barranco de São Miguel ..... 87  
 Barranco do Touro..... 81  
 Barranco do Velho..... 12  
 Bemposta..... 14  
 Benfarras ..... 14, 15  
 Bengado..... 13, 15, 37, 73, 74, 75  
 Bética..... 21, 38, 51  
 Betunes..... 13, 15, 61  
 Bias..... 29  
 Bicalto ..... 72  
 Bico Alto ..... 21, 71, 72  
 Boca do Rio..... 40  
 Bordeira..... 20, 23  
 Cabo de Santa Maria ..... 86  
 Cabo de São Vicente ..... 14, 41, 52  
 Cabo do Zéfiro..... 86  
 Cacela..... 14, 17, 40, 49, 61  
 Cachopo..... 30, 32, 34  
 Caiada ..... 44  
 Calçada ..... 15, 78, 81  
*Calçadinha* ..... 37  
 Caldeirão ..... 12, 13, 18, 19  
 Caldeirinha ..... 16  
 Caliços..... 73  
 Campina ..... 17, 80  
 Carrascal..... 15, 82  
 Cartaxinho ..... 71  
 Cartaxo ..... 21  
 Carvalhos..... 23  
 Castro Marim..... 14, 16  
 Castro Verde..... 28, 30, 33, 43, 120

<i>Cenomanos</i> .....	81	Fonte do Mouro.....	13, 15, 81
Cercado da Lagoa.....	31	Fonte do Touro.....	15, 81
Cerro Carvalhoso.....	23	Fonte dos Vilarinhos.....	82
Cerro da Cabeça.....	48, 83, 85, 87, 88	Fonte Nova.....	79
Cerro da Mesquita.....	15, 74	<i>Fonte Santa</i> .....	79
Cerro da Pousada.....	73, 78	Fonte Velha.....	79, 80
Cerro da Rocha.....	73	Fronteira.....	31
Cerro da Vila.....	15, 40, 57	Fuzeta.....	90, 94
Cerro das Alagoas.....	33	Gaivana.....	61, 73
Cerro das Ferrarias.....	34	<i>Gallaecia</i> .....	51
Cerro de Alportel.....	71	Garvão.....	30, 32
Cerro de São Miguel.....	16, 18, 41, 48, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93	Gáulia.....	51
Cerro do Ouro.....	34	Goldra.....	17, 61
Cerro do Pilar.....	46	Gralheira.....	20
Cola.....	28	Guadiana.....	19, 27, 43, 52
Conceição.....	17, 69, 80	Guilhim.....	17
<i>Conventus Pacensis</i> .....	82	Horta do Pinto.....	46
Corte.....	13, 34, 37, 65, 69, 70, 71	Horta dos Porcos.....	80
Corte do Ouro.....	34	Hortas e Moinhos.....	71, 78, 80
Cortiçadas.....	12	Huelva.....	35, 116
Costa Longa.....	73	<i>Ipses</i> .....	19
Cova dos Mouros.....	34	<i>Italica</i> .....	31
Cruz do Morto.....	14	Janares.....	42
Desbarato.....	15, 16, 62, 73, 74, 75, 87	Jordana.....	16, 40, 61, 69, 77
<i>Ebora</i> .....	30, 33, 45, 46	Lagarinho.....	34, 71, 72, 73
<i>Emerita</i> .....	31, 39	Lages.....	31
Ervidel.....	33, 45	Lapa.....	34
Espartosa.....	74	Lapa da Redonda.....	34
Estação.....	73	Largo do Colégio.....	80
Estação.....	32	Le Mans.....	81
Estela Montes.....	42	Leiria.....	20
Estoi.....	12, 14, 17, 20, 53, 68, 69, 80	Loulé.....	11, 12, 13, 14, 15, 16, 31, 32, 40, 42, 76, 84
Estuário de Castro Marim.....	47	Ludo.....	32, 40, 52
Estuário do Tronco.....	47	Lusitânia.....	21, 28, 29, 30, 31, 38, 39, 49, 51, 90, 92
Évora.....	30, 33, 45	Luz.....	16
Faro.....	2, 11, 12, 19, 42, 44, 73, 82, 94	Machados.....	13, 14, 68, 80
Farrovilhas.....	32	Magreb.....	59, 61
Fernão Vaz.....	32	Malhada do Nobre.....	33
Fontainhas.....	71	Malhão.....	14, 17, 20
Fonte da Murta.....	81	Manta Rota.....	40
Fonte da Pedra.....	71, 78, 80	Marachique.....	32
Fonte de Benémola.....	42	<i>Marco</i> .....	85
Fonte do Bispo.....	13, 15, 31, 85	Marim.....	40, 91
Fonte do Corxo.....	34		

- Marselha..... 86  
*Massilia*..... 86  
 Mealha..... 13, 31, 32, 94  
 Mealhas..... 73  
 Mediterrâneo..... 92, 93  
 Mértola..... 30, 55, 59  
 Mesas do Castelinho..... 32  
 Mesquita..... 13, 16, 20, 71, 73, 74, 75, 83  
 Messines..... 30  
 Milreu..... 12, 17, 37, 57, 80, 91  
 Minas de Vale Covo..... 34  
*Mirobriga*..... 30  
 Moinho do Pereirão..... 31  
 Moita Redonda..... 48  
 Moncarapacho . 12, 13, 16, 31, 47, 88, 90, 91  
 Monchique..... 27  
 Monprolé..... 42  
 Monte do Castelo..... 34, 68, 69, 73  
 Monte do Gavião..... 33  
 Monte do Pereiro..... 33  
 Monte do Tesouro..... 16  
 Monte do Torrejão..... 33  
 monte Figo..... 75  
 Monte Figo..... 12, 14, 68, 73, 90  
 Montinho das Laranjeiras..... 40, 52, 55  
 Morgado de Apra..... 76  
*Mortas*..... 85  
 Mourato..... 15, 73, 74  
 Murta..... 73  
*Myrtilis*..... 30, 31, 43  
 N<sup>ª</sup>a Senhora da Rocha..... 49  
 Nexe..... 17, 52  
 Norte de África..... 38, 39, 49, 50, 52  
 Odivelas..... 33, 45  
*Ossonoba* 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 46, 48, 50, 51, 52, 55, 57, 61, 73, 78, 80, 82, 83, 85, 87, 88, 90, 112, 121, 122  
 Ourique..... 12, 28  
 Outeiro..... 71  
*Pax Julia* .... 13, 22, 30, 31, 33, 45, 83, 85, 116, 118, 122  
 Pechão..... 12  
 Pedra do Leão..... 33  
 Pedras del Rei..... 40  
 Península Ibérica..... 38, 51, 86, 87  
 Pero de Elvas..... 12  
 Peroguarda..... 33, 45, 46  
 Pirinéu..... 71  
 planalto de São Brás..... 80  
 Poço do Ferreiro..... 80  
 Poço Largo..... 13, 15, 71, 81, 83  
 Porches-Velho..... 49  
 Porto Carvalhoso..... 23  
 Portugal..... 12  
 Pousada..... 21  
*Praesidium*..... 31  
*Promontorium Sacro*..... 14  
 Punta Umbria..... 91  
 Quarteira..... 15  
 Querença..... 14, 34, 70  
 Ravena..... 91  
 Ribeira das Mercês..... 13, 14  
 Ribeira de Almargem..... 14  
 Ribeira de Alportel..... 12  
 Ribeira de Bias..... 18  
 Ribeira de Fronteira..... 18  
 Ribeira de Gaifona..... 81  
 Ribeira de Oeiras..... 44  
 Ribeira do Tronco..... 91  
 Ribeirão..... 79  
 Rio Seco..... 67, 68, 80  
 Rocha Branca..... 19  
 Romeira Velha..... 33  
*Rubrae*..... 31  
*Salacia*..... 30, 33, 45  
*Salacia Imperatoria*..... 30  
 Salir..... 33, 42  
*SanBrás*..... 77  
 Santa Bárbara de Nexe..... 12, 17  
 Santa Bárbara de Padrões.. 30, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 52, 83  
 Santa Bárbara dos Padrões..... 44  
 Santa Catarina . 13, 15, 16, 31, 32, 33, 64, 85  
 Santa Cruz..... 13, 32, 34  
 Santa Luzia..... 30, 33, 45, 46, 84, 120  
 Santa Margarida..... 33, 45, 46, 72  
 Santa Margarida do Sado..... 33, 45  
 Santiponce..... 31



Santo Estevão .....	69	Serro da Ursa .....	31
São Brás8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 30, 31, 32, 38, 40, 41, 42, 52, 55, 56, 57, 61, 63, 64, 67, 77, 78, 80, 81, 84, 85, 87, 94		Sete .....	43
São Brás de Alportel.....	2, 34	Sevilha.....	31
São Clemente .....	15, 42, 64, 84	<i>Shannabush</i> .....	61, 77
São Domingos da Asseca .....	13	Soalheira.....	20, 81
São Faustino .....	42	Sobrados .....	48
São João da Venda .....	17	<i>Statio Sacra</i> .....	47, 90
São Luís .....	80	Tareja .....	34, 73
São Miguel..17, 20, 86, 87, 88, 89, 90, 94		Tarsis .....	31
São Pedro das Cabeças 28, 31, 32, 33, 43, 45, 94		Tartessos.....	19
São Pedro de Solis.. 13, 30, 31, 32, 44, 94		Tavira 7, 8, 16, 19, 26, 31, 39, 74, 81, 90	
São Romão ..... 13, 15, 18, 64, 81, 82, 83		Tesoureiro.....	71, 78
São Vicente .....	46	Torre de Natal.....	17
<i>Sarapia</i> .....	33, 45	Vale de Joio.....	80
Semblana.....	32	Vale do Joio.....	13, 14, 67
Senhora da Graça de Padrões .....	32	Várzea da Corte .....	14
Senhora do Verde .....	28	Vendinha do Esteval .....	34
Serra de Alcoutim .....	31	Viana do Alentejo.....	33, 45
Serra de Córdoba.....	29	<i>Vicus Altus</i> .....	72
Serra de Huelva .....	31	Vila Nova da Baronia .....	33
Serra de Monte Figo.....	12, 20, 23, 86	Vila Verde .....	33, 46
		Vilarinhos.....	13, 15, 81, 83
		Vilas Boas .....	46

# Mapas

## Mapas 1 e 2

São representações parciais do mapa *Regnorum Portugalliae et Algarbiae*, de **Carolus Allard**, publicado em Amsterdão, em 1660<sup>170</sup>.

1. Parte do Sul de Portugal, em escala aproximadamente idêntica à da gravura original.
2. Algarve e área meridional do Baixo Alentejo, parte ampliada aproximadamente em 60% relativamente ao mapa anterior.

Constitui o **mapa viário** mais antigo de que dispomos, cuja riqueza hidrográfica, corográfica e toponímica compensa alguns erros de localização e a compreensível distorção cartográfica. Embora publicado em 1660, os seus dados deverão ser bastante mais antigos, utilizando provavelmente documentos portugueses anteriores a 1580. Os arcaísmos da ortografia toponímica parecem corroborar esta interpretação. As vias representadas são assim anteriores às remodelações da Restauração e, obviamente, do Iluminismo Pombalino. Os percursos viários são os de maior importância administrativa e militar, definindo os eixos de ligação terrestre dos principais centros urbanos. Deverão, no nosso entender, estar decalcados sob antigas calçadas romanas, uma vez que não se conhecem programas viários significativos anteriores aos finais do séc. XVII. Esta hipótese baseia-se também em numerosos vestígios arqueológicos e viários antigos, detectados nos seus percursos actuais.

São de destacar os seguintes elementos:

- A existência de um delta no Guadiana, com duas bocas, tal como o descreveram os geógrafos antigos, e a presença do Rio Seco como um estuário activo desse delta.
- O prolongamento da restinga muito para leste de Cacela, até ao supracitado delta.
- A representação de três ligações do litoral algarvio com o Norte:
  1. Litoral atlântica, do cabo de São Vicente a Milfontes.

---

<sup>170</sup> Datação de LAUTENSACH, 1948 p. 20.

2. Ocidental em X, com centro em Sabóia, com dois ramos para Sul e dois para Norte:

- Ramo Sudoeste, de Lagos a Sabóia, pela Mexilhoeira Grande e Alferce, atravessando a Serra de Monchique.
- Ramo Sudeste, de Silves a Sabóia, por São Bartolomeu de Messines.
- Ramo Noroeste, de Sabóia a Milfontes, pelo vale do Mira.
- Ramo Nordeste, de Sabóia para Beja e Alcácer, por Santa Clara, Cola (Cras-to, no mapa) e Ourique.

3. De Faro e de Tavira para Beja, por Moncarapacho, São Pedro de Sólis, Santa Bárbara de Padrões e Entradas.

▪ A ausência de vias posteriormente consideradas importantes:

1. A via marginal do Guadiana, que provavelmente já não devia existir
2. As estradas do Caldeirão, quer a de São Brás quer a de Salir, o que parece significar que ainda não existiam como vias relevantes. Esta ausência questiona seriamente a hipótese da prevalência da via do Caldeirão, por Salir, desde o período romano, como principal acesso Norte de Faro/Ossonoba.
3. A estrada de Tavira para Norte, por Cachopo. Tavira, uma das duas praças militares mais importantes do Sul (juntamente com Lagos), não tem acessos directos de ligação com Portugal, o que, quanto a nós, reforça a importância estratégica da antiga via Moncarapacho- Entradas como principal acesso terrestre do Algarve Central e Oriental.

▪ A ausência da quase totalidade da futura estrada real e actual EN 125 (apenas representada entre Marim e o Guadiana), demonstrando claramente que esta é uma invenção recente, com origem no séc. XVIII:

1. A ligação Oriental de Faro a Tavira representa-se por Estoi e Marim, evitando o estuário do Rio Seco, amplamente representado, e contornando o estuário do Tronco, correspondendo, no nosso entender, a um percurso carroçável e pecuário, que evitava a travessia dos esteiros a vau.
2. A ligação Ocidental de Faro faz-se por Farrobilhas, privilegiando o antigo porto romano do Ludo e definindo o trajecto da antiga estrada para Loulé. De facto toda a estrada litoral na direcção do Arade é omissa, fazendo-se a ligação pelo interior, por Loulé e Silves.

Deduzimos que, no período romano, todo o tráfego terrestre pesado evitaria ainda mais a *ora marítima* pois então os esteiros estariam muito mais fundos e largos e a circulação sob eventuais *portus* estaria sempre limitada pelas marés, a estação do ano e o volume das viaturas e das cargas.

## Mapas 3 a 6

Os mapas restantes constituem os primeiros resultados publicados, preliminares e parciais, duma reconstituição da ocupação romana do Sul da Lusitânia.

Representam três escalas de observação, organizadas em quatro mapas:

1. Legenda gráfica dos três mapas, sintetizando a **legenda interpretativa**, descrita mais adiante (ver pág. 119 e seguintes).
2. O Sul da Lusitânia, mostrando os principais eixos viários que ligavam o território algarvio ao Norte e os centros urbanos litorais entre si.
3. A zona de *Ossonoba* e *Balsa*, enquadrando a área do Algarve abordada no texto.
4. O barrocal São Brazense, onde se situam os sítios arqueológicos e zonas de povoamento romanas e islâmicas tratadas no texto.

Os mapas 5 e 6 são ampliações do mapa 4, representando elementos suplementares, adequados às maiores escalas utilizadas.

Esta reconstituição é o objectivo do projecto **Carta da ocupação romana do Algarve e do Sul da Lusitânia**, levado a cabo pelo autor no quadro das actividades do Campo Arqueológico de Tavira. Nesse sentido foram publicados alguns trabalhos prévios e parciais sobre a rede viária (MAIA E SILVA 2000 e MAIA, MAIA e SILVA 2000).

O projecto encontra-se numa fase inicial, pelo que é ainda impossível estabelecer datas de publicação. O seu objectivo não é produzir uma carta arqueológica - embora os elementos arqueológicos tenham um destaque primordial - mas sim um mapa histórico da ocupação do território, tal como se pensa que ela possa ter sido, desde o final da 2ª Guerra Púnica (200 a.C.) até à constituição das paróquias visigóticas no século VII, com destaque para o período entre os séculos I e IV d.C., correspondente ao Império Romano.

Privilegiará as formas de registo e representação actualizáveis, que possam reflectir a evolução do estado dos conhecimentos e das hipóteses consideradas mais plausíveis.

A versão agora apresentada é ainda muito incompleta e imperfeita, quer quanto às fontes utilizadas quer quanto à verificação dos elementos incluídos. Já foi digitalizado e geo-referenciado quase todo o fundo cartográfico antigo e desenvolvido software específico e modelos de bases de dados de análise e implantação toponímica e arqueológica. Há porém ainda etapas fundamentais por realizar, tais como o registo digital da toponímia da carta agrícola e corográfica de 1890, a obtenção de folhas inacessíveis, a actualização e validação da maioria das localizações arqueológicas e a revisão sistemática dos traçados viários.

Apesar destas limitações, o poder ilustrativo e a pequena escala utilizada no mapa eliminam ou tornam secundárias a maioria dessas deficiências relativamente às necessidades de ilustração do texto.

### ***Estrutura do território***

O elemento fundamental do projecto é o seu modelo de descrição territorial, cuja estrutura se reflecte na cartografia e na sua legenda interpretativa:

1. Fisiografia
2. Sítios de povoamento
  - Segundo a hierarquia de povoamento
  - Segundo a especialização funcional
  - Estruturas autónomas
3. Vias de comunicação
  - Segundo a hierarquia viária
  - Segundo a especialização funcional
  - Segundo a sua integração em itinerários coevos
4. Divisões corográficas
  - Zona de estudo
  - Administrativas
  - Geográficas e étnicas
  - Cadastrais

### **Fontes**

Na construção dos mapas utilizam-se seis tipos de fontes. Para cada um deles indicam-se os principais recursos bibliográficos:

1. Topográficas
  - Carta agrícola e corográfica de 1890 (escala 1:50.000)
  - Carta de Filipe Folque de 1890 (escala 1:100.000)
  - Carta militar – folhas antigas: anos 30 a 50 do século XX (escala 1:25.000)
  - Carta militar – folhas recentes (escala 1:25.000)
  - Cartografia parcial antiga onde disponível
2. Geográficas temáticas
  - Atlas do Ambiente (versão digital)
  - Carta geológica da região Algarve
  - Modelos digitais de terreno - altimetria e hidrografia (escala 1:25.000)
3. Arqueológicas
  - Monografias dos arqueólogos do século XIX
  - Publicações periódicas mais antigas (Arqueólogo Português, Arquivo de Beja, etc.)
  - Catálogos arqueológicos
    - *Arqueologia romana do Algarve*
    - *Roman Portugal*
    - *Carta Arqueológica de Portugal*
    - Base de dados Endovélico
    - Levantamentos concelhios e parciais, cuja lista a análise crítica se publicará assim que possível.
4. Toponímicas
  - Repertório toponímico do Continente
  - Cartas topográficas, referidas nas fontes 1
  - Microtoponímia em levantamentos locais
5. Corográficas
  - Coevas, correspondente aos autores greco-romanos com obras geográficas e corográficas sobre o Sudoeste da península ibérica

- Posteriores (da Idade Média ao século XX), em que se inclui a cartografia de pequena escala dos séculos XVII e XVIII
6. Estudos territoriais diversos  
Designadamente de arqueologia, topografia, páleo-biologia e geografia histórica, de reconstituição do revestimento vegetal, recursos naturais, povoamento e da rede viária.

### ***Reconstituição da linha de costa e das áreas imersas e emersas***

Desenvolveu-se e aplicou-se um modelo empírico de reconstituição da linha costeira coeva e das principais depressões cársicas alagadas. Os resultados representados baseiam-se numa versão prévia, construída sobre a informação altimétrica da carta militar, considerando o tipo de costa e as dimensões dos esteiros e estuários e a sua influência no gradiente dos leques sedimentares. Os resultados foram calibrados, sempre que possível, por localizações arqueológicas e passagens viárias antigas. Toda a base cartográfica usada é anterior às grandes albufeiras do Sul, pelo que a sua correcção não é necessária.

### ***Tipologia arqueológica***

Os sítios arqueológicos são classificados, quando possível segundo uma matriz funcional e cronológica.

A tipologia funcional segue o exposto na **legenda interpretativa**.

Consideram-se cinco fases cronológicas significativas do ponto de vista do povoamento e da organização geopolítica do território, tendo em conta o desfazamento entre a conjuntura política e sócio-económica e as suas manifestações territoriais plenas:

- I. Romana republicana (De 200 a.C. a 45 a.C.)
- II. Júlio-Cláudia (até 96 d.C.)
- III. Alto-Imperial (até ao 3º quartel do séc. III d.C.)
- IV. Baixo-Imperial e Tardia pré-bárbara (até meados do séc. V d.C.)
- V. Tardia pós-romana: Bárbara, Bizantina e Visigótica (até 714 d.C.)

A utilização cartográfica deste faseamento está contudo seriamente limitado pela baixa qualidade e inconsistência do registo arqueológico disponível.

### ***Análise toponímica***

A toponímia contemporânea é interpretada e classificada segundo três critérios: etimológico, arqueológico e funcional:

1. Etimologia  
Deduções linguísticas do Latim clássico e de línguas pré-romanas
  - Povoados
  - Elementos fisiográficos
  - Sítios religiosos e nomes de divindades
  - *Villae de possessores*
2. Arqueologia  
Termos que identificam estruturas, sítios ou habitantes indiciadores de ocupação arqueológica
  - *Villae*

- Necrópoles
  - Ruínas ou ocupações antigas
  - Etnónimos
3. Função
- Termos que indicam usos correspondentes a reocupações potenciais desde a Antiguidade devido ao carácter escasso ou altamente localizado dos tópicos.
- Viária (vias, pavimentos, pontos de passagem e cruzamento, estações viárias, obras de arte, marcos viários)
  - Hidráulica (Nascentes, condutas, reservatórios)
  - Mineira
  - Defensiva
    - Fortificações
    - Estruturas auxiliares
  - Cadastral (marcos territoriais)
  - Religiosa
    - Cultos antigos
    - Rededicações pré-cristãs
    - Hageonímia pré-islâmica

### ***Reconstituição da rede viária***

A tentativa de reconstituição da rede viária romana recorre ao **método da matriz viária sobrevivente**, que consiste num conjunto de processos complementares, cujos princípios são, muito sucintamente, os seguintes:

#### **Elementos da reconstituição**

Previamente geo-referenciados digitalmente a partir de cartografia na escala 1:25,000:

- Matriz viária pré-industrial ou fóssil, descrita mais adiante, na pág. 125.
- Sítios arqueológicos, em que se destacam os com estruturas viárias.
- Sítios toponímicos, em que se destacam os com referências viárias e arqueológicas.
- Condicionantes fisiográficos (zonas alagadas na Antiguidade, descritas na pág. 119)

#### **Seleção de eixos**

Determinação de eixos antigos sobre a matriz viária fóssil, utilizando os trajectos mais directos e de maior regularidade linear do traçado. Os eixos definem-se iterativamente a partir de bandas generalizadas que podem incluir feixes de trajectos reais cuja selecção se realiza em etapas posteriores:

- Interpolação entre sítios pré-estabelecidos
  - Rosários lineares por sítios intermédios
  - Reaplicação recursiva da selecção de eixos a sub-segmentos.
- Extrapolação desde sítios ou segmentos pré-estabelecidos
  - Até nodos viários pré-estabelecidos mais próximos
  - Determinação geográfica de novos nodos viários
- Irradiação de lugares centrais pré-estabelecidos

#### **Seleção de trajectos**

Determinação de trajectos antigos de acordo com

- As suas características modelares segundo as unidades fisiográficas percorridas:
  - Montanhas (paisagens xistosas e calcárias)
  - Vales encaixados e planícies costeiras
  - Planícies e vales sedimentares alargados
  - Zonas de ocupação agrícola potencialmente contínua
- A regularidade geométrica dos eixos fósseis
  - Regularidade linear
  - Regularidades angulares ortogonais e circulares

#### **Correcções primárias**

Compensações devidas à parcelização fundiária moderna, a deslocações dos núcleos de povoamento, a multiplicação de núcleos peri-urbanos e a reorganizações viárias posteriores e sua influência no povoamento e na rede viária secundária na sua periferia: reconstituição de eixos primitivos por interpolação a partir de vestígios sobreviventes ao longo do percurso antigo ou por ajustamento linear dos percursos modernos.

#### **Correcções secundárias**

Reinterpretações de sítios a partir da sua centralidade viária.

Pesquisa de eixos viários de longo curso a partir da continuidade geométrica dos trajectos em escalas de observação progressivamente menores.

Ajustamentos entre trajectos e presumíveis estações a partir de módulos pré-definidos de distâncias entre *mutatia*.

Simplificação das intersecções viárias de acordo com a minimização de ligações e a manutenção da continuidade dos rumos dos eixos.

Reaplicação iterativa do método tendo em conta os novos ajustamentos.

## **Legenda interpretativa**

A representação cartográfica dos elementos descritos nesta legenda varia com a escala do mapa e a versão de desenvolvimento. Os símbolos e cores utilizados constam na **Legenda sintética**, que corresponde ao **mapa 3**.

#### ***Limites convencionais***

##### LIMITES

Limite arbitrário da zona de estudo englobando o polígono interurbano fundamental das ligações do Algarve. A margem esquerda do Guadiana é excluída nesta fase assim como o *Andévalo* e as *Terras Bajas* da actual província de Huelva, zonas limítrofes do Algarve mas já incluídas na Bética na Antiguidade. O Norte é delimitado pelo eixo *Mirobriga-Pax Julia*.

#### ***Fisiografia***

Diz respeito aos elementos de geografia física

- **Zonas húmidas e alagadas**



**ZONAS HÚMIDAS OU IMERSAS NA ANTIGUIDADE**

Actualmente secas devido a deposição sedimentar ou drenagem. Inclui os numerosos páleo-estuários do Algarve, os principais rios da costa atlântica e o extenso vale do Guadiana. Inclui igualmente as principais bacias cársicas do Algarve, situadas na depressão de Lagoa a Tunes.

**ZONAS HÚMIDAS OU IMERSAS NA ACTUALIDADE**

Engloba restingas, sapais e ria. A configuração desta zona devia ser semelhante na Antiguidade embora as barras, ilhas e canais navegáveis tenham sofrido alterações impossíveis de reconstituir.

**ZONAS EMERSAS NA ANTIGUIDADE**

Hoje desaparecidas sob o mar. A sua reconstituição é conjectural, havendo indícios de uma restinga em frente a Quarteira e alterações substanciais na configuração do delta do Guadiana.

- **Hidrografia**

Linhas de água principais

**RIOS**

Com caudal permanente, pelo menos na maior parte do seu percurso. Os sítios portuários fluviais mais a montante indicam a sua navegabilidade para trânsito fluvial de pequeno calado.

**RIBEIROS E ARROIOS**

Geralmente sazonais. Representam-se apenas os que podem constituir obstáculos viários, pelo seu carácter torrencial ou pelo tipo de vale fluvial.

- **Orografia**

Na versão actual a orografia é representada por curvas de nível e cumes de cerros com a respectiva toponímia. As curvas de níveis dos **mapas 5 e 6** têm uma equidistância de 25 m e foram obtidas por conversão vectorial do **Mapa Oro-Hidrográfico de Portugal** na escala 1:200000, publicado pelo Centro de Estudos Geográficos de Lisboa em 1965, obtido por redução do original a 1:100000.

***Toponímia***

A toponímia dos mapas combina três dimensões independentes de informação:

- **Tipo de sítio**

**FISIOGRÁFICO**

Acidente orográfico, hidrográfico ou de morfologia costeira

**POVOAMENTO**

Qualquer forma de habitat

- **Importância de sítio**

**SÍTIO NOTÁVEL****SÍTIO SECUNDÁRIO**

- **Forma linguística**

## LATINA

Forma latina coeva do topónimo. Consideram-se três formas:

- ABONADA  
Documentada numa fonte literária ou epigráfica greco-romana
- RECONSTITUÍDA  
Deduzida por regras de reconstrução linguística, a partir do árabe ou do português.
- CONJECTURAL  
Quando a localização dum termo abonado é incerta ou a reconstituição duvidosa, incompleta ou problemática

## ACTUAL

Topónimo moderno, por não existir ou se desconhecer o topónimo do período romano.

**Povoamento**

Sítios de povoamento ou ocupação humana do território. As designações coevas são em *itálico*, seguidas, quando relevante, da forma plural entre ().

- **Sítio contemporâneo**  
Sem vestígios romanos conhecidos, indicado como referência geográfica ou viária.
- **Hierarquia de povoamento**  
Sítios segundo a hierarquia administrativa e dimensional, apresentados por ordem aproximadamente decrescente

SEDE DE *CONVENTUS*

*Pax Julia* (Beja), capital do *Conventus Pacensis*, um dos três da província *Hispania Ulterior Lusitania*

SEDE DE *CIVITAS*

Cidades com autonomia administrativa de tipo municipal, que se estendia a um amplo território circundante. O seu estatuto jurídico inicial dependeu das condições de fundação, conquista ou colonização.

## POVOADO URBANO

Cidades secundárias por não possuírem autonomia administrativa conhecida, embora com a dimensão e a maioria ou totalidade das funções urbanas ou atributos arqueológicos urbanos indiscutíveis (templos, emissão monetária, etc.). Administrativamente correspondem a *vici*. De um modo geral correspondem a *oppida* importantes que não obtiveram autonomia administrativa na organização territorial criada nos finais do séc. I a.C.

*OPPIDUM (OPPIDA)* PRÉ-ROMANO

Povoado fortificado turdetano ou céltico (conforme a área geográfica) com características proto-urbanas e que constituía um centro político indígena quando da ocupação romana. Muitos deles mantiveram esse carácter até ao tempo de César, tendo-se posteriormente convertido em sedes de *civitates* romanas. Outros desapareceram nas vicissitudes das guerras de conquista e guerras civis, por dispersão, realocização ou refundação colonial romana. Alguns *oppida* são reocu-

pados na Antiguidade Tardia, tendo uma parte assinalável sido transformados em fortalezas medievais.

*VICUS (VICI), CASTELLUM (CASTELLA), STATIO (STATIONEM)*

Povoados intermédios, entre as *civitates* e as *villae*, no largo intervalo compreendido entre as pequenas cidades e as aglomerações de casais agrícolas. Entre os povoados especializados destacam-se os possuindo estruturas portuárias, as estações viárias dos itinerários principais e as sedes de coutos ou circunscrições mineiras. Na Antiguidade Tardia numerosos *vici* Alto-Imperiais tomam as designações de *castrum* e *castellum*, reflectindo a militarização e as necessidades defensivas ocorridas após as Invasões Bárbaras.

*VILLA (VILLAE) PALATINA*

Propriedade e exploração agrícola ou agro-marítima cuja parte urbana (residencial) é notável pela sua extensão, complexidade arquitectónica e fausto decorativo.

*VILLA (VILLAE)*

Propriedade e exploração agrícola ou agro-marítima abastada, definida pela complexidade arquitectónica das suas partes residencial e agrícola ou pela sobrevivência toponímica da designação *villa* ou do antropónimo latino do seu proprietário original (o possessor)

FORTIM MINEIRO

Também designados pelos arqueólogos por castelos ou casas-fortes, correspondem a um tipo de povoamento rural isolado do século I d.C., muito disseminado no Sudoeste peninsular e de forma e localização muito característicos. A sua origem assenta na colonização de ermos relativamente ricos em minérios por veteranos do exército de Augusto. Embora não se conheça a sua designação coeva, é provável terem constituído formas específicas de *Castella*.

CASAL RURAL

Pequenas propriedades e explorações rurais, raramente isoladas, mais comum em zonas de solos férteis e ricos em água. A partir do século IV tornam-se comuns por pulverização parcelar das *villae*. Não é geralmente possível distinguir casais de pequenas *villae*, que se tornaram muito comuns no século II, sobretudo devido à má qualidade do registo das prospecções superficiais.

▪ **Sítios especializados**

Sítios caracterizados por uma actividade ou função sócio-económica. Representam-se quando correspondem a núcleos de povoamento autónomos, não integrados em povoados urbanos.

MINA

Sítio arqueológico ou toponímico de exploração mineira, com e sem vestígios de exploração no período romano. A esmagadora maioria dos sítios mineiros assinalados corresponderá a zonas já exploradas na Antiguidade. A grande maioria destas eram muito modestas, exploradas no contexto familiar alargado, em pequenas jazidas superficiais (cortas em filões quartzíticos, desaterros em “chapeús-de-ferro”, peneiração fluvial em areias sedimentares) ou pequenos poços e galerias horizontais, aproveitando as estruturas cársicas e as falhas naturais. O

esgotamento dos metais preciosos levou muitas vezes à exploração posterior, por vezes séculos mais tarde, de metais menos valorizados mas muito mais comuns (cobre, ferro, manganésio, etc.). São muito raros os sítios de exploração contemporânea com filões profundos, não descobertos na Antiguidade. Em contrapartida devem ser muito numerosos os sítios cuja memória se perdeu. São igualmente raros no Sul da Lusitânia os sítios de exploração industrial do período romano, exigindo grandes investimentos, mão-de-obra, conhecimentos técnicos elaborados e policiamento administrativo.

Distinguem-se minas com espólio romano, antigas sem atribuição de período e toponímicas:

- ROMANAS CONFIRMADAS
- SEM ESPÓLIO DO PERÍODO ROMANO
- TOPONÍMICAS

#### PORTO

Para além dos sítios com vestígios arqueológicos de estruturas portuárias do período romano, consideram-se todos os sítios com vestígios romanos de qualquer tipo cuja localização se associa a uma função portuária coeva ou que se manteve até à actualidade. Os sítios portuários são sempre representados, mesmo quando se sobrepoem a sítios de povoamento, devido à sua importância geopolítica e viária.

#### UNIDADE CONSERVEIRA

Sítio de produção industrial de salga de pescado e produtos derivados. Não se consideram as cetárias de *villae* nem de povoados urbanos mas apenas os estabelecimentos agro-marítimos industriais aparentemente autónomos.

#### INDÚSTRIA EXTRACTIVA E MANUFACTURA

Sítio de indústria extractiva ou transformadora associado a fonte de matérias-primas. Inclui pedreiras, salinas, barreiras e locais de manufactura de cantarias, cerâmicas e cal. Não se consideram fornos cerâmicos e de cal em *villae* ou subúrbios urbanos.

#### *CASTRUM (CASTR)*

Acampamento militar do período republicano. Castro Verde é, por enquanto, o único sítio assinalado.

#### FORTIFICAÇÃO

- ROMANA DO PERÍODO REPUBLICANO  
Fortificações militares cuja tipologia indicia a presença duma guarnição e cuja construção romana data do período republicano, independentemente da sua transformação funcional ou reocupação militar posterior.
- TARDO-ROMANA  
Fortificação militar ou sítio de vigia, ocupada durante o Baixo-Império e ou na Antiguidade Tardia, independentemente da sua ocupação anterior. Consideram-se sítios com espólio arqueológico bizantino ou visigótico e fisiografia compatível e sítios toponímicos com reocupação militar islâmica.

#### SÍTIO FORTIFICADO TOPONÍMICO

Sítios com características defensivas, identificados pela toponímia e pela fisiografia, independentemente da sua ocupação romana. São representados nos mapas 5 e 6 para caracterizar melhor o potencial defensivo e geopolítico do território. Na maioria dos casos são sítios reocupados sempre que as condições de segurança e o volume demográfico o exigia, pelo menos desde a 2ª Idade do Ferro à “reconquista”, excluindo os séculos I a IV d.C. Alguns coincidem com fortins mineiros ou outros tipos de povoamento descritos nesta legenda. Excluem-se fortificações modernas.

Distinguem-se dois tipos:

- CASTELO E SIMILARES  
Sítio de ocupação militar ou civil, permanente ou temporário
- TORRE E SIMILARES  
Vigia costeira, viária, de núcleo rural ou de periferia urbana.

SÍTIOS RELIGIOSOS

- SANTUÁRIO RURAL PRINCIPAL  
Santuários notáveis pela fisiografia, toponímia, epigrafia, vestígios arqueológicos, notícias coevas e localização geopolítica.
- SANTUÁRIO RURAL DE IMPORTÂNCIA INDETERMINADA  
Santuário potencial identificado por dedução toponímica de sincretismo cristão (São João, São Pedro, São Miguel, Santa Luzia, Senhora da Luz e certas designações marianas rurais ou localistas) e pela fisiografia do lugar (topo de elevação isolada)
- ERMIDA OU ALTAR PÁLEO-CRISTÃO  
Sítio com hageonímia pré-islâmica, provavelmente tardo-romano (séculos V a VIII) e geralmente localizado em lugar de culto pré-cristão (santuário rural, *lar vialis* ou manancial sagrado), necrópole, cruzamento viário ou *villa* importante.
- MANANCIAL COM CULTO AQUÁTICO  
Nascente, fonte ou poço com qualificativo sagrado (*santo* e derivados) sobrevivente na toponímia. Sítios potenciais de cultos aquáticos locais de índole rural, ligados a casais agrícolas, *villae*, bebedouros pecuários e cruzamentos viários.
- **Estruturas autónomas**  
Associadas a sítios vizinhos, pertencentes a infra-estruturas, notáveis como referencial corográfico ou toponímico ou correspondentes a vestígios arqueológicos isolados.

NECRÓPOLE

A sobre-representação relativa de necrópoles, muitas vezes separadas de sítios de povoamento, é uma consequência do forte simbolismo emocional da morte, que leva à frequência das notícias arqueológicas e da sua divulgação toponímica. Quando distintas de locais de povoamento podem representar casais agrícolas desaparecidos ou pontos na proximidade de vias. Distinguem-se as necrópoles arqueológicas e toponímicas:

- ARQUEOLÓGICA  
Necrópole ou sepulturas atribuídas ao período romano.
- TOPONÍMICA  
Designações que se associam a necrópoles e que surgem na zona de sítios de povoamento romano confirmado ou provável. Neste último caso, o topónimo interpreta-se como um reforço condicionado à atribuição romana.

#### AQUEDUTO

Representam-se os percursos, abonados ou hipotéticos, de aquedutos urbanos suficientemente longos para ter expressão cartográfica. A versão corrente limita-se ao aqueduto de *Ossonoba* referido no texto.

#### HIDRÁULICA

Estrutura hidráulica isolada atribuível ao período romano (manancial, depósito ou conduta).

- ARQUEOLÓGICA  
Vestígio ou notícia de estrutura atribuível ao período romano.
  - TOPONÍMICA  
Designação de estrutura de origem potencialmente romana (*fonte coberta* e similares) em contextos territoriais de ocupação romana.
- **Sítios arqueológicos romanos não especificados**  
Sítios com vestígios romanos ainda por classificar ou cujos vestígios não permitem uma classificação.

### **Rede viária**

- **Matriz viária pré-industrial**

A matriz viária pré-industrial é constituída pelos caminhos rurais, carreiros de pé-posto, limites prediais e estradas pré-motorizadas, detectáveis na cartografia topográfica dos séculos XVIII e XIX e da 1ª metade do século XX. Foi traçada digitalmente sobre a cartografia mais antiga e ajustada à carta militar (folhas antigas) na escala 1:25000, contribuindo esta com a maioria dos trajectos.

Corresponde a uma sobreposição das sucessivas redes viárias existentes desde o período romano até ao Antigo Regime e, no projecto, constitui a base fundamental de reconstituição da rede viária romana, tendo em conta as restrições fisiográficas dos traçados, a reutilização secular dos trajectos e a ausência de programas viários na quase totalidade do território de estudo até à 2ª metade do século XIX. Todos os traçados tecnicamente “modernos” foram excluídos (facilmente identificáveis, sobretudo no Alentejo) assim como as construções de raiz do século XVII-XVIII, quando identificadas, e os traçados próprios do povoamento parcelar e da ocupação agrícola moderna e contemporânea.

ESTRADA, CAMINHO, CARREIRO OU LIMITE PREDIAL

#### ELEMENTO TOPONÍMICO VIÁRIO

Referência a passagem de via, estrada ou caminho, independentemente da sua origem romana. Os topónimos são numerosos: *Via, Estrada, Caminho, Rua, Canada, Calçada, Ponte, Vau, Porto, etc.*

**MARCO TOPONÍMICO**

Delimitador territorial ou marco viário, sem origem romana comprovada. Os topónimos mais comuns são *Marco*, *Malhão* e *Padrão*.

**EIXO PROVINCIAL**

Via estruturante do ponto de vista administrativo e militar, ligando a capital provincial *Emerita Augusta* à capital conventual *Pax Julia* e esta aos centros urbanos litorais mais importantes do Sul da Lusitânia: *Ossonoba* e *Balsa*. Considera-se uma derivação para *Myrtilis*, porto natural de *Pax Julia* e ponto de acesso costeiro privilegiado do centro da Lusitânia.

**VIA PRINCIPAL**

Ligações inter-regionais, interurbanas e vias mineiras unindo centros ou núcleos mineiros aos principais portos escoadores. Inclui os itinerários alternativos mais aparentes.

**VIA SECUNDÁRIA OU CAMINHO**

Vias rurais, de ligação entre vias principais, cadastrais e outras consideradas secundárias ou duvidosas.

- **Vestígios viários de divisões cadastrais**

Caminhos correspondentes a limites de malhas regulares de parcelização fundiária, resultantes de operações topográficas.

**CENTURIAÇÃO URBANA**

Vias de centuriação agrária nos arredores de centros urbanos. Representam-se os seus vestígios fósseis no Algarve (*Lacobriga*, *Ossonoba*, *Balsa* e, aparentemente, *Cacela*) e as zonas aproximadamente englobadas.

**CENTURIAÇÃO RURAL**

Zona provável de centuriação rural mineira, detectável pela extensa malha regular de limites e caminhos fósseis detectados na matriz viária pré-industrial sobrevivente. Identifica-se uma extensa área em torno de *Arannis*, correspondente a uma zona de grande abundância de castelos mineiros.

- **Itinerários de Antonino**

Itinerários de colecta fiscal e, eventualmente, de logística militar, em vigor do século II ao século V, sobre vias pré-existentes e que continuaram a ser utilizadas nos séculos seguintes.

**VIAS E ESTAÇÕES VIÁRIAS**

Inclui percursos alternativos não resolvidos.

**Nº DO ITINERÁRIO E Nº DE ETAPA NO ITINERÁRIO**

A numeração é a de Cunz (HERVÁS e ARIAS 1987). O número do itinerário identifica-o.



















